

UNIVERSIDADE DE SÃO PAULO
FACULDADE DE FILOSOFIA, LETRAS E CIÊNCIAS HUMANAS
DEPARTAMENTO DE LINGUÍSTICA
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM SEMIÓTICA E LINGUÍSTICA GERAL

CAMILLA DE REZENDE

**Promoção do argumento não agente em português brasileiro:
Uma abordagem experimental**

Versão corrigida

São Paulo
2023

CAMILLA DE REZENDE

Promoção do argumento não agente em português brasileiro:
Uma abordagem experimental

Versão corrigida

Tese de doutorado apresentada ao Programa de Pós-graduação em Linguística da Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas da Universidade de São Paulo para obtenção do título de Doutora em Letras.

Área de concentração:
Linguística

Orientadora:
Prof^a Dr^a Elaine Grolla

São Paulo
2023

ENTREGA DO EXEMPLAR CORRIGIDO DA DISSERTAÇÃO/TESE**Termo de Anuência do (a) orientador (a)**

Nome do (a) aluno (a): Camilla de Rezende

Data da defesa: 9 de agosto de 2023

Nome da Prof^a orientadora: Elaine Grolla

Nos termos da legislação vigente, declaro **ESTAR CIENTE** do conteúdo deste **EXEMPLAR CORRIGIDO** elaborado em atenção às sugestões dos membros da comissão Julgadora na sessão de defesa do trabalho, manifestando-me **plenamente favorável** ao seu encaminhamento ao Sistema Janus e publicação no **Portal Digital de Teses da USP**.

São Paulo, 26/10/2023.



(Assinatura do (a) orientador (a))

Autorizo a reprodução e divulgação total ou parcial deste trabalho, por qualquer meio convencional ou eletrônico, para fins de estudo e pesquisa, desde que citada a fonte.

Catálogo na Publicação
Serviço de Biblioteca e Documentação
Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas da Universidade de São Paulo

d278p de Rezende, Camilla
Promoção do argumento não agente em português
brasileiro: Uma abordagem experimental / Camilla de
Rezende; orientadora Elaine Grolla - São Paulo, 2023.
118 f.

Tese (Doutorado)- Faculdade de Filosofia, Letras e
Ciências Humanas da Universidade de São Paulo.
Departamento de Linguística. Área de concentração:
Semiótica e Linguística Geral.

1. PORTUGUÊS DO BRASIL. I. Grolla, Elaine, orient.
II. Título.

DE REZENDE, C. **Promoção do argumento não agente em português brasileiro: Uma abordagem experimental.** 2023. Tese (Doutorado em Linguística) – Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas, Universidade de São Paulo, São Paulo, 2023.

Aprovado em: 9 de agosto de 2023

Banca Examinadora

Prof^a Dr^a Elaine Bicudo Grolla

Instituição: FFLCH-USP

Prof. Dr. Eduardo Kenedy Nunes Areas

Instituição: UFF

Prof^a Dr^a Sandra Quarezemin

Instituição: UFSC

Prof^a Dr^a Esmeralda Vailati Negrão

Instituição: FFLCH-USP

Agradecimentos

É chegado o melhor momento da escrita da tese: os agradecimentos. Estas são apenas as duas primeiras páginas. Elas foram escritas, porém, ao longo de anos de dedicação à pesquisa. Sem os nomes que cito a seguir, o que se lê nas próximas páginas não poderia ter sido escrito. Agradeço:

A começar, à minha orientadora, a professora doutora Elaine Grolla, pelo rigor metodológico, pela leitura sempre atenta, pelas críticas que me fizeram aprimorar minha pesquisa. Por todo o trabalho compartilhado desde 2014, quando iniciei a jornada na pós-graduação, deixo registrado os meus mais sinceros agradecimentos.

Aos membros da banca de defesa, os professores Esmeralda Negrão, Eduardo Kennedy e Sandra Quarezemin, pelas generosas contribuições a esta tese. Agradeço também aos professores Marcello Marcelino Rosa, Evani Viotti e Maria Cristina Figueiredo Silva, que aceitaram o convite para suplência.

Aos professores Érica Rodrigues e Thiago Motta, que participaram da banca de qualificação, por suas sugestões no então projeto de pesquisa. Ao professor Thiago Motta agradeço ainda pelo incansável suporte em diversos momentos, especialmente quando a pesquisa ainda dependia de recursos tecnológicos dos quais eu não tinha domínio. Nesse quesito, aproveito para também agradecer a ajuda de Giovanna Rizzo Fonseca.

Aos colegas do Laboratório de Estudos em Aquisição de Linguagem, pelas reuniões e conversas que me estimularam academicamente. Em especial, ao Jon Torres e à Clariana Vieira, pelo suporte em forma de desabafos ao longo da etapa de redação de nossas teses.

Às representantes discentes da pós-graduação do Departamento de Linguística de 2020, Juliana Angel Osorno e Clarissa Monteiro, que intermediaram um pedido de verba para realização de parte da pesquisa. Pela ajuda com questões burocráticas, agradeço também ao amigo Wellington Santos Silva.

Sem cada uma das pessoas que doaram parte de seu tempo para participar do experimento, não haveria dados. Sem dados, não haveria tese. Então, a todos os participantes da pesquisa, muitíssimo obrigada! E, para encontrá-los, algumas pessoas assumiram um papel muito importante, contribuindo para o recrutamento. A elas, devo um enorme “obrigada”. A Ana Laura Boechat, Bruna Domingues Vieira, Tamires Silva,

Felipe Lucas da Silva, Nayara Natália de Barros, Ana Paula Piola, Camila Tiome Baba e Kamila Yumi Abe Moromizato. Muito obrigada!

Parte do recrutamento de participantes foi realizada no Colégio Dante Alighieri. Agradeço a Fernando Homem de Montes, Fernando Ribeiro, Joaquim Félix e Laércio da Silva pela ajuda.

Aos amigos que fiz durante os anos em que dividi o doutorado com o trabalho no Colégio Dante Alighieri, que por vezes contribuíram diretamente para a pesquisa: Vinicius Hijano, Joyce Brito, Yumi Moromizato, Arthur Fujii e Diego Sarraff.

Aos amigos do Studio Viva Mais Saúde, que me ajudaram a manter a saúde física (e conseqüentemente mental) na reta final de pesquisa. Agradeço especialmente ao Felipe Soares e à Michele Xavier, que nem sabem o quanto foram importantes para que eu me mantivesse inteira.

À grande amiga Aline Benevides, que me ajudou em diversos momentos, por estar sempre pronta a oferecer sua amizade, ouvindo meus lamentos e sugerindo uma solução para cada dificuldade que apareceu pela frente. A Marcelo Rangel, pela amizade de inúmeros PDFs e conversas. A Marcel Ávila e Karina Nascimento, pela companhia e pelas risadas. A Priscilla Aimett, por me inspirar a querer mais e ser uma pessoa melhor.

À minha família, por ouvir muitas vezes sobre o quanto eu estava cansada, por entender as ausências, pelas conversas e vinhos à mesa. Especialmente, à minha mãe e melhor amiga, Tais Silva; ao meu padrasto, Jorge Silva; ao meu irmão, Gustavo de Rezende; aos meus queridos avós, dona Clarice e seu Davino; e ao meu pai, Antonio de Rezende.

Ao Rodrigo Trevisan, que continua sendo meu primeiro leitor, pelo amor que não só se esconde mas também – e principalmente – se revela nos pequenos gestos.

RESUMO

Nesta tese, tomamos como ponto de partida a seguinte pergunta: quais são as estratégias sintáticas utilizadas pelos falantes de português brasileiro para promover o argumento não agente em casos em que há a supressão do argumento agente? Nosso objetivo foi verificar a promoção do argumento não agentivo a uma posição com mais proeminência na sentença, a posição pré-verbal, que consideramos ser a posição de sujeito. Para isso, produzimos um experimento de produção eliciada aplicado a dois grupos de adultos divididos de acordo com a escolaridade: com ensino superior completo *versus* com até o ensino médio. Camuflada em uma atividade de memória, a tarefa dos participantes foi responder uma pergunta sobre uma imagem em que não havia um agente ilustrado. Os resultados apontaram que os sujeitos com ensino superior fazem uso expressivo da passiva, estrutura que representa 89,2% das respostas. O grupo com ensino fundamental e médio também produziu muitas passivas, mas em menor frequência (38,4%), fazendo uso de outras estratégias, como sentenças truncadas com verbo no gerúndio e sentenças com sujeito nulo indeterminado no singular. As sentenças absolutas, que são uma estrutura intransitiva resultante de uma alternância verbal em que há a promoção do tema para a posição de sujeito, foram utilizadas na mesma baixa frequência por ambos os grupos (por volta de 1,7% dos casos), o que pode ser uma indicação de que a estrutura não é tão produtiva na língua.

PALAVRAS-CHAVE: sintaxe experimental; promoção do argumento não agente; sentenças absolutas; voz passiva.

ABSTRACT

In this dissertation, we take as a starting point the following question: what are the syntactic strategies used by Brazilian Portuguese speakers to promote the non agent argument in cases where the agent argument is suppressed? Our aim was to investigate the non agent promotion to a more prominent position in the sentence, the pre-verbal position, which we consider to be the subject position. We produced an elicited production experiment applied to two groups of adults divided according to education level: graduation level *versus* high school level. Camouflaged in a memory activity, the participants' task was to answer a question about an image in which there was no illustrated agent. The results showed that subjects with higher education make expressive use of passive sentences, a structure that represents 89.2% of the answers. The group with primary and secondary education also produced many passive sentences, but less frequently (38.4%), making use of other strategies, such as truncated sentences with a gerund verb and sentences with an indeterminate null singular subject. Absolute sentences, which are an intransitive structure resulting from a verbal alternation in which the thematic argument is promoted to the subject position, were used at the same low frequency by both groups (around 1.7% of cases), which may be an indication that this structure is not prolific in the language.

KEY-WORDS: experimental syntax; non agent promotion; absolute sentences; passive voice.

Lista de figuras

Figura 2.1: Marcação do parâmetro do sujeito nulo (adaptado de Veríssimo, 2017, p.84).....	36
Figura 2.2: Esquema diacrônico sobre tópicos e sujeitos (adaptado de Li & Thompson, 1976, p.485).....	47
Figura 3.1: Exemplo de material de Bock (1986) para verbos transitivos (retirado de Bock, 1986, p.361).....	63
Figura 3.2: Exemplo de material de Bock (1986) para verbos dativos (retirado de Bock, 1986, p.361).....	64
Figura 3.3: Materiais: evento em andamento.....	70
Figura 3.4: Materiais: evento finalizado.....	71
Figura 3.5: Procedimento: demonstração da fase 1 do experimento.....	73
Figura 3.6: Procedimento: demonstração da fase 2 do experimento – sentenças.....	74
Figura 3.7: Procedimento: demonstração da fase 2 do experimento – imagem.....	76
Figura 3.8: imagem eliciadora do verbo <i>apontar</i>	76

Lista de gráficos

Gráfico 1.1: Absolutas <i>versus</i> passivas em tarefa de produção (adaptado de de Rezende, 2016, p.78).....	16
Gráfico 2.1: Sujeitos nulos em PB ao longo do tempo – adaptado de Duarte (1996, p.88).....	37
Gráfico 2.2: Uso de pronomes plenos em PB (adaptado de Tarallo, 1996, p.66).....	40
Gráfico 2.3: Dispersão dos tempos de reação por escolaridade – em milésimos de segundos (retirado de Kenedy, 2011, p.84).....	52
Gráfico 3.1: Respostas do grupo 1 por tipo de verbo na sentença-prime.....	87
Gráfico 3.2: Respostas do grupo 2 por tipo de verbo na sentença-prime.....	88
Gráfico 3.3: Respostas do grupo 1 por posição do tema na sentença-prime.....	89
Gráfico 3.4: Respostas do grupo 2 por posição do tema na sentença-prime.....	90
Gráfico 3.5: Respostas do grupo 1 por condição experimental.....	91
Gráfico 3.6: Respostas do grupo 2 por condição experimental.....	92
Gráfico 3.7: Distribuição de frequência relativa das produções – comparação entre grupos.....	97
Gráfico 3.8: Distribuição de frequência relativa das produções – comparação por escolaridade.....	102

Lista de tabelas

Tabela 3.1: Distribuição de frequência das estruturas produzidas – por grupo.....	84
Tabela 3.2: Comparação entre a posição do tema na sentença-prime e na resposta – grupo 1 (N = 30).....	93
Tabela 3.3: Comparação entre a posição do tema na sentença-prime e na resposta – grupo 2 (N = 30).....	94
Tabela 3.4: Comparação entre o tempo verbal na sentença-prime e na resposta – grupo 1 (N = 30).....	95
Tabela 3.5: Comparação entre o tempo verbal na sentença-prime e na resposta – grupo 2 (N = 30).....	96

Lista de quadros

Quadro 2.1: Evolução do paradigma flexional do PB (adaptado de Duarte, 1996, p.85).....	38
Quadro 2.2: Evolução da ordem sentencial em PB (adaptado de Duarte, 1992, p.42).....	41
Quadro 3.1: Nossas condições experimentais.....	67
Quadro 3.2: Materiais: Lista 1.....	68
Quadro 3.3: Materiais: Lista 2.....	69
Quadro 3.4: Materiais: verbos usados para a produção das imagens eliciadoras.....	71
Quadro 3.5: Classificação dos dados.....	82

Sumário

Capítulo 0: Percurso da pesquisa	12
Capítulo 1: Introdução	14
1.1. Estudo anterior: de Rezende (2016)	14
1.2. O presente estudo	18
1.3. Pergunta de pesquisa	19
1.4. Objetivos	20
Capítulo 2: referencial teórico	21
2.1. Promoção do argumento não agente	21
2.2. PB: uma língua de sujeito nulo parcial	30
2.3. PB: língua de proeminência de tópico?	44
2.4. A posição sintática do argumento não agente pré-verbal	57
2.5. Considerações sobre o capítulo	60
Capítulo 3: Estudo experimental	62
3.1. Introdução	62
3.1.1. Priming sintático – Bock (1986)	62
3.1.2. Nosso estudo	65
3.2. Variáveis e condições	66
3.3. Materiais	67
3.4. Procedimento	72
3.5. Participantes	78
3.5.1. Grupo 1	78
3.5.2. Grupo 2	79
3.6. Previsões	79
3.7. Resultados	81
3.7.1. Método de classificação dos dados	81
3.7.2. Análise de dados	84
3.8. Discussão	97
Capítulo 4: Considerações finais	110
Referências	115

Capítulo 0: Percurso da pesquisa

A pesquisa de que derivou esta tese de doutorado passou por dificuldades por vezes intransponíveis. Antes mesmo de dar início à apresentação da pesquisa, consideramos ser imprescindível expor o contexto em que ela se inseriu. Por isso, gostaríamos de brevemente relatar o percurso percorrido.

Originalmente, o trabalho discutiria as relações entre a linguagem e as funções executivas em diferentes populações, entre as quais encontrava-se um grupo de idosos com idade acima de 80 anos. De julho de 2017 a fevereiro de 2020, realizamos as seguintes etapas do então projeto de pesquisa: levantamento bibliográfico, desenvolvimento da metodologia, incluindo a produção de cinco experimentos diferentes, redação de um relatório de qualificação e coleta de dados de 22 participantes.

Em março de 2020, todos sabemos o que aconteceu no mundo. Com as restrições impostas pela pandemia de Covid-19, tivemos de interromper a coleta de dados, que estava em andamento na época. Os experimentos desenvolvidos para a investigação captavam o tempo de reação dos participantes, então demandavam que as entrevistas fossem realizadas presencialmente, com testes produzidos a partir dos softwares PsychoPy e Linger, instalados no notebook da pesquisadora responsável. Nesse momento, não seria possível coletar dados especialmente dos idosos, que compunham o grupo de maior risco na pandemia. Dado que esses participantes precisavam ficar isolados, foi impossível retomar a coleta de dados presencialmente. Com isso, passamos alguns meses adaptando os experimentos para versões que pudessem ser rodadas on-line, para que a coleta de dados pudesse ser realizada remotamente, o que, por fim, não funcionou. Realizar os experimentos remotamente com participantes idosos se tornou impossível, dada a baixa (ou muitas vezes nenhuma) familiaridade deles com computadores, tablets e outros dispositivos tecnológicos.

Considerando que o então projeto de pesquisa que agora chamamos de projeto original não teria resultados satisfatórios sem a coleta de dados, em abril de 2021

optamos por alterar completamente nosso estudo, retomando em parte o objeto de pesquisa investigado no mestrado: as sentenças absolutas do português brasileiro.

É importante levar em conta, portanto, que o que se lerá nas próximas páginas é resultado de uma pesquisa desenvolvida inteiramente entre abril de 2021 e dezembro de 2022, incluindo o levantamento bibliográfico, o desenvolvimento da metodologia, a coleta de dados e a análise de resultados.

Capítulo 1: Introdução

A presente tese de doutorado teve como objeto de estudo sentenças em que um argumento não agente foi promovido a uma posição com proeminência na sentença, que seria a posição pré-verbal, muitas vezes inicial. Chamamos esse processo de promoção do argumento não agente. Foi realizado um estudo experimental com 60 adultos falantes nativos de português brasileiro. Nosso principal objetivo foi observar as estratégias sintáticas adotadas pelos participantes quando instados a descrever cenas em que não havia um agente ilustrado.

A tese organizou-se assim: além deste primeiro capítulo, de apresentação da pesquisa, em que trazemos nosso objeto de estudo e nossos objetivos, compõem o texto mais três capítulos. O capítulo 2 traz nosso embasamento teórico, em que abordamos aspectos relevantes para a análise de nossos dados, que será feita no capítulo seguinte. O terceiro capítulo é dedicado ao nosso estudo experimental. Nele, está detalhada nossa metodologia, assim como os resultados de nosso experimento e as análises subsequentes. Por fim, o quarto e último capítulo apresenta as contribuições desta pesquisa para a literatura e esboça encaminhamentos futuros.

Antes da apresentação da presente pesquisa, a fim de contextualizá-la, na próxima seção, sintetizamos os resultados de um estudo anterior que investigou um tipo específico de estrutura em que há a promoção do argumento não agente, a saber, a chamada sentença absoluta. Apresentamos brevemente, a seguir, os dados observados em de Rezende (2016).

1.1. Estudo anterior: de Rezende (2016)

Em trabalho anterior, buscando dar mais um pequeno passo na longa jornada de compreensão do português brasileiro, investigamos a sentença absoluta, exemplificada em (1) a (5)¹ abaixo. Trata-se de uma estrutura intransitiva resultado de uma alternância verbal em que o objeto lógico está numa posição pré-verbal, e não se faz presente um agente ou uma causa.

¹ Os exemplos (1) a (5) foram anotados por nós a partir de conversas espontâneas.

- (1) Meu crachá trocou ontem.
- (2) O remédio não compra sem receita.
- (3) Essa grade tinha tirado.
- (4) Panela também coloca na lava-louça?
- (5) Naquela época, as refeições não pagavam.

Os exemplos acima trazem verbos prototipicamente transitivos, ou seja, que requerem ao menos dois argumentos, em construções intransitivas, em que somente um argumento é projetado. O argumento tema, que em uma sentença transitiva possivelmente ocuparia a posição de objeto direto, aparece em uma posição pré-verbal, concordando com o verbo, ocupando aparentemente a posição de sujeito. No exemplo (5), como o argumento tema “as refeições” está no plural, podemos observar que esse elemento desencadeia concordância com o verbo, uma evidência de que está aparentemente ocupando a posição de sujeito.

Em de Rezende (2016), investigamos as sentenças absolutas em português brasileiro infantil por meio de dois experimentos: uma tarefa de produção eliciada e uma tarefa de julgamento de aceitabilidade. Foi observada uma diferença notável entre o comportamento dos grupos. As crianças compuseram dois grupos de acordo com a faixa etária. Crianças mais novas, com idade entre 3 anos e 8 meses e 4 anos e 11 meses, representaram um dos grupos, enquanto crianças um pouco mais velhas, com idade entre 5 e 6 anos, representaram o outro. Um grupo de controle composto por adultos foi inserido na pesquisa.

No experimento de produção, observou-se que as crianças mais novas valeram-se de sentenças absolutas quase na mesma medida em que se valeram de sentenças passivas. As crianças um pouco mais velhas produziram menos absolutas e mais passivas do que as mais novas. Já entre os adultos as absolutas foram menos frequentes e as passivas foram mais frequentes. O gráfico a seguir apresenta um recorte dos dados apresentados em de Rezende (2016):

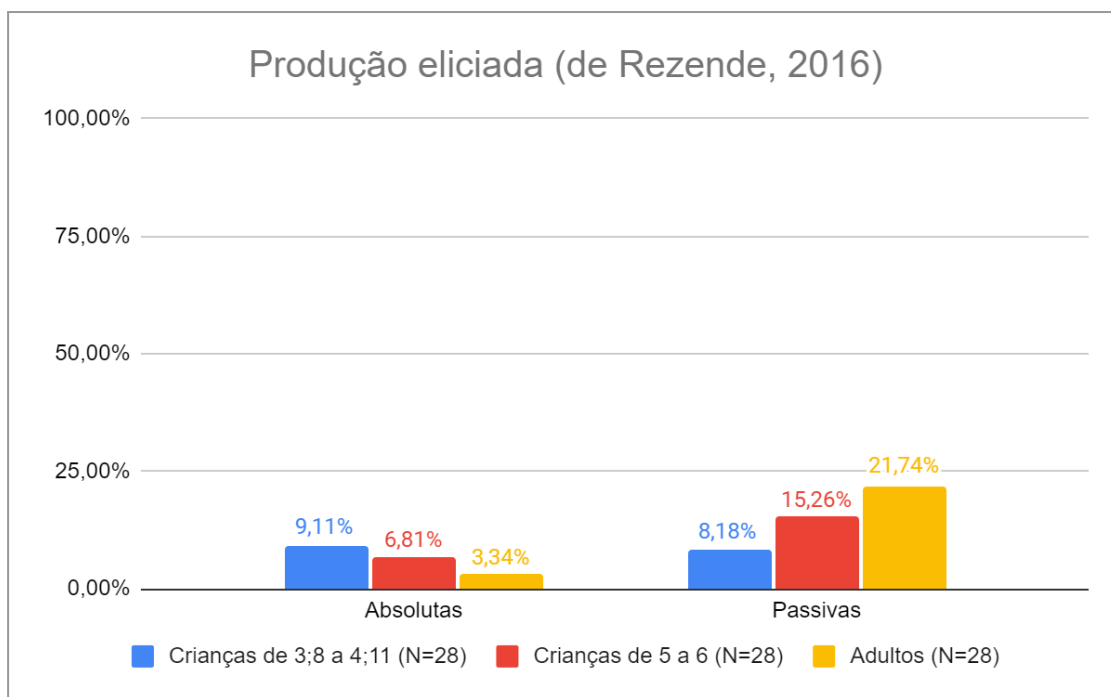


Gráfico 1.1: Absolutas *versus* passivas em tarefa de produção (adaptado de de Rezende, 2016, p.78)

Como vemos a partir dos dados do gráfico (1.1) acima, à medida que a frequência de absolutas diminui de acordo com a idade, a frequência de passivas aumenta. Enquanto as crianças algumas vezes produziram sentenças absolutas, o comportamento dos adultos aponta para uma preferência pela passiva em detrimento da absoluta. Ao que parece, as crianças utilizaram a absoluta como uma estratégia de esquiva da passiva, que, como veremos, pode ser considerada mais complexa estruturalmente.

Na primeira versão do artigo apresentado em de Rezende & Grolla (2021), devido à baixíssima frequência de sentenças absolutas produzidas pelos adultos, um parecerista anônimo levantou a possibilidade de tais sentenças não serem uma estrutura legítima em PB. Uma análise alternativa para a sentença absoluta seria não a considerar de fato gramatical, mas entendê-la como um lapso de fala, que poderia ser decorrente de falhas entre o planejamento e a produção de sentenças. Esse ponto não foi explorado em de Rezende (2016) e nem em de Rezende & Grolla (2021), mas gostaríamos de entretê-lo rapidamente aqui.

De acordo com Dell (1986), um enunciado é iniciado pelo item com o mais alto nível de ativação presente na memória do falante. Esse processo eventualmente falha, gerando o chamado lapso de fala, o que acontece quando o item com o mais alto nível

de ativação não é o item mais adequado e acaba sendo pronunciado no local de outro item. Um exemplo é dado em “fechar a geladeira da porta”, em vez da versão mais adequada “fechar a porta da geladeira”.

No caso das sentenças absolutas, uma possibilidade seria considerar que, uma vez que o argumento não agente está altamente ativo na memória do falante, isso faz com que o falante o pronuncie no início da sentença, resultando em uma absoluta em vez de uma sentença transitiva comum, por exemplo. Entretanto, diversas sentenças absolutas já foram anotadas por diferentes pesquisadores (inclusive por nós) a partir de conversas espontâneas entre falantes nativos de PB. Por isso, não nos parece haver coerência na possibilidade de as sentenças absolutas serem decorrentes de lapsos de fala. Voltaremos a esse ponto na discussão dos nossos resultados. Outro motivo para não considerar as sentenças absolutas como ilegítimas é que, em geral, em casos de lapso de fala, os falantes eventualmente se corrigem, modificando a sentença anômala. No caso das absolutas, não há “reparo” das sentenças enunciadas, indicando que os falantes não as reconhecem como anômalas.

Voltando a de Rezende (2016), no segundo experimento, de tarefa de julgamento de aceitabilidade, ambos os grupos de crianças julgaram uma sentença absoluta como “aceitável” na mesma frequência, em por volta de 30% dos casos. Os adultos, no entanto, só consideraram “aceitável” sentenças absolutas em 13% das vezes.

De acordo com Negrão & Viotti (2010), não há nas sentenças absolutas o que as autoras chamam de força indutora, que seria o elemento desencadeador da ação denotada pelo verbo. Negrão & Viotti (2010) defendem que a força indutora, nas absolutas, nem chega a ser conceitualizada, por isso, um agente (ou causa) não se faz presente nem implicitamente. Com base nessa hipótese das autoras, o contexto manipulado em de Rezende (2016) referia-se à presença ou ausência de um agente da ação apresentada nas imagens utilizadas como estímulo para a produção e o julgamento das sentenças. Verificou-se que, nos contextos sem um agente, mais absolutas foram produzidas na tarefa de produção, assim como mais absolutas foram consideradas aceitáveis nesse contexto na tarefa de julgamento, em comparação aos contextos com um agente. Desse modo, concluiu-se que o contexto sem agente é mais propício tanto para a produção como para o julgamento como aceitável das sentenças absolutas.

1.2. O presente estudo

As sentenças absolutas apresentadas na seção anterior em alguma medida são semanticamente equivalentes a contrapartes passivas, como podemos ver nos seguintes exemplos:

- (6) Meu crachá foi trocado ontem.
- (7) O remédio não é comprado sem receita.
- (8) Essa grade tinha sido tirada.
- (9) Panela também é colocada na lava-louça?
- (10) Naquela época, as refeições não eram pagas.

Em ambas as estruturas, o constituinte que seria objeto de uma versão transitiva dos verbos, que apresenta um papel temático diferente do agente, aparentemente ocupa a posição de sujeito. Como está em uma posição pré-verbal, esse elemento não agentivo ocupa uma posição de destaque na sentença, ou seja, posição esta que representa um lugar mais privilegiado discursivamente do que aquele que originalmente tal elemento ocuparia. Por isso, chamaremos esse procedimento, comum às passivas e às absolutas, de promoção do argumento não agente.

Além da sentença absoluta – e da sentença na voz passiva –, o português brasileiro vem apresentando outras formas de promover o argumento não agente para uma posição de mais prestígio na sentença, à esquerda. Essas formas incluem estruturas que ficaram conhecidas na literatura como sentenças de “tópico sujeito” (PONTES, 1987), exemplificadas a seguir:

- (11) Essas casas batem muito sol.
- (12) A mesa quebrou o pé.

Em (11) temos um locativo em posição pré-verbal. O fato de “essas casas” estar no plural deixa evidente que há concordância entre esse elemento e o verbo. A posição pré-verbal que ocupa o locativo poderia ser analisada como a posição de sujeito. Já em (12) o que está em uma posição pré-verbal não é um locativo, mas um genitivo, ou seja, (12) parece derivar de uma sentença como “quebrou o pé *da* mesa”, em que a preposição “de” foi suprimida. Assim como em (11), em (12) uma possibilidade é dizer que a posição pré-verbal que ocupa o genitivo “a mesa” seria a posição de sujeito.

As construções de tópico sujeito, exemplificadas em (11) e (12) acima, levaram alguns pesquisadores a propor que o português brasileiro (doravante PB) é uma língua de proeminência de tópico, no sentido de Li & Thompson (1976). Desse modo, a língua se diferenciaria do português europeu e das demais línguas românicas, que são línguas de proeminência de sujeito. Entretanto, trata-se de uma hipótese que não é unânime. Mais recentemente alguns autores vêm apresentando argumentos contra a ideia de que o PB é uma língua de proeminência de tópico. No capítulo 2 apresentamos os dois lados do debate sobre a tipologia do português brasileiro: trata-se de uma língua de proeminência de tópico ou de proeminência de sujeito?

O presente estudo se situou nesse debate, buscando contribuir para a discussão sobre a tipologia do PB. Desta vez, além das sentenças absolutas, abordamos algumas outras estruturas com sujeito que não apresenta papel temático de agente. Mais especificamente, a investigação aqui proposta se atém às formas de promoção do argumento não agente para uma posição com mais proeminência na sentença, a posição pré-verbal.

1.3. Pergunta de pesquisa

No presente trabalho, optamos por realizar uma investigação voltada à língua adulta. Como a sentença absoluta é um ótimo exemplo de estrutura em que há a promoção do argumento não agente, partimos do que já se sabe sobre ela, como o fato de o contexto mais propício para sua produção ser aquele sem um agente expresso. Todos os contextos sob investigação nesta tese, portanto, não apresentaram um agente ou uma causa ilustrados nas imagens utilizadas como estímulo, considerando este um cenário mais adequado para a promoção do argumento não agente. Ou seja, dado que as sentenças absolutas são produzidas mais frequentemente em contextos sem a presença de um agente, no presente estudo exploramos esse tipo de contexto, sem contrastá-lo a contextos com agente presente. Nossa pergunta de pesquisa foi a seguinte:

Quais são as estratégias sintáticas utilizadas pelos falantes de PB para promover o argumento não agente em casos em que há a supressão do argumento agente?

1.4. Objetivos

Para responder à pergunta acima, valemo-nos de um experimento de produção eliciada. Os estímulos foram manipulados para investigar quais são as estruturas utilizadas pelos falantes quando são instigados a descrever cenas em que não estão explícitos um agente ou uma causa da ação mostrada nas imagens.

Nosso objetivo geral foi, então, investigar a promoção do argumento não agente a uma posição com mais proeminência discursiva na sentença. Em outras palavras, nosso intuito foi observar as estratégias sintáticas adotadas pelos falantes de PB em contextos em que não há um argumento com papel temático de agente ou causa, deixando proeminente o argumento com papel temático diferente do agente. Com base nisso, os objetivos específicos da pesquisa foram:

- a. elaborar e conduzir um experimento de produção eliciada em que os participantes são estimulados a produzir sentenças cujo primeiro constituinte seja um argumento não agente;
- b. transcrever as sentenças produzidas pelos participantes da pesquisa;
- c. classificar os dados obtidos de acordo com a estrutura produzida;
- d. realizar a análise quantitativa e qualitativa de dados;
- e. discutir os resultados obtidos de acordo com os pressupostos teóricos adotados pela pesquisa (expostos no capítulo 2), assim como compará-los com resultados obtidos por estudos anteriores.

Apresentados nossos objetivos, finalizamos este capítulo. O capítulo seguinte traz o embasamento teórico necessário para a análise dos dados apresentados no capítulo subsequente, o terceiro.

Capítulo 2: referencial teórico

O presente capítulo é destinado à apresentação de conceitos teóricos que foram importantes para a análise de nossos dados, apresentados no capítulo 3. O capítulo está organizado da seguinte forma: A primeira seção discute estruturas do português brasileiro em que houve uma promoção do argumento não agente para uma posição com mais proeminência na estrutura, a posição pré-verbal. Essas construções podem ser interpretadas como decorrentes de uma tendência do PB de preenchimento da posição de sujeito. Por isso, a seção 2.2. versa sobre o parâmetro do sujeito nulo, especialmente com relação ao português brasileiro. Já a seção 2.3. é destinada a discutir diferentes abordagens acerca da tipologia do PB com relação a sujeitos e tópicos: seria o PB uma língua de proeminência de tópico ou de proeminência de sujeito? A seção 2.3. expõe os argumentos de autores que defendem que o PB é uma língua de proeminência de tópico e os de pesquisadores para os quais a língua é de proeminência de sujeito. Encerra o capítulo a seção 2.4., em que trazemos algumas considerações sobre a discussão apresentada na seção anterior.

2.1. Promoção do argumento não agente

A gramática normativa tradicionalmente aponta o sujeito como “o ser de quem se diz algo” (Rocha Lima, 1972, p.205). Já o objeto é descrito como “o complemento que, na voz ativa, representa o paciente da ação verbal”, além de poder “ser o sujeito da voz passiva” (Rocha Lima, 1972, p.212). Postos dessa forma, tais conceitos remetem à noção de que o sujeito é agente e o objeto, paciente. Há, no entanto, diversos exemplos que contrariam essa ideia, como vemos nas sentenças em (13b) e (14b) e nos pares de sentenças em (15) e (16) a seguir:

- (13) a. O menino quebrou o vaso.
b. O vaso quebrou.
- (14) a. O gerente trocou o meu crachá ontem.
b. O meu crachá trocou ontem.

- (15) a. Aquela casa bate sol.
b. Naquela casa bate sol.
- (16) a. Furou o pneu do meu carro.
b. O meu carro furou o pneu.

O par de sentenças apresentado em (13) é um exemplo clássico de alternância causativa. Trata-se de uma alternância de valência verbal em que o objeto de uma sentença transitiva, como “o vaso” do exemplo (13a) acima (chamada de sentença causativa), pode figurar como sujeito de uma versão intransitiva do mesmo verbo, apresentada em (13b) acima (chamada de sentença incoativa). Em diversas línguas, os verbos “quebrar”, “abrir”, “fechar” e “afundar”, por exemplo, fazem parte de uma classe de verbos que tradicionalmente aceitam essa alternância. Não há consenso na literatura quanto à transitividade básica desses verbos, não sendo possível precisar qual é a versão derivada, a transitiva ou a intransitiva. Em todo caso, trata-se de um mecanismo encontrado em muitas línguas para inserir o agente ou a causa, considerando a versão intransitiva como básica, ou para suprimir o agente ou a causa, agora considerando básica a versão transitiva.

Em (14) vemos outro caso de alternância de valência verbal. Ciríaco & Cançado (2009) sugerem que exemplos como (13) e (14) representam fenômenos semânticos distintos, uma vez que a alternância causativa, apresentada em (13), pode ser caracterizada por propriedades semânticas dos verbos e de seus argumentos, diferentemente da alternância em (14), cujas versões intransitivas, chamadas pelas autoras de ergativas periféricas, “necessitam de algum artifício para serem aceitas” (Ciríaco & Cançado, 2009, p.225).

Seguindo Negrão & Viotti (2010), chamamos a versão intransitiva da alternância apresentada em (14) de sentença absoluta. As sentenças absolutas são formadas por verbos que prototipicamente não fazem parte da classe de verbos de alternância causativa. De acordo com Amaral & Cançado (2017), trata-se de verbos agentivos. Trabalhos como os de Negrão & Viotti (2008) e de Carvalho & Costa (2014), entretanto, defendem que a sentença absoluta seria justamente resultado de uma expansão na classe de verbos de alternância causativa², que passaria a incluir alguns verbos transitivos que prototipicamente não aceitam alternâncias desse tipo – e

² Como apontado em Negrão & Viotti (2008), o alargamento da classe de verbos de alternância causativa já havia sido sugerido em Whitaker-Franchi (1989).

inclusive não apresentam as mesmas propriedades semânticas dos verbos de alternância causativa.

De acordo com Negrão & Viotti (2010), nas sentenças absolutas não há o que as autoras chamam de força indutora, que seria o elemento que desencadeia a ação denotada pelo verbo, podendo ser, mas não se limitando a isso, o argumento com papel temático de agente. Nas sentenças absolutas, como podemos observar no exemplo em (14b), o agente não está presente, e o argumento tema passa a uma posição pré-verbal, onde concorda com o verbo. Ou seja, em tais estruturas, o objeto semântico aparentemente ocupa uma posição que pode ser de sujeito.

Já as sentenças em (15) apresentam não o objeto, mas um locativo na posição pré-verbal, posição esta considerada por Galves (1998) como de sujeito. Em (15b), o locativo está preposicionado. De modo similar, em (16b) temos uma sentença cuja posição pré-verbal está ocupada por um genitivo. Ou seja, a sentença em (16b) parece derivar de (16a), “furou o pneu do meu carro”, mas em (16b) apenas “o meu carro” se desloca para a posição pré-verbal, e a preposição “de” não se faz presente.

As sentenças em (15) e (16) têm sido frequentemente estudadas em PB, sendo objeto de amplo debate sobre a tipologia da língua. Se por um lado alguns autores (Pontes 1987; Galves 2001; Negrão, Viotti 2008, 2011, 2014; Avelar 2009; Avelar, Galves 2011; Munhoz, Naves 2012) consideram essas construções como peculiares do PB e argumentam que esse tipo de estrutura é restrito a línguas de proeminência de tópico, por outro lado há autores (Kenedy 2014; Quarezemin & Cardinaletti 2017; Quarezemin 2017) que têm defendido que o PB é, assim como outras línguas românicas, uma língua de proeminência de sujeito, de modo que as sentenças com locativo e genitivo – como (15b) e (16b) acima – não representariam estruturas específicas da língua, uma vez que exemplos similares estariam presentes no português europeu e no italiano, por exemplo. O que está no cerne da discussão é qual seria a posição ocupada pelo argumento interno do verbo, que é promovido para a esquerda da sentença: seria essa posição a posição canônica de sujeito (i.e., Spec-IP ou Spec-TP) ou seria ela a posição de tópico, numa configuração de estruturas de tópico-comentário (i.e., Spec-CP, por exemplo)?

Os quatro tipos de sentença apresentados em (b) acima têm em comum um elemento não agentivo à esquerda. Trata-se de exemplos em que há uma diferença na projeção da grade temática na sintaxe, uma vez que o verbo deixa de selecionar um

sujeito agente e passa a ter um não agente na posição pré-verbal, que, no caso dos exemplos acima, pode ser paciente, locativo ou genitivo. O argumento que não é agente também aparece na posição pré-verbal em outro tipo de estrutura, a sentença na voz passiva, como em (17) abaixo:

(17) O meu crachá foi trocado ontem (pelo gerente).

É possível dizer que a passiva³ é também uma das formas de promoção do argumento não agente. Trata-se de um mecanismo sintático de intransitivização de verbos transitivos, em que se promove o objeto lógico, que não é o argumento agente, para uma posição com mais proeminência discursiva, a posição pré-verbal. Essa definição da passiva é a mesma das estruturas em (13b) e (14b) acima. Superficialmente, os exemplos supracitados e a passiva parecem ser semanticamente equivalentes. A diferença estaria no procedimento sintático empregado para sua formação. Enquanto em (13b) e (14b) há uma inversão na ordem dos constituintes (de “agente-verbo-tema” para “tema-verbo”), na passiva há, além disso, um verbo auxiliar e o verbo principal está no particípio⁴. Ou seja, em comparação às sentenças incoativas e absolutas, as passivas representam uma estrutura mais complexa.

Ainda sobre as sentenças passivas, devemos pontuar que o sujeito lógico, chamado de agente da passiva, pode se fazer presente por meio de um sintagma preposicionado (PP), que foi apresentado entre parênteses no exemplo (17) acima. A inserção de um PP em casos como os exemplificados em (13b) e (14b) gera sentenças agramaticais, como ilustram (18) e (19) a seguir:

(18) *O vaso quebrou pelo menino.

(19) *O meu crachá trocou ontem pelo gerente.

Outra propriedade da passiva é que nessa estrutura podemos recuperar a intenção ou volição do agente, o que, como já sugerem os exemplos (18) e (19), não é possível nas sentenças incoativas e absolutas. Ou seja, nas passivas, mesmo quando

³ Neste ponto, ressaltamos que estamos chamando de “passiva” as sentenças formadas pelo verbo auxiliar “ser” seguido de um verbo principal na sua forma participial, cujo sujeito é sempre paciente. Entendemos que as línguas encontram diversas maneiras de codificar o procedimento que chamamos de “passiva”, mas ressaltamos que, para os propósitos da presente tese, outras formas de passivização não serão exploradas.

⁴ A formação da passiva envolve diversas etapas, incluindo movimentos que podemos considerar não canônicos, a exemplo do que Collins chama de *smuggling* (COLLINS, 2005). Por fugir ao escopo da presente pesquisa, não nos aprofundaremos nos processos de formação da passiva, mas remetemos o leitor interessado no tema a Collins (2005).

não está presente, o agente da passiva pode ser retomado. Como exemplifica Amaral (2015, p.79), isso é feito com a inserção de uma oração subordinada de finalidade.

- (20) a. A blusa foi lavada para ser doada ao brechó.
 b. *A blusa já lavou para ser doada ao brechó.

Fica claro com o exemplo (20b) acima que a mesma oração subordinada de finalidade não pode ser inserida em uma sentença absoluta. Podemos dizer, então, que nas absolutas não é possível recuperar a volição do agente. Isso estaria ligado ao fato de nas absolutas não haver o que Negrão & Viotti (2010) chamam de força indutora. Por esse motivo, a inserção da oração subordinada de finalidade resulta na agramaticalidade de (20b).

Como vimos, mesmo quando não se faz presente, o agente da passiva pode ser recuperado. Quando está presente, no entanto, o elemento ocupa uma posição sintática menos privilegiada do que a do objeto lógico, que está na posição de sujeito. Desse modo, a estrutura pode ser utilizada para suprimir o agente, ou mesmo para dar menos destaque a ele, além de representar uma forma de promover o argumento não agente, como aponta Lima Jr (2016):

A posição que o objeto lógico ocupa nessa estrutura (a posição de sujeito) tende a ser a mais proeminente discursivamente. Em termos pragmáticos, portanto, o falante pode valer-se de uma passiva toda vez que desejar apresentar o tópico da conversa como tema; ou ainda, quando desejar desenfatar o agente, deixando-o subentendido, optando por omiti-lo, ou dispondo-o numa posição menos privilegiada discursivamente. (LIMA JR., 2016, p.19)

A passiva pode ser considerada, então, como um recurso das línguas para promover o argumento não agente a uma posição que seja, como aponta Lima Jr. (2016), mais privilegiada discursivamente. Entretanto, há outras formas de realizar tal promoção. As sentenças em (13b) a (16b) são exemplos disso.

Apesar de, em comparação às passivas, serem menos complexas em termos sintáticos e morfológicos, sentenças incoativas, absolutas e com locativo e genitivo apresentam algumas restrições, não sendo formadas a partir de quaisquer verbos. Definir as propriedades dos verbos que aceitam alternâncias como essas é um trabalho complexo. Vejamos os exemplos a seguir:

- (21) A cada um minuto quatro coisas vendem.
 (22) ?A cada um minuto quatro coisas compram.

Os verbos “vender” e “comprar” são semanticamente muito próximos, uma vez que a diferença entre eles parece residir apenas na direcionalidade do evento: enquanto “vender” foca na pessoa que oferece um produto, “comprar” foca na pessoa que recebe o produto. Em suas formas transitivas, ambos os verbos apresentam como objeto o produto da venda/compra. Entretanto, como ilustram os exemplos (21) e (22) acima, somente “vender” parece aceitar uma alternância, aparecendo em uma forma intransitiva em que o objeto lógico passa a uma posição pré-verbal. Ou seja, o verbo “vender” pode figurar em uma sentença absoluta. A sentença em (21) é especialmente interessante porque o objeto lógico está no plural, então é possível observar que há concordância desencadeada entre esse elemento e o verbo, uma evidência de que o objeto lógico estaria na posição de sujeito. Além disso, o exemplo foi retirado de uma campanha publicitária que foi veiculada na televisão brasileira até por volta de 2014, um indício, como apontam Negrão & Viotti (2014), de que sentenças absolutas como essa são “cada vez mais atestadas na fala cotidiana do português brasileiro contemporâneo” (p.317).

Não estão claras quais são as propriedades que determinam quais verbos aceitam alternâncias, distinguindo verbos semanticamente próximos como “vender” e “comprar”. É preciso pontuar que, enquanto há algum consenso com relação aos verbos de alternância causativa – que são verbos de mudança de estado –, as propriedades dos verbos em sentenças absolutas aparentemente são diversas, e tais verbos, portanto, não formam uma classe homogênea. Justamente por isso, de acordo com o portal VerboWeb (Cançado et al., 2017), os verbos que aparecem nas sentenças absolutas apresentam a propriedade não classificatória de licenciar a alternância incoativa periférica. A alternância incoativa periférica é o nome dado pelas responsáveis pelo portal VerboWeb às sentenças absolutas.

Os verbos em sentenças na voz passiva, por sua vez, apresentam uma única restrição: devem ser transitivos. Dessa forma, a voz passiva pode ser uma ferramenta de promoção do argumento não agente à posição pré-verbal. Como não há restrições de ordem sintática e semântica, o uso da passiva estaria restrito apenas por questões relacionadas ao registro, uma vez que a estrutura é por vezes considerada como própria da língua escrita. Nesse caso, a passiva estaria mais disponível a grupos mais escolarizados. Apresentamos essa perspectiva na seção 3.8., em que discutimos nossos resultados experimentais.

Por ora, é importante ressaltar que, diferentemente das sentenças passivas, as sentenças absolutas parecem suprimir por completo o elemento com papel temático de agente, aproximando-se, de certo modo, de sentenças sem um sujeito definido (a exemplo de “Quebraram o vaso”, em que não se sabe quem foi o responsável pela ação de quebrar). A sentença absoluta apresenta um evento desencadeado espontaneamente, ainda que seja formada por um verbo semanticamente relacionado à agentividade.

Negrão & Viotti (2008) abordam a alternância causativa sob uma perspectiva bastante interessante para nossa pesquisa. Segundo as autoras, é possível remover o argumento externo de sentenças causativas, de forma que a posição de sujeito fique desocupada. As sentenças em (23) a seguir, retiradas de Negrão & Viotti (2008, p.186), exemplificam o caso em questão:

- (23) a. O Ricardo fechou a porta.
 b. Ø fechou a porta.
 c. A porta fechou.

A partir de uma sentença como (23b), então, pode-se formar uma sentença como (23c), em que o argumento interno passa a ocupar a posição pré-verbal. Para Negrão & Viotti (2008), a sentença causativa em (23a) tem como sua contraparte a sentença impessoal em (23b), em que o argumento externo, que tem papel temático de agente, é apagado. Como a posição de sujeito está desocupada em (23b), ela pode ser preenchida pelo argumento interno, gerando a sentença incoativa que vemos em (23c).

O processo de formação de uma sentença incoativa descrito acima parece estar ocorrendo com outros verbos, que não compõem a classe de verbos de alternância causativa. É possível que esse seja o caso das sentenças absolutas. Antes de chegar a uma sentença absoluta, porém, há uma construção intermediária, a exemplo da estrutura em (23b), na qual a posição de sujeito permanece vazia. Construções como (23b) são o objeto de estudo de Lunguinho & Medeiros Júnior (2009), que investigam sentenças impessoais como as apresentadas a seguir (exemplos retirados de Lunguinho & Medeiros Júnior, 2009, p.10):

- (24) a. Matou um rapaz no show do Zezé di Camargo e Luciano ontem.
 b. Montou o armário lá em casa semana passada.

c. Não tá mais contratando gente para trabalhar.

Lunguinho & Medeiros Júnior (2009) argumentam que o surgimento de sentenças como em (24) no PB seria resultado de uma série de mudanças observadas na língua, como a) a perda de seus clíticos, b) o encolhimento da grade de concordância verbal e c) a cristalização da ordem sujeito-verbo-objeto. Para compreender o raciocínio dos autores, vejamos os exemplos a seguir (retirados de Lunguinho & Medeiros Júnior, 2009, p.9):

- (25) a. Precisa-se de balconistas (sujeito indeterminado)
 b. Vendem-se casas (passiva sintética)
 c. Vende-se casas (estrutura de indeterminação do sujeito)

Apesar de muito parecidas, as sentenças em (25a) e (25b) são consideradas pela gramática normativa como decorrentes de diferentes processos. Enquanto em (25a) o pronome *se* é um índice de indeterminação do sujeito, em (25b) o mesmo clítico é uma partícula apassivadora. E a origem da diferença reside na transitividade dos verbos: somente verbos transitivos diretos podem ser passados à voz passiva, por isso, a sentença (25a), formada pelo verbo transitivo indireto “precisar”, não é uma passiva, mas uma sentença com sujeito indeterminado.

É importante notar que, em (25b), há marca de concordância entre o verbo “vender” e o constituinte pós-verbal “casas”, uma indicação de que o elemento “casas” seria o sujeito da sentença. A ordem da sentença, portanto, é “verbo-sujeito”. De acordo com Lunguinho & Medeiros Júnior (2009), com a perda de concordância do PB, uma sentença como (25c) – que é uma passiva sintética, e portanto é formada com o pronome clítico *se*, mas, diferentemente de (25b), não apresenta a concordância verbal plural – passa a dividir uma identidade superficial com uma sentença como (25a) – que é uma construção com sujeito indeterminado, e portanto, além de também ser formada com o pronome clítico *se*, sempre aparece na 3ª pessoa do singular.

Ainda seguindo o raciocínio apresentado por Lunguinho & Medeiros Júnior (2009), uma vez que a ordem das sentenças em PB, de modo geral, tem se rigidificado como “sujeito-verbo-objeto”, o constituinte pós-verbal das passivas sintéticas sem marca de concordância passa a ser interpretado como objeto, e não mais sujeito, e a posição pré-verbal, como não está preenchida, passa a representar um sujeito nulo. A

perda dos clíticos em PB, por sua vez, também contribui para o surgimento de sentenças impessoais como as apresentadas em (24). Isso porque, com a eliminação do pronome *se* tanto de passivas sintéticas como de sentenças de indeterminação do sujeito, abre-se caminho para uma construção invariante, cujo verbo está sempre da 3ª pessoa do singular e é seguido do seu objeto.

Uma possível interpretação para as sentenças em (24) seria considerá-las, na contramão da análise de Lunguinho & Medeiros Júnior (2009), versões “verbo-sujeito” de sentenças absolutas. Nesse caso, então, elas não seriam formadas por um objeto canonicamente em posição pós-verbal, mas sim por um sujeito não agentivo em posição pós-verbal. Para Carvalho (2016), é possível que a sentença absoluta⁵ apareça em uma ordem verbo-sujeito, desde que sejam “consideradas as condições em que a ordem VS é favorável no PB” (Carvalho, 2016, p.168).

A nosso ver, entretanto, um dos aspectos interessantes da sentença absoluta é justamente o fato de o constituinte que prototipicamente seria objeto, que apresenta o papel de tema, ocupar uma posição pré-verbal. Por isso, para os fins da presente pesquisa, foram consideradas sentenças absolutas apenas aquelas em que se nota a ordem “tema-verbo”. Casos semelhantes, porém com a ordem “verbo-tema”, são considerados à parte, como sentenças com sujeito nulo indeterminado.

Voltando ao clítico *se*, a possibilidade de inserção desse pronome figura uma diferença crucial entre absolutas e incoativas. De acordo com Negrão & Viotti (2015, p.54), “em construções ergativas⁶ do português brasileiro, a presença do *se* não indica a supressão do participante relativo à causa do evento. Ela apenas torna essa causa inespecífica”. Para as autoras, “a causa só é de fato suprimida em construções absolutas, em que o clítico não aparece” (Negrão & Viotti, 2015, p.54). Por isso, a inserção do clítico *se* em uma sentença absoluta torna a sentença agramatical, o que não acontece com a incoativa, como ilustram os exemplos a seguir:

(26) *Meu crachá se trocou ontem.

(27) A porta se fechou.

⁵ A tese apresentada em Carvalho (2016) trata de algumas alternâncias verbais. A autora chama a sentença absoluta de “membro intransitivo da alternância agentiva”.

⁶ As autoras chamam de “construções ergativas” a versão intransitiva da alternância causativa, que estamos chamando de “sentença incoativa”.

Negrão & Viotti (2008, p.179) apresentam como “curioso” o fato de as absolutas rejeitarem a presença do clítico *se*. Isso porque o *se* é muitas vezes considerado um marcador da alteração da diátese verbal, por vezes indicado como o marcador morfológico da voz média⁷. Uma possibilidade seria dizer que as absolutas não aceitam a presença do *se* por seguirem uma tendência geral do PB de perda de seus clíticos, já apontada em Pagotto (1992). Entretanto, vemos que as sentenças incoativas, como exemplificado em (27), ainda permitem a inserção do clítico *se*. Como sugerem Negrão & Viotti (2015), o clítico *se*, apesar de não representar um agente ou causa suprimido da sentença, indica que, ao menos nas sentenças incoativas, há uma causa inespecífica. Existe, portanto, uma assimetria entre absolutas e incoativas, uma vez que, como podemos observar em (26), a inserção do clítico *se* não é possível nas absolutas, porque parece fazer com que a leitura da sentença se torne reflexiva, o que não condiz com o seu significado.

A perda dos clíticos em PB representa uma mudança na língua que pode estar relacionada à diminuição do paradigma verbal e à tendência de preenchimento da posição de sujeito. As estruturas apresentadas de (13b) a (16b) acima, analisadas nesta seção, também podem estar relacionadas com a tendência do PB de preenchimento da posição de sujeito. Aparentemente, a língua estaria permitindo que elementos que prototipicamente seriam paciente, locativo e até genitivo sejam promovidos a uma posição com mais proeminência na sentença, uma posição pré-verbal que pode ser analisada como a posição de sujeito. Isso estaria ligado à ideia de que a posição de sujeito em PB deve estar sempre preenchida, uma mudança que teria sido desencadeada pela alteração no parâmetro de sujeito nulo. Esse é o tema da próxima seção.

2.2. PB: uma língua de sujeito nulo parcial

O parâmetro do sujeito nulo (chamado de parâmetro *pro-drop*), apresentado em Chomsky (1981), versa sobre a posição de sujeito nas línguas. Enquanto o italiano e o espanhol são línguas que permitem que a posição de sujeito permaneça foneticamente não pronunciada, línguas como francês e inglês exigem que a posição de

⁷ A voz média estaria entre a voz ativa e a voz passiva. Para Camacho (2003): “a voz média representa uma categoria flexional das línguas clássicas indo-europeias com a função de expressar estados de coisas que afetam o sujeito do verbo ou seus interesses” (p.91).

sujeito esteja sempre foneticamente preenchida – vide o contraste entre as sentenças (28), do italiano, e (29), do inglês:

(28) Ho trovato il libro.
 AUX-1sg encontrar-PART DET livro
 “Encontrei o livro.”

(29) *Have found the book.
 AUX-1sg/1pl/2sg/2pl/3pl encontrar-PART DET livro
 “Encontrei o livro.”

Línguas que permitem que a posição de sujeito permaneça foneticamente vazia, como o italiano e o espanhol, são chamadas de línguas de sujeito nulo (ou línguas *pro-drop*). Em tais línguas, o uso do pronome em posição de sujeito geralmente é realizado em ocasiões específicas, em que ao sujeito é preciso dar algum tipo de ênfase ou contraste. Já línguas que exigem que o sujeito seja sempre foneticamente realizado, a exemplo do inglês e do francês, são conhecidas como línguas de sujeito preenchido (ou línguas não *pro-drop*). Nessas línguas, como é exigido, o pronome em posição de sujeito pode ser usado de forma neutra, sem necessidade de contextos específicos de ênfase ou contraste.

O parâmetro do sujeito nulo não dita apenas se a posição de sujeito deverá ser preenchida ou poderá permanecer nula foneticamente. Chomsky (1981) lista uma série de propriedades que seriam comuns às línguas de sujeito nulo. A seguir, vejamos as propriedades gerais de línguas de sujeito nulo e sentenças do italiano que exemplificam tais propriedades (retirado de Chomsky, 1981, p.240). Após as sentenças do italiano, apresentamos exemplos do inglês que indicam que essas propriedades não estão presentes na língua:

- omissão do sujeito

Ho trovato il libro.
 AUX-1sg encontrar-PART DET livro
 “Encontrei o livro.”

*Have found the book.
 AUX-1sg/1pl/2sg/2pl/3pl encontrar-PART DET livro
 “Encontrei o livro.”

- inversão livre do sujeito em sentenças simples

Ha mangiato Giovanni.
 AUX-3sg comer-PART Giovanni
 “Comeu o Giovanni.”

*Have eaten John.
 AUX-1sg/1pl/2sg/2pl/3pl comer-PART John.
 “Comeu o John.”

- movimentos-qu “longos” do sujeito

L' uomo [che mi domando [chi abbia visto]]
 DET homem [que me perguntar-1sg [quem AUX-1sg-2sg-3sg ver-PART]]
 “O homem que eu me pergunto quem tinha visto.”
 (com a seguinte interpretação: “o homem x tal que eu me pergunto quem x viu”)

*The man [that I wonder [who has seen]].
 DET homem [que eu perguntar [quem AUX-3sg ver-PART]]
 “O homem que eu me pergunto quem tinha visto.”

- pronomes resumptivos nulos em orações encaixadas

La ragazza [che mi domando [chi crede [che possa VP]]]
 DET menina [que me perguntar-1sg [quem acreditar-3sg [que poder-3sg VP]]]
 “A menina que eu me pergunto quem acha que ela possa VP”

*The girl [that I wonder [who thinks [that can VP]]]
 DET menina [que eu perguntar-1sg [quem acreditar-3sg [que poder VP]]]
 “A menina que eu me pergunto quem acha que ela possa VP”

- aparente violação de filtro *that-t*⁸

Chi credi [che partirà]?
 quem acreditar-2sg [que partir-3sg-FUT]
 “Quem você acha que vai partir?”

*Who do you think [that will leave]?
 quem AUX-1sg/1pl/2sg/2pl/3pl você pensar-2sg [que AUX-FUT partir]
 “Quem você acha que vai partir?”

A partir da marcação do parâmetro do sujeito nulo, determinadas características podem ser inferidas. Ou seja, com a possibilidade de deixar a posição de sujeito foneticamente nula vêm outros atributos, apresentados acima. Assim como estão consistentemente presentes em línguas de sujeito nulo, as características listadas acima estão ausentes em línguas como francês e inglês, de sujeito obrigatoriamente preenchido. Vejamos o excerto a seguir, em que Chomsky sintetiza essa ideia:

There is a single parameter of core grammar – the “pro-drop parameter” – that distinguishes Italian-type from French-type languages. When this parameter is set one way or another, the clustering of properties should follow. The language learner equipped with the theory of UG as a part of the initial state requires evidence to fix the parameter and then knows the other properties of the language that follow from this choice of value. (CHOMSKY, 1981, p. 241)⁹

O raciocínio por trás do parâmetro do sujeito nulo é que, quando há concordância aberta, o sujeito pode ser apagado, uma vez que pode ser recuperado justamente pela concordância. Entretanto, Huang (1984), a partir de evidências de línguas orientais, sugere que o parâmetro do sujeito nulo não estava completamente descrito, uma vez que o chinês, por exemplo, não apresenta flexão verbal e ainda assim admite sujeitos nulos. As línguas, portanto, não se dividem consistentemente entre as ricas morfologicamente que permitem sujeitos nulos e as pobres morfologicamente que não permitem sujeitos nulos. É preciso pressupor que exista mais do que as duas opções de marcação do parâmetro. Já em Chomsky (1981), porém, admitia-se a

⁸ Em línguas que apresentam o filtro *that-t*, um sujeito não pode ser extraído quando segue *that*, como ilustram os exemplos a seguir:

- (i) who did you think *t* would come?
 (ii) *who did you think that *t* would come?

⁹ Em tradução livre: “Existe um único parâmetro da gramática – o parâmetro de sujeito nulo – que distingue línguas como o italiano de línguas como o francês. Quando esse parâmetro é definido de uma forma ou de outra, uma série de propriedades deve segui-lo. O aprendiz de língua equipado com a teoria da GU como parte do estado inicial requer evidência para fixar o parâmetro e então sabe as outras propriedades da língua que seguem desta escolha de valor”.

possibilidade de haver línguas com sistema misto, o qual permitiria sujeitos nulos em algumas construções, mas não em outras, como indica o trecho a seguir:

The intuitive idea is that where there is overt agreement, the subject can be dropped, since the deletion is recoverable. In Italian-type languages, with a richer inflectional system, the element AGR permits subject-drop while in French-type languages it does not. **A language might have a mixed system, permitting subject drop in some constructions but not in others, a property that we might expect to find varying as inflection is or is not overt.** (CHOMSKY, 1981, p.241, grifo nosso)¹⁰

Huang (1984) observa que as línguas podem ser classificadas, a princípio, em três tipos. Há línguas que não admitem sujeitos nulos e não apresentam um paradigma flexional rico, como o inglês e o francês. Nesse caso, a concordância escassa parece exigir que o sujeito seja sempre pronunciado. Um segundo grupo de línguas é formado por aquelas que admitem sujeitos nulos e apresentam um rico paradigma flexional. São representantes prototípicos do grupo o italiano e o espanhol. Entretanto, tais línguas não admitem objetos nulos, porque seu sistema flexional abarca apenas a concordância entre sujeito e verbo, e não há concordância entre verbo e objeto. Finalmente, haveria um terceiro grupo de línguas, as quais, além de apresentarem sujeitos nulos, também admitem objetos nulos, apesar de não necessariamente contarem com um sistema flexional rico. É o caso do chinês, japonês e coreano. Ainda de acordo com Huang (1984), o imbabura quéchuá e o português figurariam entre as línguas do terceiro tipo, que permitem sujeitos e objetos nulos.

Entretanto, uma língua como alemão não se enquadraria nessa primeira sugestão de Huang (1984), uma vez que exhibe objeto nulo apenas em contextos em que tal objeto é uma variável ligada a um tópico nulo – e por tópico nulo entende-se um elemento que foi topicalizado antes de ser deletado da posição de tópico. Desse modo, o elemento nulo na posição de objeto não representaria exatamente a admissão de um objeto nulo, mas sim de um tópico nulo. Por isso, além do já conhecido parâmetro do sujeito nulo, que distingue as línguas que admitem sujeitos nulos em sentenças finitas das que não admitem, Huang (1984) sugere que há um parâmetro que distingue as línguas que admitem tópicos nulos das que não admitem. Por isso, o

¹⁰ Em tradução livre: “A ideia intuitiva é que, onde houver concordância aberta, o sujeito pode ser apagado, uma vez que o apagamento é recuperável. Em línguas do tipo do italiano, com um sistema flexional mais rico, o elemento AGR permite a queda de sujeito, enquanto em línguas do tipo do francês, não. **Uma língua pode ter um sistema misto, permitindo a queda de sujeito em algumas construções, mas não em outras, uma propriedade que esperamos encontrar variando conforme a inflexão é ou não aberta**” (grifo nosso).

autor propõe que sejam quatro os grupos de línguas de acordo com o preenchimento pronominal de sujeitos e objetos, determinados por esses dois parâmetros distintos. A combinação entre a marcação binária dos dois parâmetros resulta em quatro possibilidades: marcar negativamente ambos os parâmetros, não permitindo nem sujeitos e nem tópicos nulos, como fazem o inglês e o francês; marcar positivamente somente o parâmetro do sujeito nulo, não aceitando tópicos nulos, a exemplo do italiano e do espanhol; marcar positivamente ambos os parâmetros, admitindo tanto sujeitos como tópicos nulos, tal qual o chinês e o japonês; e marcar negativamente o parâmetro do sujeito nulo, mas positivamente o do tópico nulo, que seria o caso do alemão. Sob essa perspectiva, o PB estaria entre as línguas que permitem sujeitos e tópicos nulos, marcando positivamente ambos os parâmetros.

Já Holmberg e Roberts (2009) propõem uma subdivisão para as línguas de sujeito nulo, que podem ser de quatro tipos: línguas canonicamente *pro-drop*, línguas parcialmente *pro-drop*, línguas radicalmente *pro-drop* e línguas de expletivos nulos. As línguas canonicamente *pro-drop* são aquelas que estávamos chamando até agora apenas de línguas de sujeito nulo (ou somente línguas *pro-drop*). A exemplo do italiano e do espanhol, são línguas cujo rico sistema de flexão verbal justifica a presença de sujeitos nulos em diversos contextos para todas as pessoas do discurso. As línguas parcialmente *pro-drop* apresentam restrições quanto a sujeitos nulos referenciais. Porém, nessas línguas, sujeitos indefinidos estão propensos a ser nulos. Junto do hebraico, do russo e do finlandês, é nesse grupo que se encontraria o português brasileiro. O grupo de línguas radicalmente *pro-drop* é formado pelo chinês, japonês e tailandês. Trata-se de línguas que não apresentam flexão verbal, mas admitem sujeitos nulos em quaisquer contextos. Por fim, as línguas de expletivos nulos, como o nome já indica, admitem expletivos nulos. Porém, essas línguas não admitem sujeitos nulos referenciais. Nesse grupo estão o alemão e o holandês. Baseando-se na classificação de Holmberg e Roberts (2009), Veríssimo (2017) propõe o seguinte esquema de marcação paramétrica:

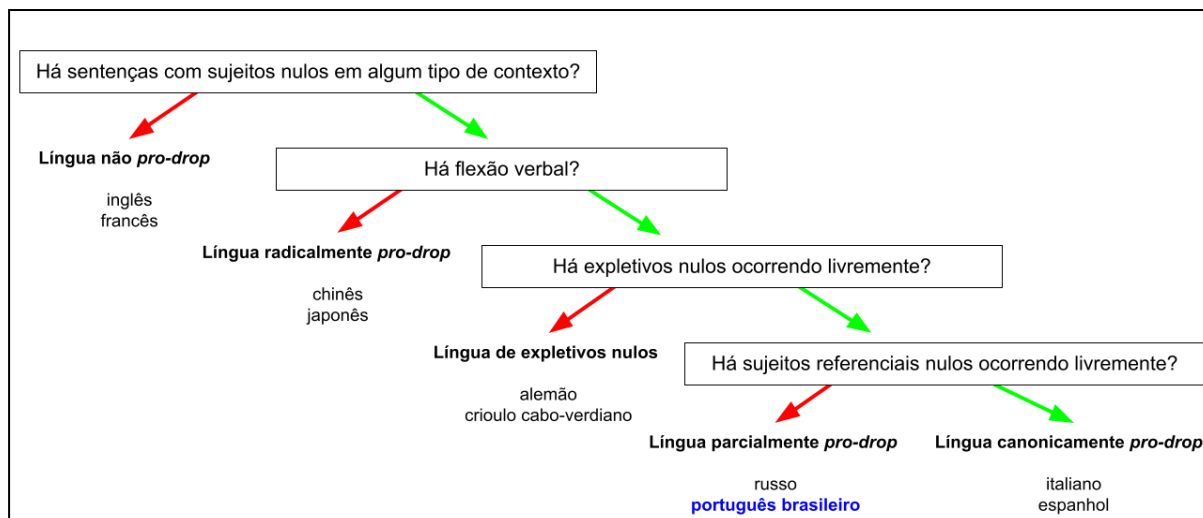


Figura 2.1: Marcação do parâmetro do sujeito nulo (adaptado de Veríssimo, 2017, p.84)

A figura (2.1) acima é composta por quatro perguntas-chave cujas respostas caracterizam as línguas com relação ao parâmetro de sujeito nulo. As setas em vermelho, à esquerda, indicam uma resposta negativa para a pergunta apresentada no retângulo. Cada resposta positiva, indicada pela seta verde, é seguida por uma nova pergunta. O esquema proposto por Veríssimo (2017) condiz com a ideia de binariedade dos parâmetros. Além disso, como se nota, há uma hierarquia de informações: a mais acessível – ou seja, a informação que requer menos evidência ou que requer evidência que é mais abundante na língua – é requisitada primeiro. No caso em questão, a primeira pergunta a ser respondida é se uma dada língua apresenta sujeito nulo em algum contexto. Para respondê-la, é preciso apenas que se verifique se há sujeitos nulos na língua, não sendo necessário analisar de que tipo eles são ou em que contextos eles ocorrem, informações que serão demandadas à medida que as perguntas sejam respondidas positivamente.

Por responder a três das quatro perguntas positivamente, o PB estaria bastante próximo de línguas canonicamente *pro-drop*, para as quais todas as quatro perguntas devem ser respondidas positivamente. O PB diferencia-se de tais línguas apenas por não apresentar sujeitos nulos referenciais livremente. Apesar de, como apontado por Huang (1984) por meio de algumas línguas orientais, o fator concordância não explicar completamente a presença ou ausência de sujeitos nulos, é verdade que o PB vem apresentando cada vez menos sujeitos nulos referenciais, ao passo que seu sistema flexional parece encolher.

Duarte (1996) realizou um levantamento do uso de sujeitos nulos em PB em peças de teatro de diferentes períodos, começando em 1845 e finalizando em 1992. A autora verifica que, ao longo do tempo, o uso de sujeitos nulos passa a ser cada vez menos frequente, como aponta o gráfico a seguir, adaptado de Duarte (1996, p.88):

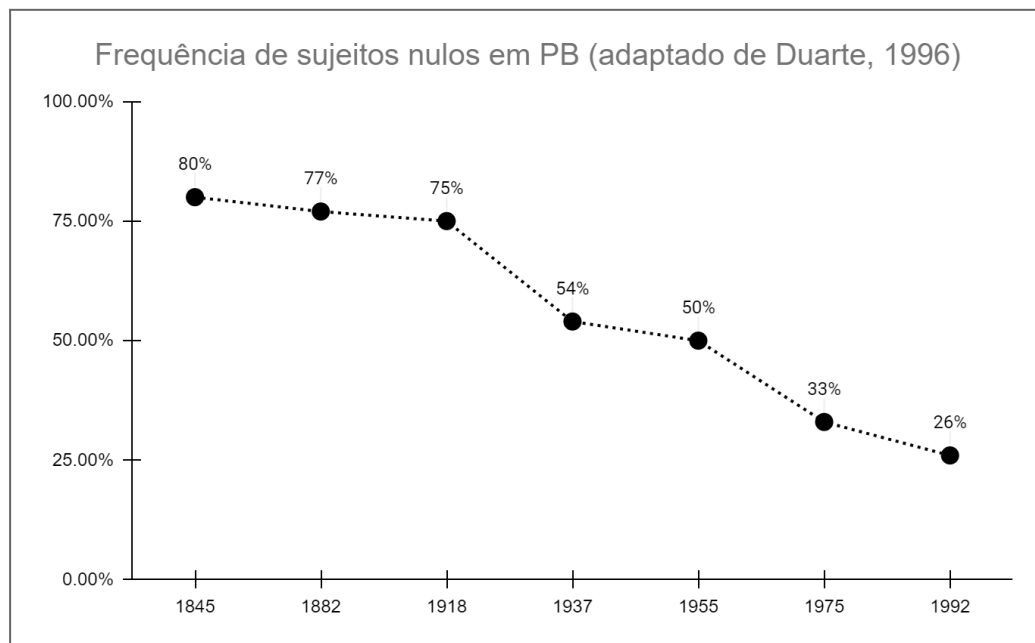


Gráfico 2.1: Sujeitos nulos em PB ao longo do tempo – adaptado de Duarte (1996, p.88)

Como o trabalho de Duarte (1996) indica, a frequência do uso de sujeitos nulos em português brasileiro tem diminuído nos últimos 200 anos. Cada ano apresentado no eixo horizontal do gráfico (2.1) acima refere-se a uma peça teatral analisada pela pesquisadora. À exceção da peça de 1992, com 200 dados, foram coletados 150 dados de cada uma das peças. Duarte (1996) pondera sobre o uso de textos escritos para a análise de questões relacionadas à língua oral. Segundo ela, “é preciso ter em mente a relativa distância entre fala e escrita” (p.99). Por isso, foi realizada uma gravação durante uma das encenações da peça de 1992, quando ela ainda se encontrava em cartaz. Uma comparação entre o texto escrito e o texto encenado da referida peça indicou que o índice de sujeitos nulos foi ainda menor no texto encenado. Ainda assim, a autora aponta que a frequência entre as duas modalidades da peça esteve bastante próxima. Ainda que o texto escrito seja mais conservador do que a linguagem oral, peças teatrais podem representar um rico acervo sobre o passado da língua, especialmente sobre tempos em que não havia recursos de gravação. Sendo assim, seu uso fica justificado.

Segundo a autora, podemos dividir seus dados em três períodos distintos, de acordo com uma evolução observada no paradigma flexional do PB. Em um primeiro período, que corresponde ao século 19, a língua apresentava seis formas distintivas. O segundo período refere-se a meados do século 20, momento em que se observa uma redução das formas flexionais da língua a cinco, com a perda da forma de segunda pessoa do plural “vós” para “vocês”, que segue a conjugação de terceira pessoa do plural. Já o terceiro período, a partir da década de 1970 do século 20, sofre mais uma redução em relação ao período anterior, uma vez que há uma neutralização entre os pronomes “tu” e “você”. A descrita evolução na grade de concordância verbal do PB pode ser mais claramente observada no quadro a seguir (adaptado de Duarte, 1996, p.85):

Pessoa	Pronomes nominativos	Paradigma 1 Século 19	Paradigma 2 Século 20/1	Paradigma 3 Século 20/2
1PS	eu	canto	canto	canto
2PS	tu você	cantas -	cantas canta∅	canta(s) canta∅
3PS	ele/ela	canta∅	canta∅	canta∅
1PP	nós a gente	cantamos -	cantamos canta∅	cantamos canta∅
2PP	vós vocês	cantais cantam	- cantam	- canta(m)
3PP	eles/elas	cantam	cantam	canta(m)

Quadro 2.1: Evolução do paradigma flexional do PB (adaptado de Duarte, 1996, p.85)

Evidência sobre o enfraquecimento da concordância no PB também vem dos trabalhos de Charlotte Galves. Em Galves (1996), a autora reúne dados diacrônicos de diferentes pesquisadores para sugerir que houve uma mudança *gramatical* na língua. Essa mudança, relacionada à concordância, seria motivada pela falta de oposição entre 1^a, 2^a e 3^a pessoas, uma vez que o PB passa a apresentar apenas a oposição pessoa (1^a) *versus* não pessoa (3^a), além de singular *versus* plural. Para Galves (1996, p.308), “isso corresponde a uma concordância fraca morfologicamente (ausência de 2^a pessoa) e semanticamente (possibilidade de interpretar a terceira pessoa do singular como indeterminada)”. A consequência é que há uma reorganização da oração, em que o sujeito passa a se encontrar em uma posição mais baixa do que em línguas com

“concordância forte”. Considerando que os dois componentes da flexão, tempo (T) e concordância (AGR), são núcleos independentes, Galves (1996) propõe que a posição de sujeito em PB seria especificador de TP. A posição de especificador de AGRP seria destinada a um “sujeito suplementar”, como um sujeito topicalizado. A proposta de Galves (1996) assume que está na concordância a natureza da mudança paramétrica enfrentada pelo PB, não se tratando de uma mudança especificamente no parâmetro do sujeito nulo.

Voltaremos à possível mudança do parâmetro do sujeito nulo nas páginas seguintes, antes, é preciso notar que a divisão de períodos de acordo com o paradigma verbal do PB condiz com os dados de Duarte (1996) sobre sujeitos nulos. Vemos que, à medida que diminui a frequência de uso de sujeitos nulos, diminui o número de terminações morfológicas relacionadas à flexão verbal. As três primeiras peças analisadas pela pesquisadora, referentes aos anos de 1845, 1882 e 1918, apontam para um uso bastante frequente de sujeitos nulos, com frequência acima de 70%. No segundo período, representado pelo material de 1937 e 1955, por volta de 50% dos dados apresentaram sujeitos nulos, possivelmente indicando uma mudança em andamento. Já nas peças de 1975 e 1992 o uso de sujeitos nulos não passa de 33% das vezes.

Curiosamente, quando falamos de objetos nulos, o PB parece seguir na direção contrária. Tarallo (1996) realizou um levantamento do uso de sujeitos e objetos em um extenso período, por meio de material que data de 1725 até a década de 1980. O gráfico a seguir traz dados do pesquisador com relação ao que ele chama de retenção pronominal. Trata-se da frequência de uso de pronomes plenos ante o uso de pronomes nulos. Os dados foram coletados a partir de cartas, diários e peças teatrais escritos no Brasil.

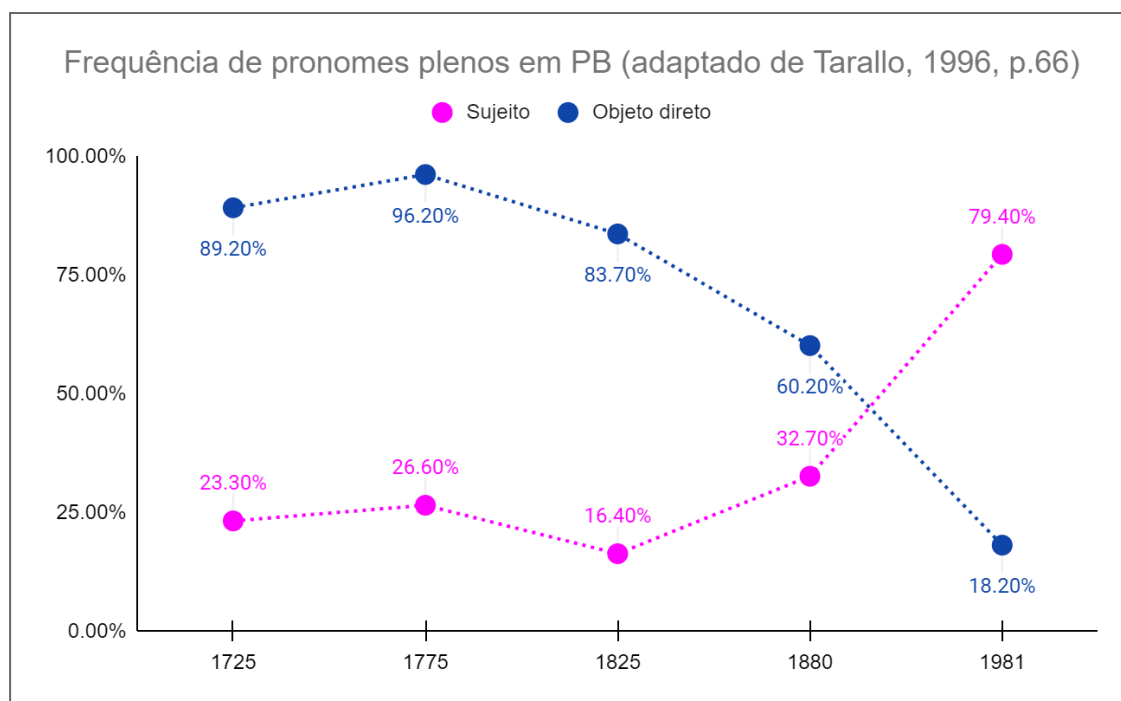


Gráfico 2.2: Uso de pronomes plenos em PB (adaptado de Tarallo, 1996, p.66)

Os dados de Tarallo indicam que, até o início do século 19, o PB apresentava alto índice de sujeitos nulos, o que pode ser inferido com a baixa frequência de pronomes plenos em posição de sujeito (vide os dados em cor-de-rosa). O uso de objetos nulos, por sua vez, é pouco frequente, não alcançando 20% da frequência no período (indicada pela alta frequência de pronomes plenos). No final do século 19, entretanto, uma alteração desse quadro parece estar em curso. A frequência de uso de pronomes em posição de objeto cai, no material relacionado a 1880, para 60,2%, ao passo que a de pronomes em posição de sujeito sobe para 32,7%. Os dados referentes ao ano de 1981 apontam para uma mudança, em que a posição de sujeito é preenchida com um pronome em 79,4% das vezes, ante apenas 18,2% de preenchimento pronominal da posição de objeto.

Há evidências também com relação a uma alteração de ordem sentencial no PB. De acordo com Galves (1996), essa seria uma mudança mais tardia do que outras apresentadas pela língua, e só se verifica um salto qualitativo no século 20. A autora traz dados de Duarte (1992) que ilustram tal mudança no PB em interrogativas, como vemos a seguir. O expletivo refere-se ao uso de “é que”.

	verbo-sujeito		sujeito-verbo	
	sem expletivo	com expletivo	sem expletivo	com expletivo
1734	100%	-	-	-
1845	96%	-	4%	-
1882	77%	3%	7%	13%
1918	81%	-	9,5%	9,5%
1937	37%	-	-	63%
1955	20%	-	23%	57%
1975	2%	8%	29%	61%
1989	-	6%	6%	81%

Quadro 2.2: Evolução da ordem sentencial em PB (adaptado de Duarte, 1992, p.42)

Como podemos ver, a ordem VS em interrogativas vai diminuindo ao longo do tempo: de 100% dos casos com essa ordem nos dados referentes a 1734, passa-se a observar apenas 2% de interrogativas com a ordem VS em 1975. Complementarmente, constata-se a crescente frequência da ordem SV. O uso do expletivo “é que”, por sua vez, só é verificado a partir do final do século 19, aparecendo pela primeira vez nos dados de 1882.

Resumidamente, os estudos diacrônicos sobre o PB apontam para uma série de alterações observadas na língua. Galves (2020) apresenta uma síntese de cada uma dessas alterações. Entre elas, destacamos a diminuição no uso de sujeitos nulos, a emergência de objetos nulos e a fixação da ordem SV (ante a outrora possível ordem VS).

Os dados do PB parecem indicar uma mudança da língua com relação ao parâmetro do sujeito nulo¹¹. Uma hipótese é que, de uma língua prototipicamente de sujeito nulo (*pro-drop*), o PB esteja caminhando na direção de ser uma língua de sujeito preenchido (não *pro-drop*). Isso não seria inédito entre as línguas, uma vez que o francês teria trilhado esse percurso. De acordo com dados de Vance (1997), o francês medieval apresentava, assim como outras línguas latinas, características de uma língua prototipicamente de sujeito nulo. Ainda segundo a autora, a língua teria

¹¹ Fica a ressalva de que, como vimos, há propostas segundo as quais os dados observados no PB seriam explicados por uma mudança originalmente em outro parâmetro, e não especificamente no parâmetro do sujeito nulo. Galves (1996), por exemplo, propõe que a mudança estaria relacionada à concordância.

passado por uma transição correlacionada a uma mudança na ordem sentencial. O resultado é que o francês como conhecemos hoje perdeu a ordem VS em sentenças declarativas e ganhou um pronome expletivo (*il*), sendo considerado uma língua de sujeito preenchido.

A mudança do parâmetro de sujeito nulo em PB estaria em curso, e, por isso, apesar de menos frequentes, sujeitos nulos ainda podem ser observados na língua. A respeito disso, Duarte (1995, p.56) afirma:

É indiscutível o enfraquecimento de um paradigma que chega a permitir a desinência zero em todas as pessoas. Não espanta, pois, que as construções com sujeito nulo tendam, com o tempo, a se tornar cada vez mais marginais, ou residuais, no sistema. Na primeira pessoa do plural e na segunda, como se viu, a mudança já se acha bastante adiantada. As cada vez menos frequentes ocorrências de sujeitos nulos de primeira pessoa do singular na língua oral, ainda licenciadas pela desinência, deverão continuar a se manifestar por tempo indeterminado como **resíduos da propriedade *pro-drop***. (DUARTE, 1995, p.56, grifo nosso)

Duarte (1995) defende, então, que o PB estaria passando por um processo de transição entre uma fase em que foi uma língua *pro-drop* para uma fase em que será uma língua não *pro-drop*. A autora cita a história do francês, língua que, antes de fixar o parâmetro como não *pro-drop*, por 150 anos teria apresentado sujeitos nulos em alguns contextos. Entretanto, Veríssimo (2017) sugere que há formas inovadoras observadas no PB, que frequentemente são consideradas como características de um sistema transitório rumo a uma língua não *pro-drop*, que nunca foram atestadas no francês, mesmo no longo período em que sujeitos nulos e sujeitos plenos coexistiram na língua. Por isso, para o autor, a fase transitória pela qual passou o francês não é da mesma natureza que o sistema misto pelo qual se caracteriza o PB atual.

Já Quint (2008) observa que o encolhimento do paradigma de flexão verbal em PB reflete uma “tendência amplamente atestada nas línguas românicas” (p.75). E essa tendência conseqüentemente leva a uma substituição da desinência verbal pelo uso de pronomes em posição de sujeito. Ou seja, as ambigüidades geradas com a diminuição da grade de concordância podem ser suprimidas com a realização do sujeito preenchido. Como temos visto na presente seção, a relação entre o encolhimento do paradigma de flexão verbal e a perda de sujeitos nulos já tem sido indicada por diversos autores. Quint (2008) sugere, a partir da comparação do paradigma verbal do PB com outras línguas neolatinas e com o crioulo cabo-verdiano, que o preenchimento da posição de sujeito em PB não representa um caso isolado. Para o autor:

Quando comparamos os fenômenos observados em PB com o que se passa em outras línguas românicas, constatamos que *as tendências evolutivas do PB contemporâneo não constituem de modo algum um caso isolado: no que diz respeito às marcas pessoais de sujeito, o PB tem um comportamento exatamente conforme ao das outras variedades românicas periféricas*. Ou seja, o preenchimento da posição de sujeito em PB pode ser explicado por uma deriva histórica (erosão progressiva das marcas sintéticas pós-verbais e sua substituição por pronomes pessoais sujeitos pré-verbais) que se observa no conjunto da zona neolatina. (QUINT, 2008, p.84, grifo do autor)

Seja como for, o fato é que o PB apresenta diferenças significativas de línguas *pro-drop*, fazendo com que alguns autores tenham sugerido que o PB não é nem uma língua de sujeito nulo, como vimos que prototipicamente o são línguas como o italiano e o espanhol, e nem uma língua de sujeito preenchido (ou a caminho de ser isso), a exemplo do inglês e do francês. De maneira geral, tem sido consenso na literatura a ideia de que o PB é uma língua de sujeito nulo parcial. Sujeitos nulos expletivos e sujeitos nulos indefinidos podem ocorrer livremente. A língua apresenta, no entanto, restrições com relação à realização de sujeitos nulos referenciais.

Ainda que não seja uma língua não *pro-drop* como o francês ou o inglês, como vimos, o PB vem apresentando cada vez menos sujeitos nulos. As construções analisadas por Lunguinho & Medeiros Júnior (2009), como o exemplo (24b), repetido em (30) a seguir, parecem ir ao encontro dessa tendência do PB de preenchimento da posição de sujeito, uma vez que, como a língua não aceita sujeitos nulos referenciais livremente, em tais estruturas não há um sujeito nulo referencial, mas sim uma “nova” instância de sujeito nulo indefinido. Essas sentenças, então, apresentam uma leitura impessoal:

(30) Montou o armário lá em casa semana passada.

Ainda, a tendência de preenchimento da posição de sujeito pode estar propiciando o surgimento de sujeitos não prototípicos, tais como elementos com características semânticas de objeto. Esses objetos lógicos que ocupam a posição pré-verbal aparecem em algumas das estruturas que analisamos na seção anterior (2.1. Promoção do argumento não agente), repetidas a seguir para maior conveniência:

(31) O meu crachá trocou ontem.

(32) a. Aquela casa bate sol.

b. Naquela casa bate sol.

(33) O meu carro furou o pneu.

Sentenças como as de (31) a (33) acima são frequentemente apontadas como próprias de línguas de proeminência de tópico. Por esse motivo, uma possibilidade levantada por alguns pesquisadores é que o PB faz parte desse grupo de línguas, sendo orientado para o discurso. Essa perspectiva, assim como uma contraproposta a ela, é apresentada em detalhes na próxima seção.

2.3. PB: língua de proeminência de tópico?

Podemos entender como tópico um sintagma deslocado à esquerda sobre o qual o restante da sentença trará uma proposição. Em trabalho seminal, Pontes (1987) apresenta exemplos de sentenças do português brasileiro em que se nota que um DP que poderia ser considerado como tópico está em posição pré-verbal, de onde concorda com o verbo, fazendo as vezes de sujeito. Os exemplos a seguir ilustram o que ficou conhecido como construções de “tópico sujeito”:

(34) Essas casas batem sol.

(35) O meu carro furou o pneu.

Seguindo Pontes (1987), Galves (1998) chamou as construções acima de tópico sujeito por considerar que o tópico da sentença está na posição de sujeito. Isso estaria evidente em casos em que esse elemento está no plural, uma vez que é possível verificar que houve concordância com o verbo, o que observamos no exemplo (34) acima.

Galves (1998) chama a atenção ainda para a distribuição complementar da concordância e da possibilidade de retomada do NP por um pronome, o qual chamaremos de resumptivo. Para que o raciocínio proposto por Galves (1998) fique claro, vejamos antes as sentenças a seguir:

(36) a. Bate muito sol *(n)esta casa.

b. Nesta casa, bate muito sol.

c. Esta casa bate muito sol.

d. Esta casa, bate muito sol nela.

Em (36a) temos uma sentença que evidencia a estrutura argumental de que originaram as construções subsequentes. Nela, o locativo deve sempre estar preposicionado. Em (36b), o locativo, ainda preposicionado, foi deslocado à esquerda,

onde é interpretado como tópico. Já os exemplos (36c) e (36d) apresentam o locativo sem a preposição. A diferença entre as duas sentenças é que em (36d) há um pronome resumptivo (“nela”), o qual está preposicionado. Galves (1998) lembra ainda que as sentenças (36c) e (36d) diferenciam-se também por sua marcação prosódica, geralmente indicada em sentenças como (36d) pela vírgula. O ponto crucial, no entanto, está na concordância do elemento topicalizado, que só é verificada quando não há a retomada do sintagma nominal por um pronome resumptivo:

- (37) a. Estas casas batem muito sol.
 b. *Estas casas batem muito sol nelas.

Os exemplos em (37) indicam que a concordância entre o sintagma nominal pré-verbal (“estas casas”) e o verbo está em distribuição complementar com a presença do pronome resumptivo (“nelas”). As sentenças a seguir, por sua vez, indicam que, quando se trata da concordância entre o verbo e o sintagma nominal pós-verbal, a situação se inverte:

- (38) a. Este carro, cabem muitas pessoas nele.
 b. ?? Este carro cabem muitas pessoas.

Aparentemente, a concordância entre o verbo e o sintagma nominal pós-verbal (“muitas pessoas” no exemplo acima) exige a retomada pronominal, ou seja, a presença de um pronome resumptivo. Isso indica que é o pronome resumptivo, em construções como (38a), que legitima o sintagma nominal em posição pré-verbal. Outra possibilidade de legitimação do sintagma nominal pré-verbal estaria na concordância com o verbo, como vimos no exemplo (37a). Em (38b), como não se verifica a retomada pronominal e nem a concordância entre o sintagma nominal pré-verbal (“este carro”) e o verbo, a sentença é inaceitável.

Os dados apresentados acima foram usados por Galves (1998) como evidência de que o elemento considerado como tópico ocupa a posição de sujeito. Foi por isso que esses exemplos ficaram conhecidos como construções de tópico sujeito. Tais sentenças viriam a ser amplamente estudadas nos anos posteriores à publicação de Galves, sendo objeto de um interessante debate sobre a tipologia do PB, com alguns autores (Galves 2001; Negrão, Viotti 2008, 2011, 2014; Avelar 2009; Avelar, Galves

2011; Munhoz, Naves 2012) assumindo que exemplos como (34) e (35) representam um indício de que o PB é uma língua de proeminência de tópico.

O conceito de língua de proeminência de tópico foi difundido na literatura pelo trabalho de Li & Thompson (1976), para os quais as línguas humanas podem ser divididas em quatro tipos, de acordo com suas propriedades discursivas e sintáticas. Segundo essa divisão, seriam as línguas (i) de proeminência de tópico; (ii) de proeminência de sujeito; (iii) de proeminência de tópico e de sujeito; e (iv) sem proeminência, ou seja, em que não há proeminência nem de tópico e nem de sujeito.

Para os autores, as línguas de proeminência de tópico têm como estrutura básica as construções de “tópico-comentário”, em oposição às línguas de proeminência de sujeito, cuja sentença básica é do tipo “sujeito-predicado”. Como uma distinção tipológica, a proposta de Li & Thompson (1976) refere-se a um contínuo, de modo que uma dada língua pode ser considerada de mais proeminência de tópico do que outra (e o mesmo vale para a proeminência de sujeito). Sob essa perspectiva, as noções de tópico e de sujeito são relacionadas. De acordo com os autores, “sujeitos são essencialmente tópicos gramaticalizados” (p.484). A ideia é que o tópico pode passar a integrar o sistema de caso do verbo, tornando-se sujeito. Por isso, em muitas línguas, algumas propriedades de tópico podem ser observadas no sujeito. Li & Thompson (1976) propõem ainda que, com relação à proeminência de tópico ou de sujeito, as diferenças sincrônicas das línguas representam estágios de um processo diacrônico de mudança, representado pelo diagrama a seguir:

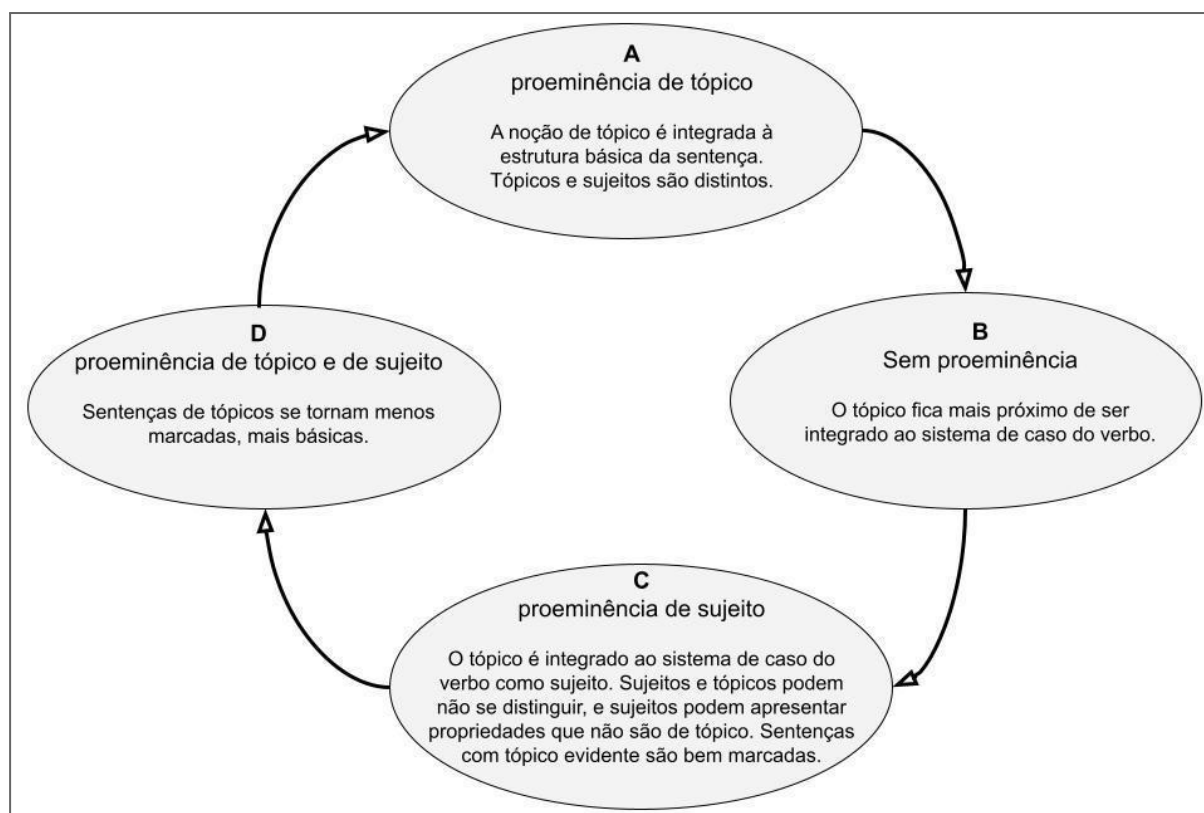


Figura 2.2: Esquema diacrônico sobre tópicos e sujeitos (adaptado de Li & Thompson, 1976, p.485)

De acordo com o esquema apresentado na figura (2.2) acima, uma língua pode deixar de ser do tipo C, ou seja, considerada de proeminência de sujeito – com sujeitos assinalados na sintaxe por meio da atribuição de caso do verbo e com tópicos bem marcados –, para ser do tipo A, de proeminência de tópico – em que o tópico deixa de aparecer em estruturas marcadas e se torna elemento básico das sentenças –, desde que passe primeiramente por um estágio “intermediário” como D, em que há os dois tipos de construção de sentenças, “tópico-comentário” e “sujeito-predicado”, e ambos são igualmente importantes.

Huang (1984), por sua vez, remete à proposta de Tsao (1977) de que existe um parâmetro que distingue línguas orientadas para o discurso e línguas orientadas para a sentença. Como vimos na seção anterior, Huang (1984) traz nos exemplos do chinês evidências de que uma grade de concordância fraca não é suficiente para explicar a marcação negativa do parâmetro de sujeito nulo, uma vez que no chinês não há flexão verbal e ainda assim há sujeitos nulos. Ainda segundo o autor, o aparente objeto nulo do chinês representa uma manifestação de um tópico nulo. E, por apresentar tópicos nulos, a língua seria orientada para o discurso. De acordo com Huang (1984), uma

propriedade das línguas orientadas para o discurso é a proeminência de tópico descrita por Li & Thompson (1976). Nessas línguas a forma básica das sentenças é “tópico-comentário”, em oposição à forma básica “sujeito-predicado” encontrada em línguas de proeminência de sujeito e, conseqüentemente, orientadas para a sentença.

Podemos ainda considerar uma língua orientada para o discurso, nas palavras de Negrão (2001, p. 141), “como sendo a língua que privilegia marcar na sintaxe aberta a função informacional dos constituintes de sua sentença, ou seja, funções como tópico do discurso ou foco, ou ainda, o escopo de sintagmas quantificados”. Em trabalho anterior, Negrão (1999) defende a tese de que o PB é uma língua orientada para o discurso.

Além de Negrão (1999), trabalhos como o de Pontes (1987), Galves (1998), Kato & Duarte (2008), Modesto (2004), Avelar (2009), Avelar & Galves (2011) e Munhoz & Naves (2012) estão entre os que consideram as construções de tópico sujeito como características do PB, quando comparamos a língua com o PE e com outras línguas românicas. Galves (1998), por exemplo, aponta que em português europeu sentenças de tópico sujeito, como as apresentadas em (34) e (35), são, em suas palavras, “impossíveis” (p.20). De acordo com essa perspectiva, esse tipo de estrutura é restrito a línguas de proeminência de tópico. O PB, por apresentar sentenças como (34) e (35), poderia ser classificado como tal, sendo também considerado uma língua orientada para o discurso.

De acordo com Galves (1998), em línguas de proeminência de sujeito, deve haver uma marcação para indicar um constituinte deslocado à esquerda. Em suas palavras:

Nas línguas orientadas para o sujeito, se a expressão nominal mais proeminente da sentença não é o argumento externo do verbo, aparecem marcas dessa não correspondência entre a estrutura sintática e a estrutura argumental seja no verbo (voz passiva, voz média), seja pela presença de marcas claras de topicalização, em particular a presença de pronomes lembretes. Nas línguas orientadas para o tópico, isso não é necessário. (GALVES, 1998, p.20)

Como vimos na primeira seção deste capítulo, a posição de sujeito é considerada um local de destaque discursivo na sentença. De acordo com Galves (1998), quando esta posição não é ocupada pelo argumento externo do verbo, deve haver alguma indicação. Essa indicação pode ser feita no próprio verbo, por meio da voz passiva ou da voz média, uma vez que esses são procedimentos que demandam alterações morfológicas no verbo. A indicação de que a posição de sujeito não está

ocupada pelo argumento externo do verbo também pode ser feita na sentença, com o uso de marcas claras de topicalização. Um pronome resumptivo seria uma dessas marcas claras de topicalização.

Como vimos com as sentenças (34) e (35), o PB apresenta exemplos em que um constituinte que não é o argumento externo do verbo ocupa a posição de sujeito, sem a presença de marcas como as elencadas por Galves (1998). Esse seria um indício de que o PB não é uma língua de proeminência de sujeito, afastando-se do PE e de outras línguas românicas.

Em sua argumentação em favor da tese de que o PB é uma língua de proeminência de tópico, Pontes (1987) elenca as propriedades dessas línguas descritas por Li & Thompson (1976) que seriam observáveis no PB. Entre elas, está o fato de, em línguas de proeminência de tópico, sentenças na voz passiva serem raras. Como indicam nossos resultados experimentais, apresentados no próximo capítulo, apesar de sentenças na voz passiva serem apontadas como pouco frequentes no PB, nossos dados sugerem que essa é uma estrutura bastante disponível para os falantes.

A ideia defendida pelos autores supracitados não é, no entanto, consensual na literatura. Mais recentemente, alguns pesquisadores vêm argumentando contra a hipótese de ser o PB uma língua de proeminência de tópico. Nesse grupo estão os trabalhos de Quarezemin & Cardinaletti (2017) e Quarezemin (2017).

Quarezemin & Cardinaletti (2017) e Quarezemin (2017) investigam construções com locativos pré-verbais em PB. São exemplos de seu objeto de estudo as seguintes sentenças:

- (39) a. Naquela loja vende livros.
 b. Naquela loja vendem livros.
- (40) a. Aquela loja vende livros.
 b. *Aquela loja vendem livros.

As sentenças em (40) indicam que, quando o locativo não está preposicionado, deve haver concordância entre esse constituinte e o verbo. Já as sentenças em (39) sugerem que o sujeito apresenta uma interpretação arbitrária com ou sem a concordância. Ou seja, essa leitura é obtida com o verbo no singular e com o verbo no plural. No entanto, essa mesma interpretação arbitrária do sujeito, em outras línguas românicas, só é obtida quando o verbo está no plural. Esses dados levam as autoras a

propor que o locativo pré-verbal preposicionado (PP) deve ser analisado diferentemente do locativo pré-verbal não preposicionado (DP).

De acordo com Cardinaletti (2004), o sujeito pré-verbal pode ocupar duas posições diferentes. A autora observa que o sujeito possui duas propriedades – sujeito gramatical e sujeito semântico (ou sujeito da predicação) – e elas são codificadas em duas projeções funcionais distintas: AgrSP e SubjP, respectivamente. AgrSP representa a projeção onde os traços-phi são checados. O resultado é que ao DP sujeito é atribuído o Caso nominativo e há concordância entre esse elemento e o verbo. Já SubjP é a projeção onde o traço “sujeito da predicação” é checado, não sendo essa posição restrita a DPs.

Seguindo Cardinaletti (2004), Quarezemin & Cardinaletti (2017) propõem que há duas posições para o sujeito pré-verbal: Spec-TP e Spec-SubjP. O sujeito em construções como (39) e (40) acima ocupa Spec-SubjP, a posição destinada à checagem do traço de sujeito da predicação. A diferença entre as sentenças com PP locativo pré-verbal e DP locativo pré-verbal é que, nas com PP locativo pré-verbal, Spec-TP é uma posição ocupada por um *pro* genérico, então o PP locativo está relacionado a uma interpretação impessoal. Já nas sentenças com DP locativo pré-verbal, esse elemento comporta-se como o argumento externo de verbos transitivos, movendo-se de Spec-TP para Spec-SubjP, deixando naquela posição um vestígio. As estruturas a seguir, retiradas de Quarezemin & Cardinaletti (2017, p.397-398 e 401), ilustram a diferença entre as sentenças com PP e com DP:

(41) [_{SubjP} Naquela loja_i [_{TP} *pro*_{genérico} vende/vendem [_{VP} t_i livros]]]

(42) [_{SubjP} Aquela loja_i [_{TP} t_i vende [_{VP} t_i livros]]]

Quarezemin & Cardinaletti (2017) apresentam ainda exemplos de sentenças similares do italiano, sugerindo que não se trata exatamente de casos “inovadores” do PB. Vejamos as sentenças (43) e (44) a seguir (retiradas de Quarezemin & Cardinaletti, 2017, p.398 e 402):

(43) Questo negozio vende libri antichi.
 esse negócio vender-3sg livros antigos
 “Essa loja vende livros antigos.”

- (44) A scuola accettano le carte di credito.
 PREP escola aceitar-3pl DET cartão de crédito
 “Na escola aceitam cartão de crédito.”

Assim como no PB, no italiano o PP locativo pré-verbal – “a scuola” do exemplo (44) acima – também se refere a uma sentença com *pro* genérico, como mostra a estrutura (41). A diferença entre as línguas é que em italiano o *pro* genérico está associado ao verbo apenas no plural, enquanto em PB o verbo pode estar no singular.

Para Quarezemin (2017), as sentenças em que há um locativo pré-verbal na posição de sujeito não devem ser consideradas como construções exclusivas do PB. Além disso, o PP locativo pré-verbal não ocupa uma posição na periferia esquerda da sentença em PB. A ideia é que, assim como acontece em outras línguas, o movimento do PP locativo deve-se ao fato de esse elemento ser o sujeito da predicação, assim como ocorre com o PP locativo do italiano.

Somando-se ao grupo dos que defendem que o PB é uma língua de proeminência de sujeito está Kenedy (2011, 2014), que traz para a discussão dados experimentais. Em diferentes experimentos, os resultados do autor sugerem que os falantes de PB não consideram a estrutura “tópico-comentário” mais básica do que a estrutura “sujeito-predicado”, o que seria esperado se a língua apresentasse de fato proeminência de tópico.

Kenedy (2011) traz os resultados de um experimento de leitura automonitorada. A leitura automonitorada é um método experimental em que o participante deve ler determinadas sentenças divididas em segmentos que aparecem na tela de um computador. Cada novo segmento aparece na tela após um clique em uma tecla específica do teclado, ao passo que o segmento anterior se torna então indisponível. O participante é instruído a ler cada segmento da sentença o mais rápido possível, sem haver, entretanto, perdas para sua compreensão. A ideia por trás dessa metodologia é que estruturas menos complexas são interpretadas mais rapidamente, o que se reflete em tempos de leitura menores.

Com base nisso, Kenedy (2011) investiga dois contextos que se distinguem pelo tipo de sentença. Em um dos contextos, a estrutura da sentença é do tipo “tópico-comentário”. Compõem os materiais referentes a esse contexto exemplos de

construções de tópico sujeito, como na sentença (45) abaixo. O segundo contexto, por sua vez, apresenta a estrutura “sujeito-predicado”, como no exemplo (46):

(45) Essa janela / venta muito / no verão.

(46) Essa janela / fica aberta / no verão.

As barras apresentadas nas sentenças acima evidenciam a divisão por segmentos do experimento de Kenedy (2011). Como vemos, ambas as sentenças têm a mesma extensão, e seu primeiro segmento é exatamente igual. O intuito foi comparar o tempo médio de leitura dos dois tipos de sentença. A previsão do autor é que, caso o PB seja uma língua de proeminência de tópico, a estrutura “tópico-comentário” deve ser *default* na língua, então os falantes devem apresentar um tempo médio de leitura de sentenças como (45) menor do que o tempo médio de leitura de sentenças como (46), que representa a estrutura “sujeito-predicado”.

Participaram do experimento 60 sujeitos, divididos em três grupos de acordo com a sua escolaridade: ensino fundamental, ensino médio e ensino superior. Os resultados indicam que todos os grupos apresentaram tempo de leitura maior nos contextos de “tópico-comentário” do que nos contextos de “sujeito-predicado”, como aponta o gráfico a seguir:

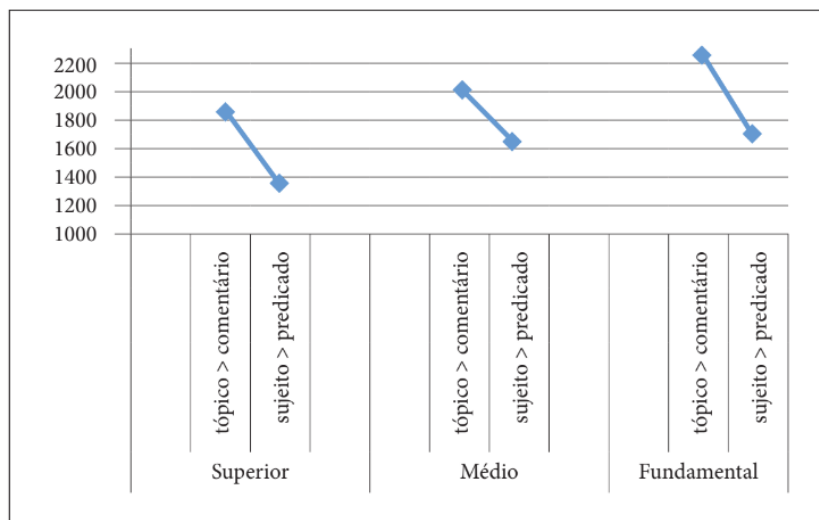


Gráfico 2.3: Dispersão dos tempos de reação por escolaridade – em milésimos de segundos (retirado de Kenedy, 2011, p.84)

O gráfico (2.3) acima indica que, à medida que diminui o nível de escolaridade, aumentam os tempos médios de leitura. Os participantes com ensino fundamental

leram as sentenças do experimento em mais tempo do que os participantes com ensino médio, que, por sua vez, apresentaram tempos médios de leitura maiores do que os participantes com ensino superior. Esse resultado não é surpreendente, uma vez que, como o teste é baseado em leitura, é esperado que grupos mais escolarizados leiam mais rápido do que grupos menos escolarizados. O resultado que nos interessa está na comparação entre contextos. Como pode ser visto no gráfico (2.3), os três grupos apresentaram tempos de leitura maiores nos contextos “tópico-comentário”, em comparação aos contextos “sujeito-predicado”, cujas sentenças foram lidas mais rapidamente. Nas sentenças “tópico-comentário”, é possível que os falantes tenham lido o primeiro segmento com a estrutura “sujeito-predicado” em mente. Ao se deparar com o segundo segmento, como “venta muito” do exemplo (45), o qual revela que o primeiro segmento (“essa janela”) refere-se a um tópico, os participantes tiveram que reanalisar a sentença como “tópico-comentário”, o que resultou em tempos de leitura mais elevados. Esses dados sugerem que a estrutura “sujeito-predicado” é *default* na língua, não representando dificuldades de leitura.

Adicionalmente, em Kenedy (2014), o autor realiza um experimento bastante similar ao do trabalho de 2011, com a diferença no tipo de metodologia: no trabalho de 2014 foi utilizada a audição segmentada automonitorada, excluindo-se as questões relacionadas à leitura. O raciocínio subjacente ao experimento é basicamente o mesmo do experimento realizado em Kenedy (2011), porém, desta vez, os participantes não leem sentenças na tela de um computador, mas as escutam. As sentenças são igualmente divididas por segmentos e representam estruturas de “tópico-comentário” e “sujeito-predicado”. Participaram 30 sujeitos, todos com ensino superior. Os resultados, analogamente ao que vimos em Kenedy (2011), apontam que as sentenças de “tópico-comentário” apresentaram tempo de escuta maior do que as sentenças de “sujeito-predicado”. O segmento crítico – o segundo segmento das sentenças, ver exemplos (45) e (46) acima – dos contextos “tópico-comentário” foi processado em média com 486 milissegundos a mais do que o mesmo segmento em contextos “sujeito-predicado”. A diferença de quase meio segundo foi considerada estatisticamente significativa (Anova: $[F_1 (1,30) = 1,23; p < .05]$. $[F_2 (1,8) = 20.66, p < .05]$).

Ainda em Kenedy (2014), outro experimento, também com o objetivo de investigar o status tipológico do PB com relação a sujeitos e tópicos, foi realizado.

Desta vez foi produzido um teste de julgamento de aceitabilidade com 30 participantes. Seus materiais foram compostos por sentenças com anáforas nulas e pronominais, orientadas para o sujeito e para o tópico, como exemplificam as sentenças a seguir:

- (47) a. [Aquela secretária de vermelho]_i disse que o diretor demitiu \emptyset _i
 b. [Aquela secretária de vermelho]_i disse que o diretor demitiu ela_i
 c. [Aquela secretária de vermelho]_i, o diretor disse que demitiu \emptyset _i
 d. [Aquela secretária de vermelho]_i, o diretor disse que demitiu ela_i

Os resultados indicam uma preferência dos participantes por anáforas pronominais orientadas para o sujeito, como em (47b). Já as anáforas nulas são preferidas nos contextos em que estão orientadas para o tópico, como em (47c). O raciocínio por trás da tarefa de julgamento de aceitabilidade realizada por Kenedy (2014) é que, caso fosse o PB uma língua com proeminência de tópico, anáforas nulas e pronominais seriam ambas orientadas para o tópico. Nesse caso, os falantes considerariam aceitáveis sentenças como (47c) e (47d) mais frequentemente do que sentenças como (47a) e (47b).

Além de Quarezemin (2017), Quarezemin & Cardinaletti (2017) e Kenedy (2011, 2014), podemos citar o trabalho de Costa (2010) como contrário à ideia de que o PB é uma língua de proeminência de tópico. O autor questiona se a diferença entre o PB e o PE deve ser explicada em termos de um parâmetro de orientação discursiva. Para ele, não é preciso pressupor que a diferença nas duas línguas resida no fato de o PB ser uma língua de proeminência de tópico. Costa (2010) apresenta exemplos do PE que sugerem que algumas propriedades que haviam sido consideradas pela literatura como exclusivas do PB, em comparação à variedade europeia da língua, na verdade não o são. Apresentamos, a seguir, quatro tipos de estruturas analisadas pelo autor, cada um deles seguido de exemplos do PE (retirados de Costa, 2010, p.131-134):

- a. construções com sujeito locativo e dêitico
 “O Barlavento faz mais vento.”
 “O Largo Camões, aquilo faz um frio.”
- b. construções existenciais personalizadas com a inserção de pronomes
 “Nós temos muita corrupção no país.”
 “Tu tens muitos perigos em Setúbal.”

- c. construções com hiperalçamento do sujeito com “parecer”
“As pessoas dizem que eu nem pareço que tenho 17 anos.”
- d. construções com ergativização de verbos transitivos¹²
“O trabalho está a imprimir.”
“A cadeira baloiçou com o vento.”

Desse modo, das cinco¹³ construções que distinguiriam o PB do PE, apenas uma parece ser encontrada apenas no PB: as construções com sujeito genitivo, como em (35), repetida em (48) a seguir para maior conveniência. O autor faz uma ressalva. Em uma consulta informal, exemplos como (49), que são análogos a (48), não foram considerados aceitáveis por falantes nativos de PB. Ainda, foi atestada uma ocorrência desse tipo de estrutura em PE, apresentada em (50):

(48) O meu carro furou o pneu.

(49) ?? As minhas duas árvores apodreceram a raiz.

(50) O meu carro avariou o elevador do vidro eléctrico.

De acordo com Costa (2010), a partir dos exemplos acima é possível pôr em causa a produtividade de construções de tópico sujeito, como (48) acima. Kenedy (2011), por sua vez, levanta uma questão interessante sobre o PB:

O PB é uma das raras línguas cujas entranhas foram despidoradamente devassadas em público. Poucas línguas europeias possuem tanta descrição sociolinguística em detalhes como o PB, fato que a nós linguistas brasileiros só nos causa orgulho. O preço por esse avanço, porém, pode ser certa exotificação da língua. É preciso verificar se o que se passa no PB representa de fato inovação em relação à sua origem românica ou se não se trata, na verdade, de apenas um retrato vivo da língua oral de uma comunidade subletrada em plena atividade em seu nicho mais natural: a interação comunicativa oral e face a face. (KENEDY, 2011, p.86)

Uma última ressalva precisa ser feita antes de encerrar esta seção. Ao menos Orsini & Vasco (2007) assumem que o português brasileiro possa ser uma língua de

¹² Aqui estamos apresentando a argumentação de Costa (2010). Entretanto, fica a ressalva de que os exemplos dados pelo autor para as construções com ergativização de verbos transitivos aparentemente não são do mesmo tipo dos exemplos do mesmo fenômeno observado no PB, que seriam as sentenças que estamos chamando de absolutas. Por exemplo, verbos como “imprimir” e “balançar” não apresentam as mesmas propriedades que “destruir” – do exemplo “O jardim destruiu todo com a reforma”, de Negrão & Viotti (2010) –, que aparentemente é mais agentivo.

¹³ Seriam seis as construções próprias de línguas de proeminência de tópico, mas, de acordo com a argumentação de Costa (2010), uma delas não deve ser considerada, por não se relacionar diretamente às propriedades referentes a tópicos. Por isso, são cinco as construções consideradas pelo autor.

proeminência de tópico e de sujeito, figurando entre as línguas do tipo D proposto por Li & Thompson (1976) (ver a figura 2.2 acima). Em línguas de proeminência de tópico e de sujeito, ambas as estruturas, “tópico-comentário” e “sujeito-predicado”, são igualmente importantes, uma não se sobressai à outra.

Orsini & Vasco (2007) realizaram um levantamento em dois corpora de fala do PB, uma amostra de fala culta (coletada a partir de dados do NURC-RJ – Projeto de estudo da Norma Urbana Culta do Rio de Janeiro) e uma amostra de fala popular (coletada a partir de dados do PEUL – Projeto de estudos e usos linguísticos). Os dados foram classificados pelos autores em quatro tipos de estrutura: i. anacoluto (como em “Doce eu gosto de gelatina”), em que o elemento considerado como tópico não tem relação argumental com o verbo; ii. topicalização (a exemplo de “Lago eu também acho bonito”), em que o elemento considerado como tópico parece estar deslocado de uma posição dentro da sentença, que é considerada o comentário; iii. deslocamento à esquerda (como em “As praias do Nordeste elas são todas muito lindas”), em que o elemento considerado como tópico é retomado por um pronome resumptivo; e iv. tópico-sujeito (por exemplo: “Essas janelas estão ventando”), em que o elemento considerado como tópico parece ter sido reanalisado como sujeito.

Os resultados de Orsini & Vasco (2007) indicam que ambas as variedades do PB (culto e popular) apresentam mais estruturas de deslocamento à esquerda de sujeito e de topicalização de objeto direto. Os autores sugerem que as estruturas de deslocamento à esquerda de sujeito estão relacionadas à tendência do PB de preenchimento da posição de sujeito. Já as estruturas de topicalização de objeto direto estariam ligadas ao crescimento no uso de objetos nulos.

Estruturas de tópico-sujeito foram pouco frequentes nas duas amostras (com 6% de frequência na fala culta e 7% na fala popular), tendo sido posteriormente agrupadas com as estruturas de anacoluto, uma vez que, de acordo com a perspectiva dos autores, essas estruturas seriam características de línguas de proeminência de tópico. O resultado é a frequência expressiva em ambos os *corpora* analisados (35% na fala culta e 39% na fala popular). Como conclusão, Orsini & Vasco (2007) apontam alguns aspectos observados no PB que são próprios de línguas de proeminência de tópico, mas destacam aspectos também observados na língua que são particulares de línguas de proeminência de sujeito, sugerindo que o PB está entre as línguas mistas, apresentando proeminência de tópico e de sujeito.

A discussão sobre a tipologia do PB apresentada nesta seção tem como ponto de partida as construções que ficaram conhecidas como tópico sujeito. O que está no cerne da questão é a posição que DPs e PPs ocupam nesse tipo de sentença. Tal posição em geral é postulada a partir de indícios de que tais elementos se comportam como tópicos ou como sujeitos. Na próxima seção, discutimos sobre a posição ocupada por DPs e PPs pré-verbais e assumimos nosso ponto de vista dentro da discussão.

2.4. A posição sintática do argumento não agente pré-verbal

Como temos visto neste segundo capítulo, o PB apresenta algumas formas de promover um argumento que não tem o papel temático de agente a uma posição mais proeminente no discurso, a posição pré-verbal. Entre essas formas, estão sentenças como as que ficaram conhecidas como construções de tópico sujeito e sentenças absolutas. Nesta seção, vamos nos deter à análise sintática desses dois tipos de promoção do argumento não agente.

Começamos pelas construções de tópico sujeito. Galves (1998), Munhoz & Naves (2012) e Avelar & Galves (2011) propõem que o sujeito em construções de tópico sujeito ocupa uma posição específica, própria da sintaxe do PB. Para Galves (1998), essa posição é o especificador da categoria funcional Pessoa, que se projeta entre COMP e Tempo. Já Munhoz & Naves (2012) propõem que, em línguas de proeminência de tópico, entre C e T há uma categoria funcional α , em cujo especificador reside o sujeito das construções de tópico sujeito do PB. O que as duas propostas têm em comum é o fato de a posição postulada para o sujeito das construções de tópico sujeito não ser uma posição canônica de sujeito, em especificador de TP, por exemplo.

Avelar & Galves (2011), por sua vez, entendem que a posição para onde se desloca o sujeito em construções de tópico sujeito é justamente Spec-TP. A especificidade do PB, em comparação a outras línguas românicas, estaria nas propriedades dessa posição, que não seria argumental, podendo, portanto, receber sintagmas advindos de posições não argumentais, como vemos nos exemplos das construções de tópico sujeito, em que constituintes não argumentais, como PPs, ocupam a posição de sujeito. Ou seja, de acordo com Avelar & Galves (2011), a posição

de sujeito em PB pode ser uma posição não argumental, e essa seria uma característica própria das línguas de proeminência de tópico.

As três posições propostas pelos autores acima para o sujeito de construções de tópico sujeito estão em consonância com a ideia de que o PB é uma língua de proeminência de tópico. No que se segue, aprofundamo-nos na proposta de Quarezemin & Cardinaletti (2017) e Quarezemin (2017) para a sintaxe de construções de tópico sujeito. Como vimos, as autoras defendem que o PB é, assim como outras línguas românicas, uma língua de proeminência de sujeito.

Seguindo Cardinaletti (2004), Quarezemin & Cardinaletti (2017) propõem que existam duas posições para o sujeito, e cada uma delas refira-se a uma propriedade: ser o sujeito gramatical e ser o sujeito da predicação. Nas palavras de Cardinaletti (2004, p.120-121):

The two properties attributed to (preverbal) subjects, i.e. being the grammatical subject according to morpho-syntactic criteria and being the semantic subject, are attributed to two distinct functional projections, AgrSP and SubjP respectively. AgrSP is the projection where ϕ -features are checked on nominative DPs; this results in nominative case on the subject DP and verb agreement with the subject DP. SubjP is the projection where the “subject-of-predication” feature is checked. In this way, the semantic property of subjects is encoded in the syntax through a morphosyntactic feature.¹⁴ (CARDINALETTI, 2004, p.120-121)

O sujeito gramatical é o elemento que concorda com o verbo em número e pessoa e para o qual é atribuído o caso nominativo. Já o sujeito da predicação é o elemento sobre o qual recai a predicação da sentença. Cardinaletti (2004) aponta que a noção de sujeito da predicação é similar à noção de “sujeito psicológico” ou “tema”, mas difere da noção de “tópico”.

“Subject of predication” is similar to the traditional notions of “psychological/notional subject” and “Theme”, but differs from the notion “Topic”. It pertains to the logical structure of the sentence (subject vs predicate), while Topic refers to the information structure of the sentence (given vs new). Two considerations support this. First, some DPs are subjects of predication from the semantic point of view without being Topics, e.g. in out-of-the-blue sentences with transitive verbs. Second, almost any XP can be topicalized (in specTopicP,

¹⁴ Em tradução livre: “As duas propriedades atribuídas aos sujeitos (pré-verbais), i.e. ser o sujeito gramatical de acordo com critérios morfossintáticos e ser o sujeito semântico, são atribuídas a duas projeções funcionais distintas, AgrSP e SubjP, respectivamente. AgrSP é a projeção em que traços- ϕ são checados nos DPs nominativos; isso resulta no caso nominativo do DP sujeito e na concordância entre o verbo e o DP sujeito. SubjP é a projeção em que o traço “sujeito da predicação” é checado. Dessa forma, a propriedade semântica dos sujeitos é codificada na sintaxe por meio de um traço morfossintático”.

Rizzi 1997), while SpecSubjP is a position reserved for specific types of XPs.¹⁵ (CARDINALETTI, 2004, p.155)

Como vimos, um tópico é um sintagma deslocado à esquerda sobre o qual o restante da sentença trará uma proposição. Visto desse modo, o tópico refere-se sempre a uma informação presente no contexto, ou seja, a uma informação dada (em oposição a informações novas). Isso quer dizer que sentenças de sopetão, que são sentenças ditas sem um contexto compartilhado previamente no discurso (chamadas de sentenças *out-of-the-blue* em inglês), não podem conter um tópico. De acordo com Cardinaletti (2004), o sujeito da predicação envolve uma noção muito diferente da noção de tópico, uma vez que diz respeito à estrutura lógica da sentença, podendo ser realizado em contextos de sopetão.

Quarezemin & Cardinaletti (2017) utilizam-se da proposta de Cardinaletti (2004) em sua abordagem sobre as construções de tópico sujeito. De acordo com as autoras, em tais construções, DPs e PPs que ocupam uma posição pré-verbal apresentam comportamentos distintos, o que se reflete em duas análises sintáticas diferentes. Ambos são sujeitos da predicação, de modo que ocupam essa posição. Entretanto, somente DPs passam pela posição reservada para sujeitos gramaticais, posição esta que seria Spec-AgrSP na proposta de Cardinaletti (2004) e é atualizada como Spec-TP em Quarezemin & Cardinaletti (2017) e Quarezemin (2017).

A proposta sintática de Quarezemin & Cardinaletti (2017) para as construções de tópico sujeito pode ser sintetizada pelas seguintes representações:

(51) [_{SubjP} Naquela loja_i [_{TP} *pro*_{genérico} vende/vendem [_{VP} t_i livros]]]

(52) [_{SubjP} Aquela loja_i [_{TP} t_i vende [_{VP} t_i livros]]]

A análise apresentada acima difere PPs de DPs pré-verbais, considerando que somente DPs passam pela posição de Spec-TP, onde checam caso nominativo e onde é estabelecida a concordância com o verbo. Essa posição, em sentenças com PP pré-verbal, é ocupada por um *pro* genérico.

¹⁵ Em tradução livre: “‘Sujeito da predicação’ é similar às noções tradicionais de ‘sujeito psicológico/conceitual’ e ‘Tema’, mas difere da noção de ‘Tópico’. Isso pertence à estrutura lógica da sentença (sujeito *versus* predicado), enquanto tópico refere-se à estrutura informacional da sentença (dada *versus* nova). Duas considerações suportam isso. Primeiro, alguns DPs são sujeitos da predicação do ponto de vista semântico sem ser tópicos, e.g. em sentenças de sopetão com verbos transitivos. Segundo, quase todo XP pode ser topicalizado (em Spec-TopicP, Rizzi, 1997), enquanto Spec-SubjP é a posição reservada para tipos específicos de XPs”.

Passando para as sentenças absolutas, entendemos que é possível estender a elas a proposta de Quarezemin & Cardinaletti (2017). Sob nossa perspectiva, as sentenças absolutas compartilham algumas características com as construções de tópico sujeito formadas com DPs. Em ambas, o DP pré-verbal concorda com o verbo e checka caso nominativo, mas apresenta também o traço de sujeito da predicação. Ainda, assim como nas construções de tópico sujeito, nas sentenças absolutas o DP pré-verbal não deve ser entendido como tópico, uma vez que tal elemento pode envolver uma informação nova. A consequência disso é que sentenças absolutas podem ser proferidas em contextos *out-of-the-blue*, como exemplificado a seguir:

(53) A: O que aconteceu?

B: Meu crachá trocou.

A partir das características partilhadas entre construções de tópico sujeito com DPs pré-verbais e sentenças absolutas, assumimos que na derivação das absolutas aconteçam dois movimentos: um para checkar o caso nominativo (em Spec-TP) e outro para checkar o traço semântico de sujeito da predicação (em Spec-SubjP). Em suma, vejamos a representação a seguir, referente à sentença absoluta “Meu crachá trocou”:

(54) [_{SubjP} Meu crachá_i [_{TP} t_i trocou [_{VP} t_i]]]

Dada a análise adotada para as sentenças absolutas, que segue a proposta de Quarezemin & Cardinaletti (2017) para as construções de tópico sujeito com DPs pré-verbais, passamos para a última seção deste segundo capítulo, em que trazemos algumas considerações finais.

2.5. Considerações sobre o capítulo

Este segundo capítulo teve como objetivo expor os pressupostos teóricos que orientam a análise de nossos dados, apresentados no próximo capítulo. A discussão sobre a tipologia do PB é de especial interesse para nós. Como vimos, estruturas que ficaram conhecidas na literatura como construções de tópico sujeito são consideradas por alguns autores (Galves 2001; Negrão, Viotti 2008, 2011, 2014; Avelar 2009; Avelar, Galves 2011; Munhoz, Naves 2012) como um indício de que o PB é uma língua de proeminência de tópico, no sentido de Li & Thompson (1976). Sob nossa perspectiva, no entanto, as evidências experimentais apresentadas por Kenedy (2011, 2014) são

um importante indício de que, assim como outras línguas românicas, o PB deve ser considerado como uma língua de proeminência de sujeito.

Para dar conta da descrição dos “novos” sujeitos que têm emergido na língua, como sintagmas locativos e genitivos, além de elementos com papel temático não agentivo, assumimos ser suficiente a proposta de Quarezemin (2017) e Quarezemin & Cardinaletti (2017). As autoras defendem, seguindo Cardinaletti (2004), que há dois tipos de sujeito: sujeito gramatical e sujeito semântico. E há, para cada um deles, uma posição: Spec-TP e Spec-SubjP, respectivamente. Os “novos” sujeitos do PB ocupam a posição do sujeito semântico, em Spec-SubjP, passando por Spec-TP (onde deixam um vestígio) apenas quando não estão preposicionados.

Nosso estudo experimental visou observar as estratégias sintáticas empregadas por falantes de PB quando estimulados a produzir sentenças sem um agente, em que um argumento não agentivo pode ser promovido a uma posição com mais proeminência discursiva, a posição pré-verbal. Postulamos que essa posição pré-verbal seja uma posição de sujeito. Seguindo Quarezemin (2017) e Quarezemin & Cardinaletti (2017), assumimos que essa posição é Spec-SubjP.

No próximo capítulo, apresentamos em detalhes nosso estudo experimental, cujos resultados contribuem para o debate sobre a tipologia do PB. Como deverá ficar claro, nossos dados somam-se aos de Kenedy (2011, 2014) na sugestão de que a estrutura básica de sentenças em português brasileiro não se caracteriza por “tópico-comentário”, mas sim “sujeito-predicado”. Sob nossa perspectiva, os dados do autor, assim como a proposta de Quarezemin (2017) e Quarezemin & Cardinaletti (2017) e os exemplos do PE apresentados por Costa (2010), representam um forte indício de que as mudanças pelas quais tem passado o PB não devem ser compreendidas como alterações na caracterização da língua com relação a propriedades discursivas. Em suma, na presente tese não pressupomos que o PB é uma língua de proeminência de tópico.

Capítulo 3: Estudo experimental

3.1. Introdução

A fim de observar as estratégias sintáticas empregadas pelos falantes para promover o argumento não agente para uma posição inicial na sentença, onde tal argumento ganhará mais proeminência, recorreremos ao método experimental, visto que, por meio dele, é possível controlar diversos aspectos, como os estímulos a que os participantes são expostos. Esses elementos são pensados para estimular o participante a exercer uma tarefa de um modo determinado, mas o deixando livre para exercê-la de maneira natural e espontânea.

Pensando na promoção do argumento não agente, nosso experimento foi desenhado de modo a apresentar uma imagem em que uma ação estava sendo ilustrada. Nessa imagem, o argumento agente (e/ou causa) foi suprimido do contexto, deixando apenas o argumento não agente ilustrado. Nosso intuito foi estimular o falante a produzir estruturas que apresentam o argumento não agente em uma posição de maior proeminência na sentença, a posição inicial. Para isso, foi desenvolvido um experimento de produção eliciada com *priming* baseado no experimento de *priming* descrito em Bock (1986), o qual apresentamos a seguir.

3.1.1. *Priming* sintático – Bock (1986)

O trabalho seminal de Bock (1986) versa sobre a persistência sintática – o mesmo que *priming* –, expressão usada para designar a tendência de repetir uma determinada estrutura sintática acessada em algum momento anterior. Os dados da autora sugerem que os falantes tendem a usar uma dada estrutura mais frequentemente quando tal estrutura já lhes foi apresentada. Em seus experimentos, Bock (1986) utiliza imagens que representam ações denotadas por verbos transitivos. Cada imagem foi apresentada a um participante após o acesso a uma sentença em uma dentre duas configurações: ativa ou passiva. A figura a seguir exemplifica os materiais usados em Bock (1986):

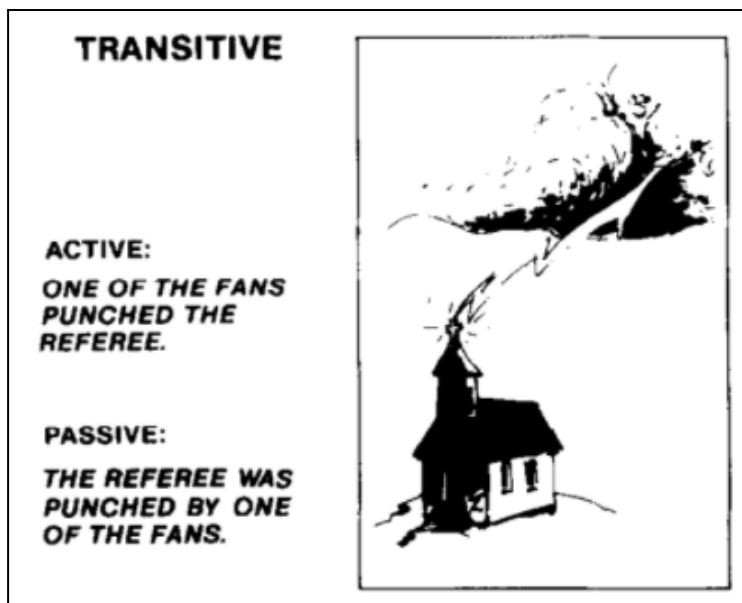


Figura 3.1: Exemplo de material de Bock (1986) para verbos transitivos (retirado de Bock, 1986, p.361)

O experimento de Bock (1986) foi realizado da seguinte forma: o participante ouvia uma dentre duas configurações sintáticas possíveis, sentença ativa ou sentença passiva, exemplificadas à esquerda da figura (3.1). Depois de repetir tal sentença, chamada de sentença-prime, o participante se deparava com uma imagem que deveria ser descrita, a exemplo da imagem que está à direita da figura (3.1). A partir da imagem na figura (3.1) acima, por exemplo, um participante poderia produzir uma sentença ativa como (55) ou uma sentença passiva como (56).

(55) Lightning is striking the church.
 raio AUX-PRES-3sg atingir-PROG DET igreja
 “O raio está atingindo a igreja.”

(56) The church is being struck by lightning.
 DET igreja AUX-PRES-3sg ser-PROG atingir-PART PREP raio
 “A igreja está sendo atingida pelo raio.”

É importante notar que, como ilustrado na figura (3.1), o conteúdo da sentença-prime a que o participante tinha acesso não se relacionava em nada com o conteúdo da imagem, então a única relação entre a sentença-prime e a imagem era que ambas envolviam um verbo transitivo.

Em seus resultados, Bock (1986) observa que os participantes da pesquisa usaram sentenças ativas, como em (55), para descrever uma imagem mais

frequentemente após terem sido expostos a sentenças-prime ativas, ainda que a sentença-estímulo e a sentença produzida pelo falante não estivessem semanticamente relacionadas. E o mesmo foi observado para sentenças passivas, como em (56), produzidas mais frequentemente quando eliciadas após a apresentação de uma estrutura passiva.

Do mesmo modo, a autora investigou a persistência sintática em sentenças dativas do inglês. Um exemplo dos materiais utilizados por Bock (1986) com relação a sentenças dativas é apresentado na figura (3.2) a seguir:

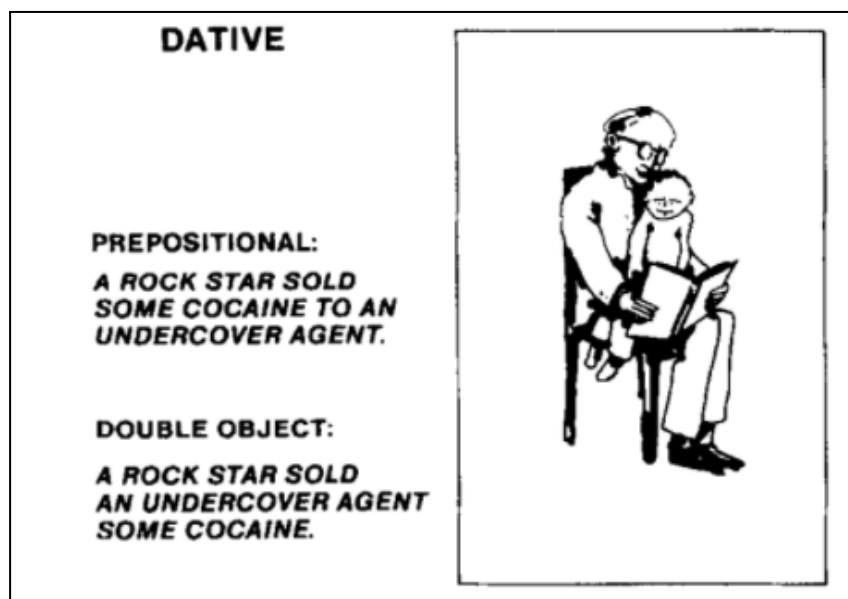


Figura 3.2: Exemplo de material de Bock (1986) para verbos dativos (retirado de Bock, 1986, p.361)

Observe que as sentenças dativas do inglês podem se formar de duas formas: com um objeto direto e um objeto indireto (condição chamada de *prepositional* no exemplo da figura acima) ou com dois objetos diretos (condição chamada de *double object*). Foi realizado o mesmo procedimento feito com os verbos transitivos. Após repetir uma sentença que correspondia a uma dentre as duas condições (*prepositional* ou *double object*), o participante descrevia uma imagem. No exemplo da figura (3.2) acima, a imagem poderia ser descrita como (57) ou como (58).

- (57) The man is reading a story to the boy.
 DET homem AUX-PRES-3sg ler-PROG DET estória PREP DET menino
 “O homem está lendo uma estória para o menino.”

- (58) The man is reading the boy a story.
 DET homem AUX-PRES-3sg ler-PROG DET menino DET estória
 “O homem está lendo uma estória para o menino.”

Bock (1986) verificou que sentenças dativas com preposição, como em (57), foram usadas mais vezes quando os participantes tinham repetido sentenças com essa estrutura, ao passo que sentenças dativas com duplo objeto, a exemplo de (58), foram produzidas mais frequentemente após o acesso a tal estrutura.

É válido lembrar que ambas as estruturas – ativa e passiva no contexto da figura (3.1) e *prepositional* e *double object* no contexto da figura (3.2) – eram perfeitamente adequadas para a descrição das imagens dadas no estudo de Bock (1986). O que parece ter influenciado o uso da estrutura pelos participantes é de fato o acesso prévio a uma delas.

3.1.2. Nosso estudo

Partindo do conceito de persistência sintática, nosso estudo experimental é composto de sentenças-estímulo – chamadas de sentenças-prime – que apresentam uma determinada estrutura. Após acessar tal estrutura, o falante é instigado a produzir uma sentença a partir de uma imagem eliciadora. O objetivo é verificar se haveria a promoção do argumento não agente mais frequentemente a partir das imagens eliciadoras após o acesso a uma estrutura similar que também promova o não agente para a posição inicial da sentença.

Um exemplo de estrutura em que o argumento não agente ocupa a posição inicial é a sentença absoluta. Seguindo a hipótese de Negrão & Viotti (2010), segundo a qual nas sentenças absolutas não há uma “força indutora”, de Rezende & Grolla (2021) investigaram a produção de sentenças absolutas em dois contextos, um em que há um agente definido e explícito nas imagens utilizadas como estímulo e outro em que o agente não se faz presente. Os resultados sugerem que o contexto sem agente é mais propício para a produção de uma sentença absoluta. Como a sentença absoluta representa um ótimo exemplo de promoção do não agente, tomamos como ponto de partida o que já se sabe sobre tal estrutura. No presente estudo, portanto, todos os contextos sob análise não envolvem a presença de um agente, considerando este um cenário mais adequado para a promoção do não agente.

Camuflado de teste de memória, o experimento demandava dos participantes a memorização de frases e imagens. As frases eram repetidas pelos sujeitos, para que a estrutura ficasse ativa no processador sintático. No momento seguinte, a partir de imagens eliciadoras, os participantes eram instigados a produzir uma sentença. Esperava-se que, ao descrever uma imagem em que não há um agente explícito, o participante produzisse uma sentença em que o argumento não agente ocupa uma posição pré-verbal, que postulamos ser a posição de sujeito, visto que uma estrutura com sujeito não agente já está ativa (pela repetição).

Nosso experimento foi produzido a partir do paradigma de *priming* com o objetivo de observar as estratégias sintáticas empregadas pelos falantes de PB para promover o argumento não agente para a posição inicial na sentença. O *priming* é usado, portanto, como método para estimular a produção de sentenças em que o não agente esteja em primeira posição. Nosso intuito é oferecer ao falante o contexto ideal para emergência de estruturas que apresentam o argumento não agente em uma posição de maior proeminência na sentença, a posição inicial.

3.2. Variáveis e condições

Os contextos das sentenças-estímulo foram pensados e manipulados com relação ao tipo de verbo e à posição do argumento tema. Com relação ao tipo de verbo, as sentenças-*prime* podem apresentar um verbo alternante ou um verbo não alternante. Tomando como exemplo o verbo *quebrar*, os verbos alternantes podem aparecer em uma sentença transitiva, como “O menino quebrou o vaso”, em que o sujeito é um agente ou causa da ação, ou em uma sentença intransitiva, como “O vaso quebrou”, em que o objeto da versão transitiva agora passa a ser o sujeito da sentença. Já os verbos não alternantes, a exemplo de *chegar*, só podem ser usados como intransitivos (como em “A carta chegou”), não permitindo que um agente ou uma causa estejam na posição de sujeito, como em “*O carteiro chegou a carta”.

No que se refere ao argumento tema, este poderia figurar em uma dentre duas posições possíveis: antes ou após o verbo. Ou seja, nas sentenças-estímulo, o argumento tema poderia estar em uma posição pré-verbal (como em “A carta chegou”/“O vaso quebrou”) ou em uma posição pós-verbal (a exemplo de “Chegou a carta”/“O menino quebrou o vaso”).

Desse modo, nossas variáveis independentes foram: tipo de verbo (alternante ou não alternante) e posição do tema (pré-verbal ou pós-verbal). Cruzando as variáveis independentes, temos quatro condições experimentais, apresentadas e exemplificadas no quadro a seguir:

		posição do tema	
		pré-verbal: tema-verbo (TV)	pós-verbal: verbo-tema (VT)
tipo de verbo	alternante	T V (O vaso quebrou)	A(gente) V T (O menino quebrou o vaso)
	não alternante	T V (A carta chegou)	V T (Chegou a carta)

Quadro 3.1: Nossas condições experimentais

Já a variável dependente é o tipo de estrutura produzida a partir da imagem eliciadora, o que ficará mais claro nas seções seguintes.

3.3. Materiais

O experimento é composto por 12 pares de sentenças-estímulo e imagens-alvo, ou seja, há 12 sentenças-prime e 12 imagens eliciadoras. Todos os verbos, tanto os presentes nas sentenças-prime como os ilustrados nas imagens eliciadoras, foram escolhidos com base nas classificações apresentadas no banco de dados lexicais VerboWeb (Cançado et al., 2017).

As sentenças-prime são formadas por seis verbos alternantes e seis verbos não alternantes. Os 12 verbos podem aparecer em uma de duas configurações sintáticas: com tema pré-verbal (como em “A carta chegou”/“O vaso quebrou”) ou com tema pós-verbal (a exemplo de “Chegou a carta”/“O menino quebrou o vaso”). Desse modo, ao todo, compõem os materiais 24 sentenças-prime. Entretanto, o mesmo participante não ouviu duas frases com o mesmo verbo, porque teve acesso a apenas uma configuração sintática (com tema pré-verbal ou com tema pós-verbal) para cada verbo, totalizando 12 sentenças-prime ouvidas ao longo do experimento. Por isso, foram produzidas duas listas de sentenças-prime. Em cada uma delas há seis itens com tema pré-verbal e seis itens com tema pós-verbal, como fica ilustrado na apresentação das listas, a seguir:

Lista 1			
Verbo	tipo	Posição do tema	Sentença-prime
quebrar	alternante	pós-verbal	A empregada quebrou o copo por acidente.
rasgar	alternante	pré-verbal	O vestido rasgou antes da festa de casamento.
afundar	alternante	pós-verbal	A tempestade tá afundando o barco.
abrir	alternante	pré-verbal	A porta abriu violentamente com o vento.
congelar	alternante	pós-verbal	O frio tá congelando a água de madrugada.
esvaziar	alternante	pré-verbal	A piscina tá esvaziando porque tem muita gente.
cair	não alternante	pós-verbal	Caiu o lápis de cima da mesa.
chegar	não alternante	pré-verbal	A carta chegou antes do previsto.
sair	não alternante	pós-verbal	Saiu a reportagem no jornal da cidade.
subir	não alternante	pré-verbal	Uma lagartixa tá subindo pela parede.
descer	não alternante	pós-verbal	Tá descendo o elevador até a garagem.
vir	não alternante	pré-verbal	Uma tempestade tá vindo do sul do país.

Quadro 3.2: Materiais: Lista 1

Lista 2			
Verbo	tipo	Posição do tema	Sentença-prime
quebrar	alternante	pré-verbal	O copo quebrou por acidente ontem de manhã.
rasgar	alternante	pós-verbal	A menina rasgou o vestido antes da festa.
afundar	alternante	pré-verbal	O barco tá afundando com a tempestade.
abrir	alternante	pós-verbal	O vento abriu a porta violentamente.
congelar	alternante	pré-verbal	A água tá congelando com o frio da madrugada.
esvaziar	alternante	pós-verbal	O zelador tá esvaziando a piscina por precaução.
cair	não alternante	pré-verbal	O lápis caiu de cima da mesa.
chegar	não alternante	pós-verbal	Chegou a carta antes do previsto.
sair	não alternante	pré-verbal	A reportagem saiu no jornal da cidade.

subir	não alternante	pós-verbal	Tá subindo uma lagartixa pela parede.
descer	não alternante	pré-verbal	O elevador tá descendo até a garagem.
vir	não alternante	pós-verbal	Tá vindo uma tempestade do sul do país.

Quadro 3.3: Materiais: Lista 2

Como pode ser notado nos exemplos apresentados nos quadros acima, as sentenças-prime apresentam ainda uma característica quanto à forma: o tempo verbal. Em cada lista, há seis itens com o verbo no passado e seis itens com o verbo no presente progressivo. Caso a persistência sintática seja verificada também com relação ao tempo verbal (além da posição do tema), os participantes poderiam produzir sentenças nessas duas configurações temporais.

Escolhemos os verbos alternantes a partir de uma busca no portal VerboWeb. Foram selecionados verbos pertencentes à classe de “causação: verbos de mudança de estado opcionalmente agentivos”, cujas propriedades incluem o conteúdo semântico de “x agir causando y ficar em determinado estado” e a estrutura sintática básica de [SN V SN]. Além disso, todos os verbos da classe licenciam a alternância causativo-incoativa. Sob essa perspectiva, os verbos alternantes são considerados basicamente transitivos, e suas versões intransitivas são, então, consideradas derivadas.

Os verbos não alternantes foram igualmente selecionados por meio de uma pesquisa no portal VerboWeb. Optamos por verbos da categoria “culminação: verbos de mudança de lugar”, cuja classe apresenta as seguintes propriedades: conteúdo semântico de “x passar a ficar em y através de um evento” e estrutura sintática básica de [SN V SP].

Para produzir as imagens eliciadoras, também selecionamos verbos por meio de pesquisa no portal VerboWeb. Foram escolhidos dez verbos que, de acordo com o portal, apresentam a “propriedade não classificatória de licenciar a alternância incoativa periférica”. Isso significa que tais verbos não compõem uma classe específica, mas apresentam a propriedade de aparecer em uma estrutura como a absoluta – chamada pelas autoras de alternância incoativa periférica. Além desses dez verbos, foram incluídos outros dois verbos, os quais não apresentam tal propriedade. São eles *comprar* e *engolir*. Nosso intuito é verificar se a persistência sintática ocorreria mesmo com um verbo que não apresenta a propriedade de licenciar alternâncias. Ademais,

intuitivamente tais verbos são altamente agentivos, de modo que é mais difícil suprimir o argumento com papel temático de agente, em comparação aos outros dez verbos do experimento. Nesse sentido, trata-se de uma investigação adicional.

Assim como foram usados dois tempos verbais nas sentenças-prime, as imagens eliciadoras também poderiam representar dois tipos de ação: seis delas apresentaram eventos que aparentemente estavam acontecendo e seis delas apresentaram eventos aparentemente já finalizados. Analogamente às sentenças-prime, as imagens eliciadoras sugerem que o evento pode estar em andamento ou pode estar finalizado, relacionando-se a dois tempos verbais: presente progressivo e passado. Por isso, as imagens com eventos que aparentemente estavam acontecendo foram pareadas com sentenças-prime com tempo verbal no presente progressivo, assim como as imagens com eventos que aparentemente já estavam finalizados foram pareadas com sentenças-prime com tempo verbal no passado.

Vejamos um exemplo de cada tipo de imagem eliciadora:



Figura 3.3: Materiais: evento em andamento

Como vemos, na figura (3.3), referente ao verbo *pintar*, há apenas a mão de uma pessoa não identificada segurando um rolo de tinta, aparentemente deslizando o rolo pela parede, ou seja, a ação de pintar parece estar sendo realizada na imagem. Comparemos a figura (3.3) acima com a figura (3.4) a seguir:



Figura 3.4: Materiais: evento finalizado

A figura (3.4) traz a imagem de algumas roupas coloridas, dobradas e limpas à frente de uma máquina de lavar, ou seja, tais roupas aparentemente já passaram pelo processo de “lavar”. Com a imagem e o verbo dado, espera-se que o falante possa inferir que as roupas já foram lavadas.

Além de *pintar* e *lavar*, foram utilizados mais dez verbos. São apresentados no quadro seguinte todos os verbos escolhidos para as imagens eliciadoras:

Verbos das imagens eliciadoras	
eventos em andamento	eventos finalizados
lavar	salgar
apontar (lápiz)	pintar
vender	azulejar
passar (roupa)	fritar
podar	enxaguar
comprar	engolir

Quadro 3.4: Materiais: verbos usados para a produção das imagens eliciadoras

Todos os verbos utilizados para a produção das imagens eliciadoras, assim como os verbos utilizados para a produção das imagens distratoras, foram apresentados por escrito na borda inferior das próprias imagens, para estimular os participantes a usá-los em suas respostas.

Além dos itens-alvo, o teste foi composto por 20 pares de sentenças e imagens distratoras. Ainda seguindo as propriedades e classificações da plataforma VerboWeb (Cançado et al., 2017), as sentenças distratoras foram formadas com verbos de quatro

classes de “atividade”: i. verbos internamente causados (inergativos); ii. verbos internamente causados com instrumento incorporado; iii. verbos de contato mediado pelo corpo; e iv. verbos de contato com instrumento incorporado; além de verbos da classe de “culminação: verbos de mudança de estado mental”. Já as imagens distratoras foram formadas a partir de verbos das classes descritas em i, ii e iii. Nenhum dos verbos dos itens distratores, tanto das sentenças como das imagens, licenciam alternâncias verbais como as que compõem os materiais de nossa investigação.

As sentenças-prime, assim como as sentenças distratoras, foram gravadas por voz masculina sem marcações específicas de prosódia. Excetuando as diferentes listas de sentenças-prime, que se referem apenas à posição do tema – uma vez que cada participante ouvia somente uma configuração sintática de cada verbo –, os estímulos foram apresentados a todos os participantes na mesma ordem.

3.4. Procedimento

O experimento foi composto por duas fases. As pessoas acreditavam estar participando de um teste de memória. Na primeira fase, de memorização, eram apresentados áudios de aproximadamente cinco segundos intercalados por imagens que permaneciam na tela por três segundos. Cada frase ouvida não estava relacionada com a imagem subsequente. O participante era instruído a passivamente ouvir as frases e ver as imagens, memorizando cada item. Para isso, ele podia fazer uso de recursos mentais como preferisse. Todos os itens da primeira fase eram estímulos distratores: trata-se de 14 sentenças e 14 imagens. Para que a dinâmica da fase 1 fique mais clara, é apresentada a seguir uma demonstração da ordem de apresentação dos estímulos.

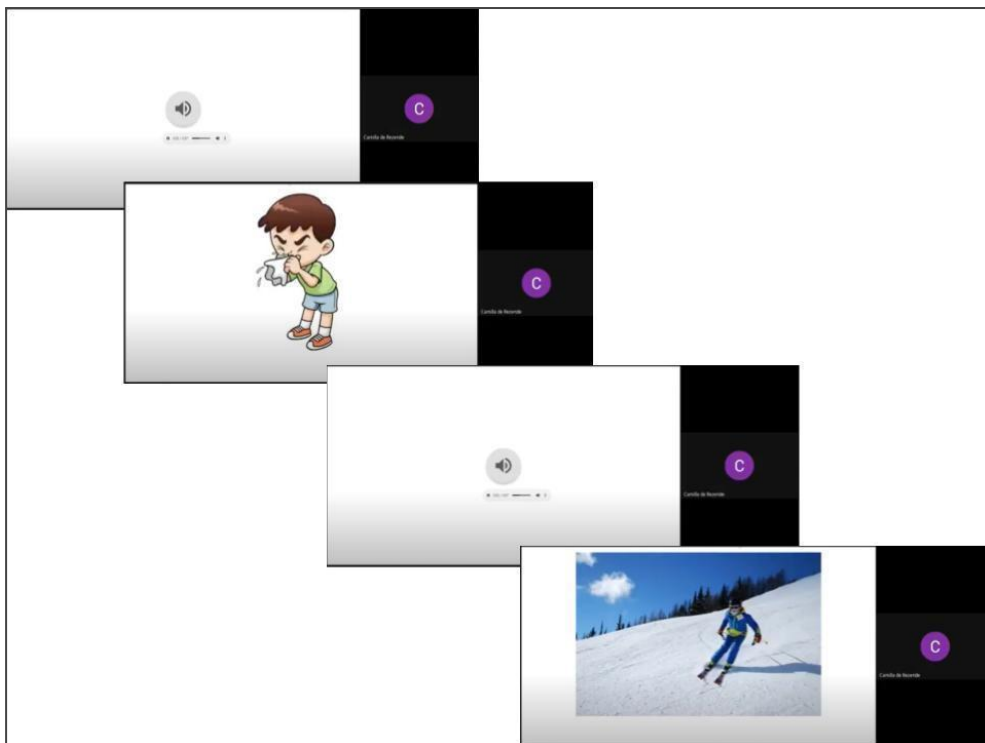


Figura 3.5: Procedimento: demonstração da fase 1 do experimento

Terminada a primeira fase, iniciava-se a fase 2, de identificação, em que novamente eram apresentadas frases e imagens intercaladas. Dessa vez, a tarefa dos participantes era basicamente reconhecer se cada um dos itens já havia sido ouvido/visto na fase 1. Para isso, entretanto, havia uma tarefa intermediária. Para as frases, a incumbência era repeti-las. Ou seja, após ouvir uma dada sentença, o participante deveria repeti-la para, então, responder se já havia ouvido tal sentença na fase 1, como demonstra a figura a seguir:

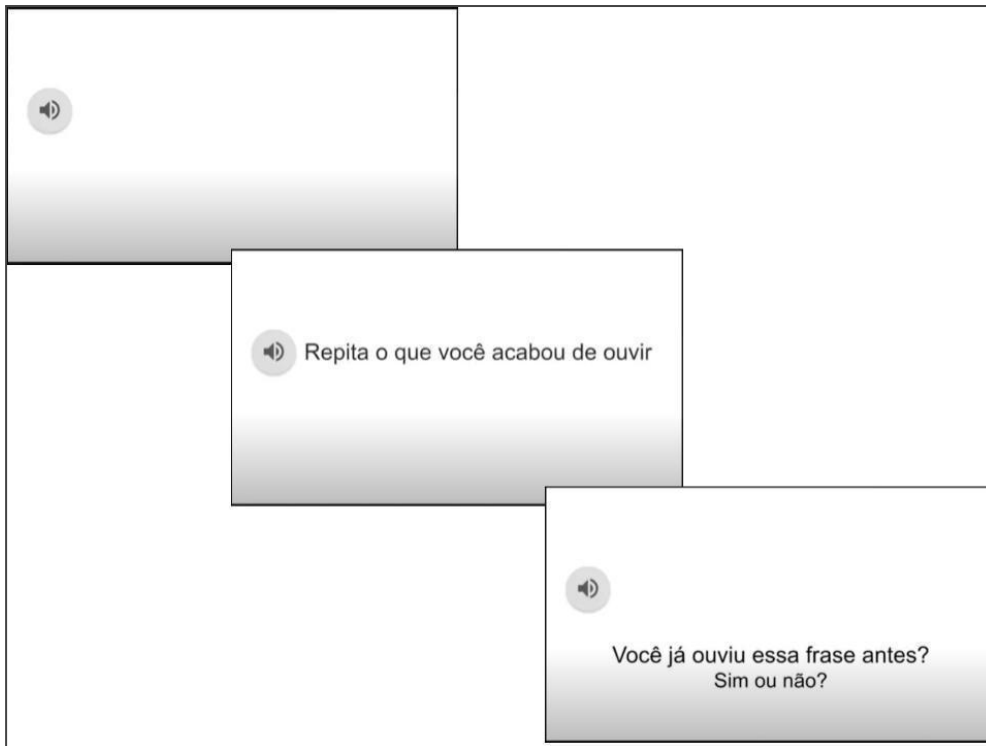


Figura 3.6: Procedimento: demonstração da fase 2 do experimento – sentenças

Como se observa na figura demonstrativa acima, para a participação no experimento, não era necessário decorar cada uma das tarefas que deveriam ser realizadas ao longo do teste. Isso porque o que deveria ser feito era sempre apresentado na tela, então era preciso apenas seguir o roteiro passo a passo para cumprir o que se esperava do participante da pesquisa.

Para as imagens, a tarefa intermediária era responder a uma pergunta. A princípio, elaboramos um experimento-piloto com outra tarefa intermediária para as imagens, que consistia em descrever cada figura. A tarefa foi apresentada por meio de um pedido simples, tal como “descreva a imagem”. Rodamos esse teste-piloto com 30 adultos com idade entre 20 e 40 anos (média de 33 anos; desvio padrão = 3,5). Se por um lado alguns participantes se dedicaram a descrever e explicar as imagens da maneira que melhor julgaram, por outro lado, há os que, apesar de demonstrarem interesse na pesquisa, mostraram-se pouco cooperativos com relação à tarefa que foram instruídos a realizar. Dado que alguns participantes não cumpriram a tarefa da maneira esperada, optamos por reformular o procedimento do teste, resultando no nosso experimento definitivo. A modificação teve o propósito de deixar o argumento temático mais topicalizado. Isso foi feito porque muitas das respostas dadas no

experimento-piloto não condiziam com a então tarefa de descrever uma imagem. Como exemplo, temos o caso de um participante que, após ser apresentado à imagem referente ao verbo “lavar”, deu a seguinte descrição: “Vou lavar roupas à tarde”. A sentença claramente não descreve a imagem vista (a mesma da figura 3.4). Por casos como esse, que representaram 13,8% dos dados desse primeiro teste rodado, optamos por reformular o método empregado.

Em vez de descrever as imagens-estímulo, como foi feito do experimento-piloto, os participantes da nova versão do experimento que rodamos deviam responder a uma pergunta sobre cada uma das imagens. A pergunta sobre as imagens eliciadoras sempre pedia informações sobre o argumento temático, para que ele se tornasse tópico da conversa. Ou seja, a tarefa foi modificada para estimular os participantes a iniciarem suas sentenças com o argumento temático.

Em suma, após ver a imagem com um dado verbo, o participante era instruído a responder a uma pergunta sobre ela. Todas as perguntas referentes às imagens-alvo indagavam sobre o argumento temático, para que ele ficasse proeminente. A estratégia é observar se, ao ser questionado sobre x , o sujeito de pesquisa responderia sobre x , colocando o elemento x em primeira posição da sentença. Desse modo, esse método facilitaria que as respostas fossem iniciadas com x , que, nesse caso, é o argumento temático. Com isso, poderíamos observar qual estrutura seria produzida pelos participantes ao iniciar a sentença com o argumento temático. A ordem das tarefas do participante com relação às imagens é demonstrada na figura (3.7) a seguir:

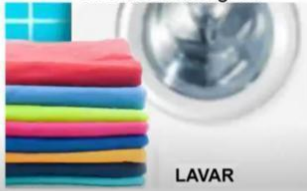
<p>Observe a imagem</p>  <p>LAVAR</p>	
	<p>Responda: O que aconteceu com a roupa?</p>
	<p>Você já viu a imagem antes? Sim ou não?</p>

Figura 3.7: Procedimento: demonstração da fase 2 do experimento – imagem

Como vemos no exemplo presente na figura (3.7) acima, a pergunta era sempre “o que aconteceu com x?”, sendo *x* o elemento presente na imagem afetado pelo verbo, o argumento temático. Como exemplo, vejamos a imagem referente ao verbo *apontar*:



Figura 3.8: imagem eliciadora do verbo *apontar*

A pergunta feita após a exibição da imagem acima era “o que aconteceu com o lápis?”. Dessa forma, esperava-se que a resposta dos participantes tratasse de algo sobre “o lápis”, começando por “o lápis...”. Por isso, era esperado que a estrutura

utilizada pelos participantes promovesse o argumento temático para uma posição inicial, possivelmente a posição de sujeito ou a posição de tópico da sentença. Entre as estruturas que podem ser utilizadas como promoção do argumento temático para uma posição inicial estão as sentenças na voz passiva (como “o lápis foi apontado”) e as sentenças absolutas (a exemplo de “o lápis apontou”), além das sentenças com o objeto sintático topicalizado (tal como em “o lápis, alguém apontou”).

Para as imagens distratoras, utilizadas apenas para que nosso objeto de estudo não fosse detectado, ou seja, para “distrair” o participante dos estímulos-alvo, as perguntas poderiam ser de três tipos: a. “o que *alguém* tá fazendo?”, em que um agente é colocado como tópico da conversa; b. “O que *alguém* fez?”, uma variação de *a*, em que foi alterado apenas o tempo verbal; e a pergunta genérica c. “O que tá acontecendo na imagem?”.

Encontra-se na fase 2 o cerne de nosso experimento. Em meio a diversos itens distratores, os pares-alvo de sentença-imagem foram pensados a fim de investigar se a produção de sentenças com o argumento não agente em posição inicial seria estimulada pelo acesso a uma estrutura similar, em que o primeiro constituinte da sentença é um sujeito semanticamente afetado pelo verbo, também sendo um argumento que não tem o papel temático de agente. As imagens eliciadoras apresentavam um evento sem que houvesse um agente ou uma causa determinada.

As imagens foram apresentadas junto de um verbo, que deixava explícito sobre o que se tratava o evento ilustrado. Cada imagem permanecia na tela por três segundos. Depois disso, a tarefa do participante era responder a uma pergunta sobre ela. A produção de cada participante compõe nossos dados, e a estrutura usada pelo falante é a nossa variável dependente. Como demonstrado na figura (3.7), após responder à pergunta sobre a imagem, o sujeito respondia se já a havia visto na fase anterior.

As sentenças e imagens-alvo não estavam presentes na fase 1, sempre resultando em “não” como resposta esperada à pergunta “você já ouviu/viu essa frase/imagem antes?”. Ainda na segunda fase, todos os 40 itens distratores (20 sentenças e 20 imagens) eram ouvidos e vistos pelos participantes, em ordem aleatória. Ou seja, o participante não necessariamente ouviria, nesta fase 2, uma sentença pareada com a mesma imagem da fase 1. Desse modo, a resposta esperada para o falso teste de memória poderia ser “sim” para uma sentença, seguido de “não”

para uma imagem (e vice-versa), assim como “sim” seguido de “sim” (e “não” seguido de “não”). Caso acertasse a todas as perguntas do teste de memória, o participante deveria dizer “sim” 28 vezes – referente a 14 frases e 14 imagens ouvidas/vistas na fase 1, todas distratoras – e dizer “não” 36 vezes – referente a 6 frases e 6 imagens distratoras e mais 24 itens-alvo (12 sentenças-prime e 12 imagens eliciadoras). Resumidamente, se somarmos todos os itens, a segunda fase do experimento era composta por 64 *trials* (40 itens distratores e 24 itens-alvo).

Terminado o experimento, o participante tinha a oportunidade de relatar sua opinião sobre o teste e seus itens, dizendo, por exemplo, se achava mais fácil ou mais difícil memorizar frases ou imagens. Nesse momento, o foco era verificar se o falante havia identificado alguma anomalia nas frases ouvidas e nas imagens vistas, percebendo algum padrão entre as estruturas utilizadas como estímulo no experimento.

3.5. Participantes

Participaram do experimento 60 adultos com idade acima de 20 anos (média de 34 anos; desvio padrão = 8,2). Todos são falantes nativos de português brasileiro, sem patologias relatadas. Todos os participantes assinaram um termo de consentimento livre e esclarecido (TCLE), além de terem demonstrado interesse com relação à atividade, acreditando que a pesquisa tinha como foco simplesmente a memória ou as relações da memória com a linguagem. Nenhuma pessoa detectou o objeto de estudo da pesquisa.

Os participantes foram divididos em dois grupos de acordo com a sua escolaridade. A princípio, realizamos o experimento com o grupo 1, formado por pessoas com ensino superior completo. Sob a possibilidade de que a alta escolaridade dos sujeitos de pesquisa pudesse ter exercido alguma influência nos resultados, o experimento foi rodado com um segundo grupo, desta vez formado por participantes com, no máximo, o ensino médio completo. As minúcias referentes a cada um dos grupos são apresentadas a seguir.

3.5.1. Grupo 1

O grupo 1 é composto por 30 participantes com ensino superior completo (média de idade de 30 anos, desvio padrão = 5,3). Recrutados por meio de redes

sociais, os participantes do grupo 1 realizaram o experimento por meio de uma chamada de vídeo no Google Meet¹⁶. As chamadas de vídeo foram gravadas usando o recurso próprio do Google Meet. O conteúdo dos vídeos foi transcrito, e os dados resultantes desse processo foram inseridos em uma planilha para posterior análise.

3.5.2. Grupo 2

No grupo 2 estão 25 participantes com ensino médio completo e 5 participantes com ensino fundamental completo (média de idade de 38 anos, desvio padrão = 8,8). Todos os participantes do grupo 2 são funcionários de uma escola particular de São Paulo e foram convidados a participar da pesquisa em seu ambiente de trabalho. A coleta de dados deste segundo grupo foi realizada presencialmente, por meio de um notebook em que foram apresentados os estímulos. Ressaltamos, porém, que os materiais utilizados e o procedimento realizado foram exatamente os mesmos para ambos os grupos.

Assim como foi feito com o grupo 1, as entrevistas do grupo 2 foram gravadas e transcritas, de maneira que os dados também pudessem ser inseridos em planilha para análise. E, da mesma forma que fizemos com o grupo 1, para registrar o conteúdo também foi utilizado o recurso de gravação de chamadas do Google Meet. Para o grupo 2, porém, como a tarefa foi realizada presencialmente – ou seja, o participante e a pesquisadora responsável pela pesquisa estavam no mesmo ambiente –, realizamos uma chamada de vídeo em que havia apenas uma conta conectada, a da pesquisadora.

3.6. Previsões

Como visto em de Rezende & Grolla (2021), os contextos sem agente são os mais convidativos para a produção de sentenças absolutas, dado que em tais estruturas não há nenhum elemento desencadeador da ação – o que Negrão & Viotti (2010) consideram ser a força indutora. A ausência de um desencadeador parece favorecer a promoção do objeto direto, o argumento tema, para uma posição pré-verbal – onde concorda com o verbo, passando a ser sujeito da sentença.

Pensando nisso, buscamos, com as imagens eliciadoras, fornecer aos participantes um contexto ideal de emergência de sentenças em que, assim como nas

¹⁶ Isso foi feito porque, durante a coleta de dados do grupo 1, ainda havia restrições impostas pela pandemia de Covid-19, segundo as quais deveria ser mantido o distanciamento social.

absolutas, há a promoção do argumento não agente para uma posição de mais proeminência discursiva. Por esse motivo, todas as imagens eliciadoras apresentam um evento que acontece (ou aparentemente já aconteceu) sem que um agente ou uma causa estejam explícitos. Desse modo, como já foi aqui exposto, nosso objetivo é verificar as estratégias sintáticas adotadas pelos falantes de PB na promoção do tema. Entretanto, as diferentes variáveis independentes, as quais representam diferentes contextos nas sentenças-prime, podem resultar em diferentes respostas. Espera-se, com isso, que alguns contextos possam ser mais propícios à produção de sentenças com um não agente em posição pré-verbal do que outros.

Na presente pesquisa, manipulamos os contextos de parte das sentenças-prime para também envolver a ausência de um argumento agente e a presença de um argumento temático (afetado, paciente) em posição de sujeito. É o caso das sentenças-prime com tema pré-verbal – a exemplo de “o vaso quebrou” e “a carta chegou”. O nosso propósito é verificar em que medida a estrutura dada nas sentenças-prime poderá ser “copiada” para os verbos sob investigação, resultando, então, na produção de sentenças com o argumento temático em posição de sujeito.

Na comparação entre os verbos alternantes e os verbos não alternantes, não prevemos haver diferenças nos contextos com tema pré-verbal, uma vez que ambos os tipos de verbos, nesses contextos, apresentam uma ordem de constituintes similar, em que há o tema e então o verbo. Alguma diferença pode ser observada, no entanto, nos contextos com tema pós-verbal, visto que, nos verbos alternantes, tais contextos envolvem a presença de um agente ou uma causa, como no exemplo “a empregada quebrou o vaso”, o que não acontece com os verbos não alternantes, em que há apenas uma inversão da ordem dos constituintes, como em “chegou a carta”.

Dado que utilizamos o *priming* como método, espera-se que os contextos com sentenças-prime em que há argumento temático na posição pré-verbal sejam mais propícios para a produção de sentenças com essa mesma característica. Isso porque a estrutura pode ser repetida pelo falante por estar subconscientemente ativa em seu processador sintático. Em outras palavras, nossa previsão é que serão produzidas mais sentenças com argumento temático em posição pré-verbal logo após a apresentação das sentenças-prime com tema pré-verbal em ambos os tipos de verbo (alternante e não alternante).

3.7. Resultados

3.7.1. Método de classificação dos dados

Cada participante produziu ao menos 12 sentenças, referentes a 12 imagens eliciadoras. Alguns falantes produziram mais do que 12 sentenças porque, em sua resposta, produziram mais do que uma estrutura, por vezes reformulando a primeira versão que já haviam dado, como ilustra o exemplo a seguir (produzido a partir da imagem eliciadora referente ao verbo *lavar*):

(59) Lavou. Tava limpa.

A produção apresentada em (59) acima foi realizada por um participante como resposta à pergunta “O que aconteceu com a roupa?”, após a exibição da imagem em que há uma pilha de roupas coloridas dobradas à frente de uma máquina de lavar roupas – a imagem já foi apresentada na figura (3.4). O participante utiliza dois verbos diferentes, lavar e limpar (na forma participial), que são semanticamente relacionados. O que parece ocorrer é que a segunda sentença é realizada quase como uma justificativa da primeira, algo como “lavou porque eu vi que estava limpa”. Nesses casos, foram consideradas duas respostas, no exemplo (59) elas são “lavou” e “tava limpa”.

Todas as produções dos participantes foram transcritas e inseridas em uma planilha para que fosse possível realizar nossas análises. Os dados foram classificados de acordo com a estrutura utilizada pelos participantes. A classificação dos dados é apresentada no quadro a seguir. Cada uma das categorias é seguida de ao menos um exemplo.

Classificação	Exemplos
ativa	“Uma pessoa está pintando a parede.” (verbo <i>pintar</i>)
passiva	“A parede tá sendo pintada.” (verbo <i>pintar</i>)
absoluta	“As batatinhas tão fritando.” (verbo <i>fritar</i>)
sujeito indeterminado singular	“Tá pintando a parede.” (verbo <i>pintar</i>)
sujeito indeterminado plural	“Estão pintando a parede.” (verbo <i>pintar</i>)
gerúndio	“Pintando parede.” (verbo <i>pintar</i>)

infinitivo	"Pintar." (verbo <i>pintar</i>) "Podar a árvore." (verbo <i>podar</i>)
não verbal	"Um ferro de passar roupas." (verbo <i>passar</i>)
outra conceitualização	"As árvores estão sem folhas." (verbo <i>podar</i>) "Um ferro de passar está na tábua." (verbo <i>passar</i>)

Quadro 3.5: Classificação dos dados

As sentenças ativas são aquelas em que há um sujeito agente e pré-verbal e um objeto paciente e pós-verbal. Uma vez que, nas imagens usadas como estímulo, não é apresentado claramente um agente ou uma causa, em geral nas sentenças ativas o sujeito é semanticamente inespecífico, como "alguém" ou "uma pessoa". Também de forma inespecífica foram utilizadas como sujeito as expressões "o menino", "o homem", "o rapaz" e "o moço". Foi verificado também o uso de "o pintor" e "o pedreiro" como sujeito em sentenças produzidas, respectivamente, com os verbos *pintar* e *azulejar*.

A classificação "passiva" refere-se a sentenças produzidas na voz passiva. Nessa categoria estão passivas eventivas (como "o lápis foi apontado"), resultativas (a exemplo de "o lápis ficou apontado") e estativas (como em "o lápis estava apontado").

Como o exemplo no quadro (3.5) já indica, em "absolutas" foram classificados os casos em que o argumento tema está em uma posição pré-verbal e concorda com o verbo. As ocorrências no plural, como em "as batatinhas estão fritando", deixam mais evidente a concordância entre sujeito e verbo. Entretanto, casos no singular também foram computados.

Em "sujeito indeterminado singular" estão as sentenças em que não há um sujeito pronunciado e o verbo está na terceira pessoa do singular. Chamamos essas produções de "sujeito indeterminado" porque não fica claro, nesses casos, qual seria o sujeito da sentença. Um exemplo é "está enxaguando a louça", em que não é possível determinar a quem o falante atribui a ação de enxaguar. Visto que a imagem que eliciu essa resposta apresentava apenas mãos segurando talheres embaixo de uma torneira aberta, fica evidente que não havia um agente a quem atribuir o enxágue. Desse modo, considera-se que a resposta do participante não se refere a um sujeito simplesmente nulo, mas sim a um sujeito que está mesmo indeterminado. Esses casos possivelmente poderiam ser considerados instâncias de sentenças absolutas com a ordem "verbo-sujeito". Como já indicado no capítulo 2, assumimos uma postura mais conservadora, no sentido de manter separadas as sentenças com sujeito

indeterminado e as sentenças absolutas. Sob nossa perspectiva, o constituinte “a louça” no dado exemplo é objeto da sentença e, por isso, não poderia ser considerado um sujeito posposto ao verbo.

Já em “sujeito indeterminado plural”, assim como na categoria anterior, foram inseridos os casos em que não há um sujeito pronunciado. Dessa vez, porém, o verbo está no plural, então nos parece claro que se trata de um sujeito não especificado, como no exemplo “tão fritando batata”.

As classificações “gerúndio” e “infinitivo” comportam sentenças “truncadas”, ou seja, sentenças que não estão completas, não apresentando a totalidade de suas partes integrantes. A diferença entre as duas categorias está no verbo: em “gerúndio” estão sentenças “truncadas” em que o verbo está no gerúndio, como em “fritando batatas”; já em “infinitivo” apresentam-se os casos de sentenças “truncadas” em que o verbo está no infinitivo, a exemplo de “fritar batatas”. Em ambas as classificações estão também ocorrências sem objeto, como “fritando” e “fritar”.

Partindo para a classificação “não verbal”, trata-se de produções que não contêm um verbo conjugado. Ou seja, essas produções não são sentenças, por isso foram chamadas de “não verbal”. Como exemplo podemos apresentar “uma chave na mão”, caso produzido por um participante a partir da imagem referente ao verbo *comprar*, a qual mostrava um carro ao fundo e uma mão pegando uma chave à frente. Esperava-se que o participante, a partir da imagem e do verbo dado, pudesse inferir a compra do carro. Entretanto, o referido participante optou por uma descrição superficial da cena, não fazendo uso de uma sentença para isso.

Por fim, a categoria “outra conceitualização” é destinada às sentenças que não se enquadram em nenhuma das categorias anteriores. Em geral, são casos em que não foi usado o verbo-alvo e nem algum verbo análogo ao verbo-alvo. Lembramos que o verbo-alvo sempre foi apresentado por escrito junto à sua respectiva imagem eliciadora, justamente para estimular o participante a utilizá-lo em sua resposta. Vejamos o exemplo “está sem azulejo”, sentença proferida como resposta à pergunta “o que aconteceu com o banheiro?”. Como vemos, na produção do participante, não foi usado o verbo-alvo *azulejar*. Trata-se de uma descrição da imagem eliciadora, porém sem que se fizesse uso de nenhuma das estruturas apresentadas nas categorias anteriormente apresentadas.

Apresentado nosso método de classificação dos dados, seguimos com a apresentação dos dados em si, em uma análise descritiva, que é seguida de uma análise inferencial.

3.7.2. Análise de dados

Ao todo, foram computadas 735 sentenças produzidas pelos 60 participantes, dentre as quais 370 foram produzidas pelo grupo 1 (com ensino superior) e 365, pelo grupo 2 (com ensino fundamental e médio). A distribuição de frequência relativa de cada estrutura é apresentada na tabela a seguir – a frequência absoluta é dada entre parênteses.

Estrutura produzida	grupo 1 (N=30)	grupo 2 (N=30)
ativa	0,8% (3)	5,5% (20)
passiva	89,5% (331)	38,4% (140)
absoluta	1,6% (6)	1,9% (7)
sujeito indeterminado singular	1,4% (5)	15,6% (57)
sujeito indeterminado plural	2,4% (9)	3,6% (13)
gerúndio	0,5% (2)	19,7% (72)
infinitivo	0,3% (1)	7,7% (28)
não verbal	0,3% (1)	3% (11)
outra conceitualização	3,2% (12)	4,7% (17)
total	100% (370)	100% (365)

Tabela 3.1: Distribuição de frequência das estruturas produzidas – por grupo

Os dados apresentados na tabela (3.1) acima indicam que a estrutura mais frequentemente utilizada por ambos os grupos foi a sentença na voz passiva. A grande diferença entre os grupos é que, entre os mais escolarizados (representados pelo grupo 1), a passiva foi praticamente o único recurso adotado, sendo usada em quase 90% das vezes (mais precisamente, 89,5%). Desse modo, todas as outras respostas do grupo 1 encontram-se pulverizadas entre as demais estruturas.

Já entre o grupo 2, de pessoas com ensino fundamental e médio, apesar de a passiva ter sido a estrutura mais utilizada, com 38,4% de frequência, outras estruturas foram frequentemente empregadas. É o caso das sentenças com sujeito indeterminado singular (15,6%) e das sentenças truncadas com o verbo no gerúndio (19,7%).

Ainda acerca das diferenças entre os grupos, observa-se que o grupo 2 produziu mais sentenças ativas do que o grupo 1 (5,5% ante 0,8%). Nota-se uma diferença entre os grupos também com relação a estruturas que podemos considerar menos complexas, como as classificações “gerúndio”, “infinitivo” e “não verbal”. Se agruparmos as categorias “gerúndio” e “infinitivo”, o que se justifica por ambas as classificações se referirem a sentenças “truncadas”, a frequência dessas respostas do grupo 1 permanece baixa, representando menos do que 1% das respostas do grupo (0,8%). Foram registrados apenas três casos, dois no gerúndio e um no infinitivo. Entretanto, no grupo 2, foram utilizadas sentenças truncadas em cem casos, o que representa uma frequência de 27,4%. E, como dissemos, parece haver uma diferença de comportamento também referente a respostas não verbais. Esse tipo de resposta, como vimos, não é considerado uma sentença, uma vez que não apresenta um verbo. Entre as produções do grupo 1, foi computado apenas um caso de não verbal, representando 0,3% das produções do grupo. Já o grupo 2 produziu 11 respostas desse tipo, ou 3% dos casos. Ou seja, o grupo 2 forneceu respostas não verbais dez vezes mais do que o grupo 1.

Passando às semelhanças, vejamos a produção de sentenças absolutas. Ainda que nossos estímulos propiciassem a produção de sentenças com o argumento temático em posição inicial, pré-verbal, as sentenças absolutas, que apresentam exatamente essa característica, foram pouco produzidas. Curiosamente, as absolutas são observadas na mesma baixa frequência em ambos os grupos – representando 1,6% das respostas do grupo 1 e 1,9% das respostas do grupo 2. Ao todo, dentre as 735 sentenças produzidas pelos 60 participantes, foram computadas apenas 13 sentenças absolutas.

Em uma comparação geral entre as respostas de cada grupo, realizamos o Teste Qui-quadrado¹⁷, o qual apontou que, a um nível de significância estatística de 5%, há diferença entre os grupos em relação à estrutura produzida ($p < 0,001$).

¹⁷ Todas as análises inferenciais foram realizadas por meio do *software* estatístico R (R CORE TEAM, 2018).

Vejamos, a seguir, a distribuição dos dados de acordo com cada variável independente. Para tanto, assumimos uma reclassificação das estruturas produzidas pelos participantes. Isso é feito uma vez que, como vimos nos dados gerais apresentados na tabela (3.1) acima, foram anotados poucos casos em algumas das categorias. Podemos então agrupar as classificações que se referem a sentenças truncadas, que são as chamadas “gerúndio” e “infinitivo”, assim como somar as respostas referentes a “não verbal” com a categoria “outra conceitualização”, que agora chamaremos apenas de “outras”. Além disso, para a investigação proposta, interessam as estruturas produzidas com argumento temático em posição pré-verbal. São elas as sentenças absolutas e as sentenças na voz passiva. Por isso, essas categorias também foram reunidas em uma única.

Começamos a análise por variável independente pelo tipo de verbo. Lembramos que essa variável diz respeito ao verbo presente na sentença-prime, que poderia ser alternante ou não alternante. Os verbos alternantes são aqueles que podem aparecer em duas configurações: como transitivos ou como intransitivos. Ou seja, eles são chamados de alternantes porque é possível alternar sua transitividade. Já os verbos não alternantes só podem figurar como intransitivos. Isoladamente, a variável tipo de verbo pode não nos trazer muitas informações. Ainda assim, vejamos como se distribuem os dados com relação a essa variável. Primeiramente, apresentamos no gráfico (3.1) a seguir a frequência relativa do grupo 1, de sujeitos com ensino superior.

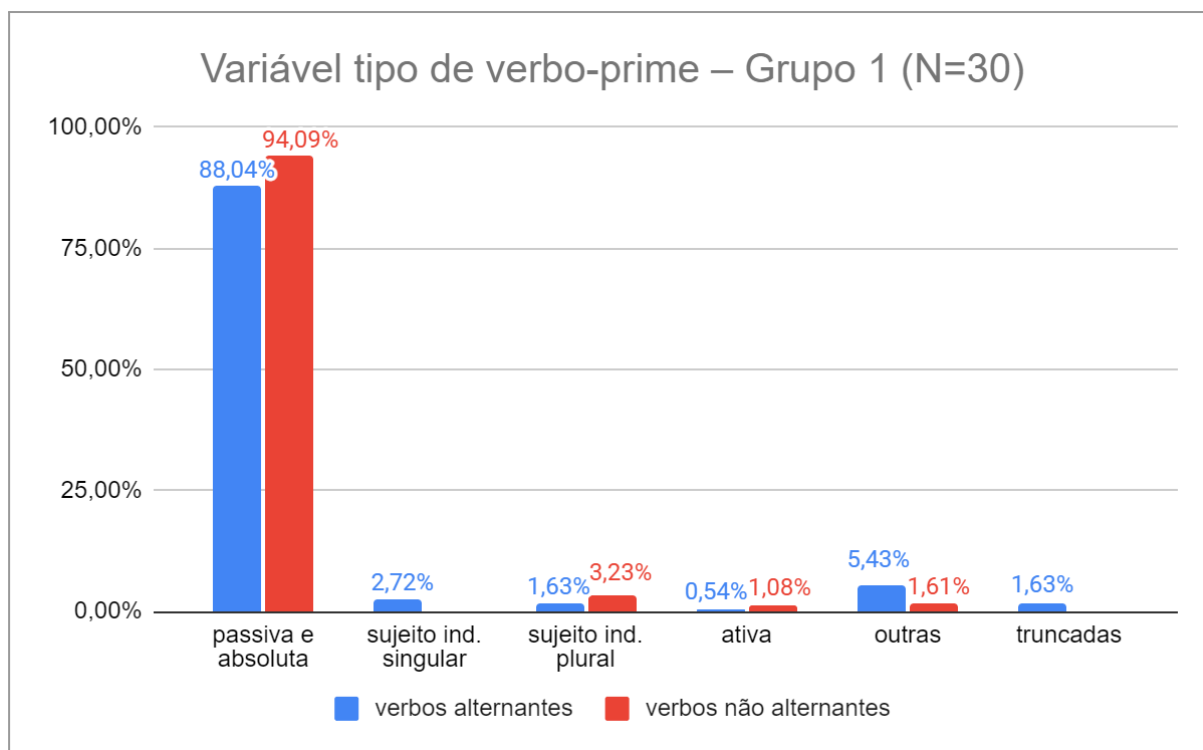


Gráfico 3.1: Respostas do grupo 1 por tipo de verbo na sentença-prime

O gráfico (3.1) acima aparentemente indica pouca variação entre as respostas dadas pelo grupo 1 após sentenças-prime com verbos alternantes, indicadas em azul, e com verbos não alternantes, indicadas em vermelho. Vemos que em ambos os contextos a estratégia mais utilizada pelo grupo foi majoritariamente a passiva e a absoluta, sentenças que apresentam um sujeito não agente, em que o argumento temático ocupa essa posição. Após sentenças-prime com verbos alternantes, foram produzidas passivas e absolutas em quase 90% das vezes (88%). E essa taxa ultrapassa os 90% nos contextos em que as sentenças-prime apresentavam um verbo não alternante (94%). Todas as outras estruturas têm uma frequência baixíssima. Ainda assim, é possível observar que, diferentemente do que acontece com passivas e absolutas, as respostas com sujeito indeterminado no singular, sentenças truncadas e outras são mais frequentes com verbos alternantes do que com verbos não alternantes. Em estruturas ativas e com sujeito indeterminado plural, o caso se inverte: assim como visto com passivas e absolutas, há mais respostas nos contextos com verbos não alternantes do que com verbos alternantes.

Apesar de as taxas de produção do grupo 1 não apresentarem diferenças que saltam aos olhos, o Teste Exato de Fisher apontou que, a um nível de significância

estatística de 5%, há diferença nas produções do grupo em contextos após verbos alternantes e não alternantes ($p=0,014$).

Passamos para a comparação com relação ao tipo de verbo em respostas dadas pelo grupo 2, com ensino fundamental e médio. Vejamos o gráfico (3.2) a seguir:

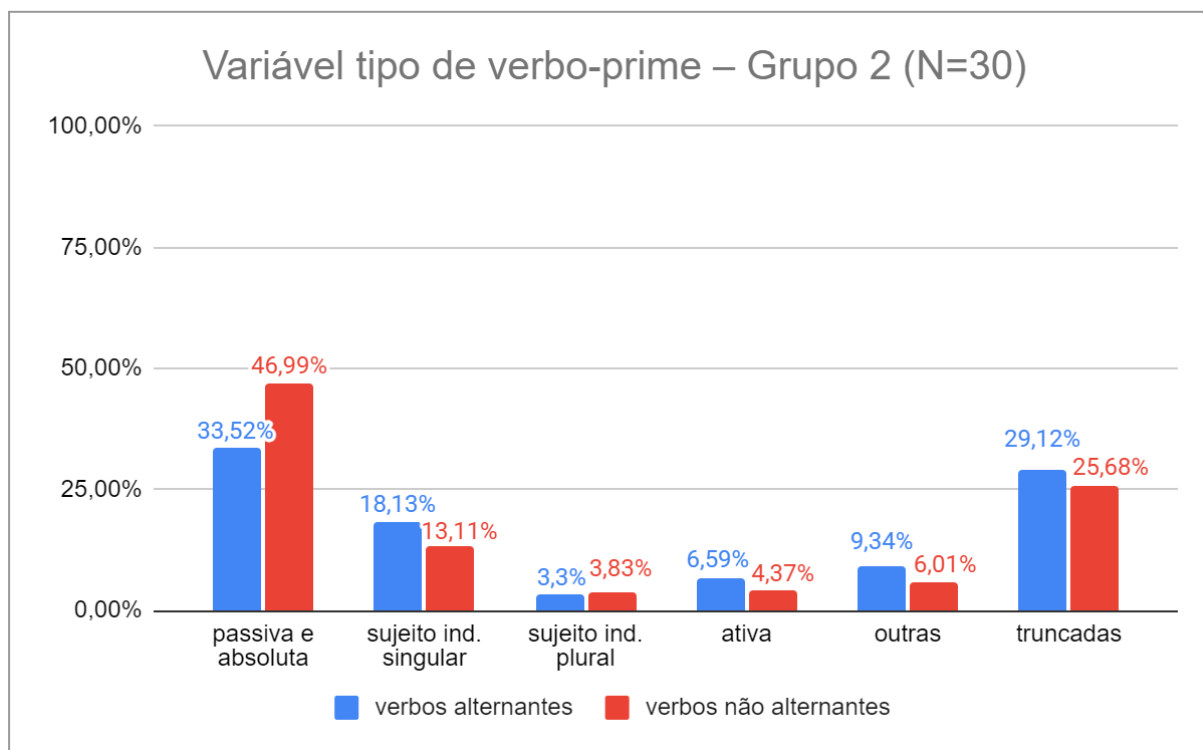


Gráfico 3.2: Respostas do grupo 2 por tipo de verbo na sentença-prime

Assim como visto com o grupo 1, o grupo 2 fez uso de sentenças passivas e absolutas na maior parte das vezes. Entretanto, diferentemente dos sujeitos com ensino superior, os participantes com ensino fundamental e médio utilizaram também outras estruturas, então passivas e absolutas não foram a única estratégia empregada. Chama a atenção a frequência observada em sentenças truncadas. Na condição em que a sentença-prime continha um verbo alternante, indicada em azul no gráfico, vemos que a frequência de respostas do grupo 2 com passivas e absolutas (33,5%) é bastante próxima da de respostas com sentenças truncadas (29,1%). Com relação aos contextos com verbos não alternantes, essa diferença é maior: 47% de passivas e absolutas ante 25,7% de sentenças truncadas.

As diferenças observadas nos dados apresentados no gráfico (3.2) acima não puderam, no entanto, ser atestadas estatisticamente. Também realizamos uma comparação entre as estruturas utilizadas pelo grupo 2 com relação ao tipo de verbo

por meio do Teste Exato de Fisher. Desta vez, porém, não foi verificada significância estatística ($p=0,202$).

Passamos à análise de nossa segunda variável independente: posição do tema na sentença-prime. Como vimos, nas sentenças-estímulo, o tema poderia aparecer em uma posição pré-verbal ou pós-verbal. Vejamos a distribuição das respostas do grupo 1 com relação à posição do tema nas sentenças utilizadas como *prime*.

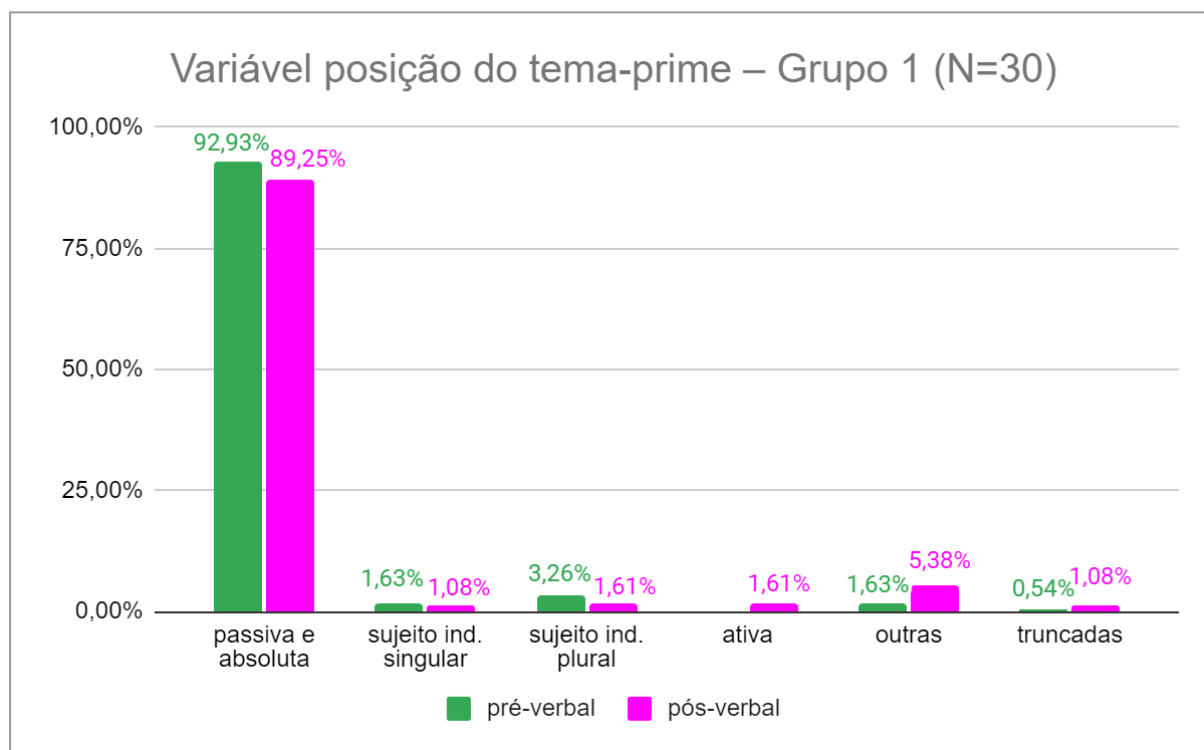


Gráfico 3.3: Respostas do grupo 1 por posição do tema na sentença-prime

Como já vimos, o grupo 1 utilizou amplamente a passiva como estratégia para responder sobre o argumento temático. Por isso, a categoria “passiva e absoluta” alcança quase o teto das taxas de resposta por tipo de verbo. Novamente, com a variável posição do tema, o mesmo pôde ser conferido, o que fica evidente ao observarmos os dados no gráfico (3.3) acima. O grupo 1 valeu-se de passivas e absolutas em quase a totalidade de suas respostas, com a categoria sendo ainda mais utilizada nos contextos com tema pré-verbal (em 93% das vezes), indicados pelas barras de cor verde, do que nos contextos com tema pós-verbal (em 89% dos casos), indicados pelas barras de cor rosa. Diferentemente do que vimos com o tipo de verbo, as diferenças de respostas para a variável posição do tema na sentença-prime não

puderam ser atestadas estatisticamente, uma vez que o Teste Exato de Fisher não apontou significância ($p=0,053$).

Passamos agora aos dados do grupo 2 com relação à variável posição do tema.

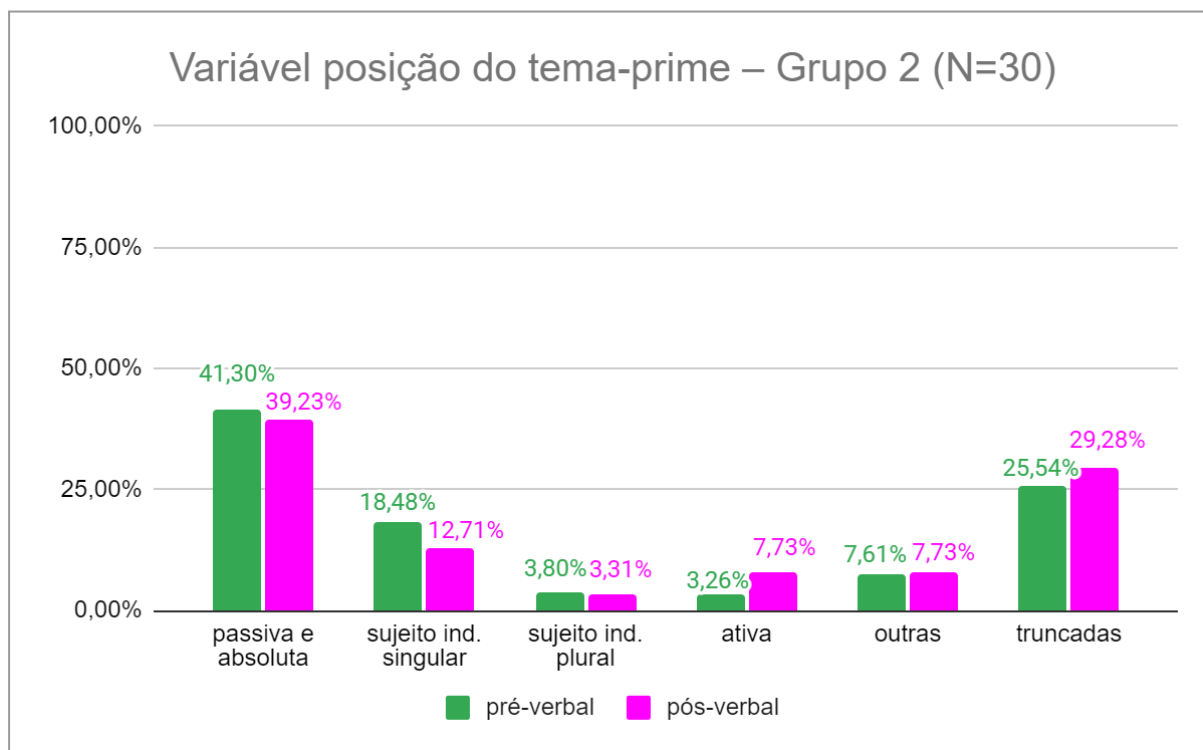


Gráfico 3.4: Respostas do grupo 2 por posição do tema na sentença-prime

Os dados apresentados no gráfico (3.4) acima seguem a mesma direção dos dados do grupo com relação à variável tipo de verbo: a estratégia mais empregada pelos participantes com ensino fundamental e médio continua sendo a passiva e a absoluta, em ambos os contextos – ou seja, com o tema em posição pré-verbal na sentença-prime (41,3%) e com o tema em posição pós-verbal na sentença-prime (39,2%) –, seguidas novamente por sentenças truncadas, por sua vez seguidas por sentenças com sujeito indeterminado no singular.

Assim como visto com os dados referentes ao tipo de verbo, a diferença entre as respostas dadas após sentenças-prime com tema em posição pré-verbal e as respostas dadas após sentenças-prime com tema em posição pós-verbal não é estatisticamente significativa ($p=0,301$ para o Teste Exato de Fisher).

Resumidamente, as análises das variáveis independentes isoladas só indicaram significância estatística (por meio do Teste Exato de Fisher) na comparação entre os dois tipos de verbo em respostas dadas pelo grupo 1. Ainda assim, esse resultado não

parece ser robusto, com valor-p igual a 0,014. Todos os outros contextos (tipo de verbo para o grupo 2 e posição do tema para ambos os grupos) não apontaram diferenças estatisticamente significativas. Vamos então cruzar as variáveis independentes, de modo a analisar nossas quatro condições experimentais: verbo alternante com tema pré-verbal, verbo alternante com tema pós-verbal, verbo não alternante com tema pré-verbal e verbo não alternante com tema pós-verbal. Novamente, a apresentação de dados é feita por grupo. Começando com o grupo 1, vejamos o gráfico (3.5) a seguir:

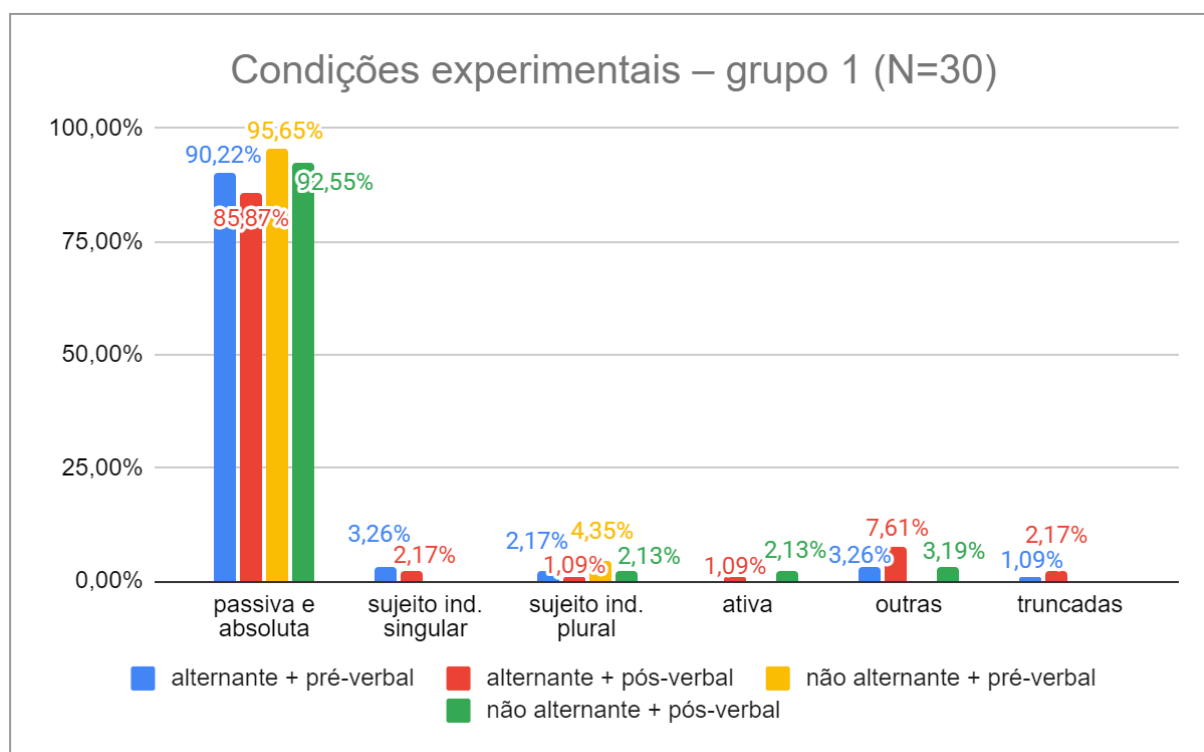


Gráfico 3.5: Respostas do grupo 1 por condição experimental

Como já vimos nos dados referentes às variáveis independentes, as passivas foram a estratégia amplamente utilizada pelo grupo com ensino superior. Na comparação entre as quatro condições experimentais, vemos que o contexto com verbo não alternante e tema em posição pré-verbal, indicado em amarelo no gráfico (3.5) acima, foi o que mais eliciou passivas e absolutas, representando 95,6% das respostas nessa condição, ao passo que a condição com menor frequência de passivas e absolutas foi a com verbo alternante e tema em posição pós-verbal, com 85,8% dos casos, como observado na coluna vermelha no gráfico. A um nível de significância estatística de 5%, o Teste Exato de Fisher aponta que existe relação estatisticamente

significativa entre as condições experimentais (cruzando as variáveis independentes tipo de verbo e posição do tema na sentença-prime) e a estrutura da resposta no grupo 1 ($p = 0,032$).

Agora vamos aos dados do grupo 2.

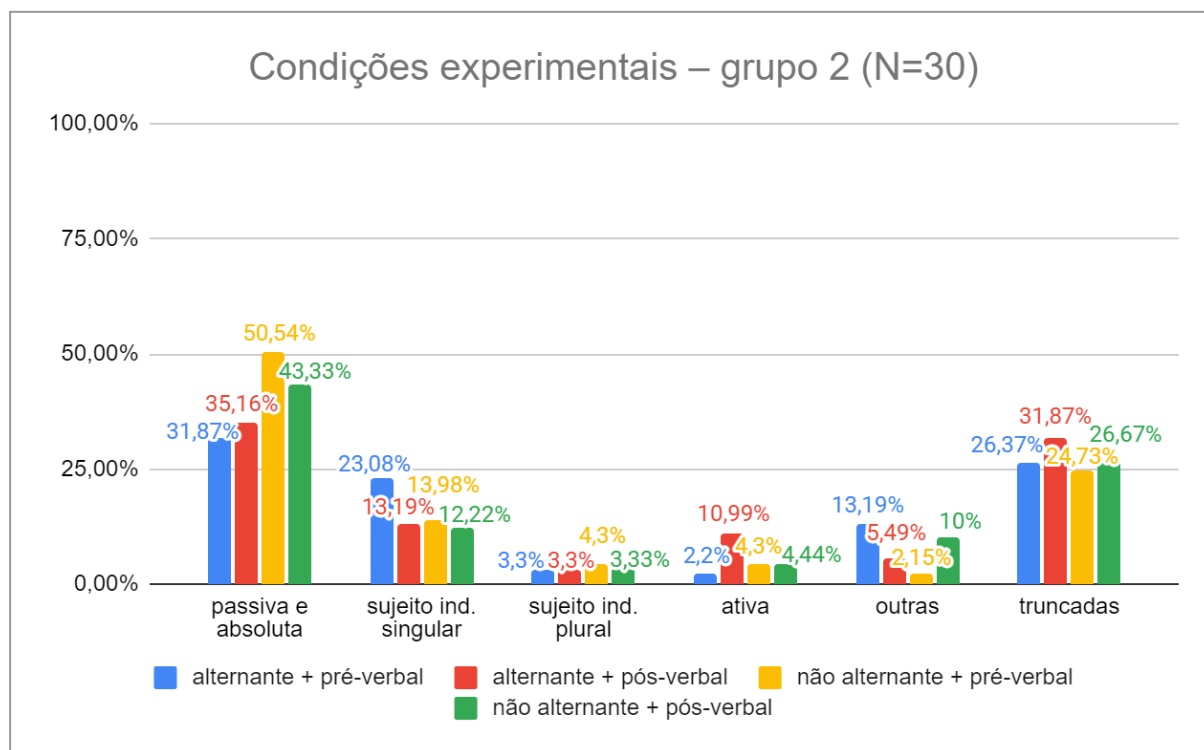


Gráfico 3.6: Respostas do grupo 2 por condição experimental

Assim como o grupo 1, o grupo 2, de sujeitos com ensino fundamental e médio, também produziu mais passivas e absolutas na condição com verbo não alternante e tema em posição pré-verbal, indicada em amarelo no gráfico (3.6) acima. Tais tipos de sentença (passiva e absoluta) foram utilizadas em metade das vezes nessa condição (50,5%). Ainda nas estruturas passiva e absoluta, a frequência é menor entre os contextos com verbos alternantes, mas, desta vez, o contexto com verbo alternante e tema em posição pré-verbal é o que apresenta a menor frequência (31,9%). Nota-se que as sentenças truncadas também foram frequentemente utilizadas em todos os contextos. Comparando as estratégias empregadas pelo grupo 2 em cada condição, vemos que, entre os verbos alternantes, a frequência de passivas e absolutas e de sentenças truncadas é bastante próxima (31,9% ante 26,4% com tema pré-verbal e 35,2% ante 31,9% com tema pós-verbal). Já entre os verbos não alternantes, a diferença é maior: 50,5% ante 24,7% com tema pré-verbal e 43,3% ante 26,7% com

tema pós-verbal. Assim como fizemos com o grupo 1, realizamos o Teste Exato de Fisher, que indicou, a um nível de significância estatística de 5%, que há relação estatisticamente significativa entre as condições experimentais (cruzando as variáveis independentes tipo de verbo e posição do tema na sentença-prime) e a estrutura da resposta também para o grupo 2 ($p = 0,012$).

Estatisticamente, as respostas de ambos os grupos foram influenciadas pelas condições experimentais, sendo a condição com verbo não alternante e tema em posição pré-verbal a mais propícia para a produção de passivas e absolutas.

Apresentados os dados por variável independente e por condição experimental, devemos nos fazer uma pergunta específica. Foi utilizado o paradigma de *priming* como método para eliciar a produção de sentenças com um argumento não agente em posição inicial. A pergunta que nós nos colocamos agora é: houve cópia de algum traço estrutural da sentença-estímulo? Isto é: os participantes estavam sensíveis à estrutura da sentença-prime, de modo a utilizá-la, ou a utilizar algum de seus aspectos, em suas produções?

Lembramos que foram manipuladas algumas características das sentenças utilizadas como *prime*. Entre elas, está a posição do tema. Como vimos, a sentença-estímulo poderia apresentar um tema em posição pré-verbal ou pós-verbal. Verificamos a posição do tema nas respostas dos nossos participantes, a fim de compará-la com a posição do tema na sentença-prime. Isso só foi feito, claro, quando o tema foi pronunciado pelo sujeito de pesquisa. Não foram incluídas nesta comparação produções em que o tema está nulo ou ausente. A tabela a seguir apresenta dados do grupo 1. Trata-se de uma comparação entre a posição do tema na sentença-estímulo e a posição do tema nas sentenças produzidas pelos participantes.

		posição do tema na sentença-prime		Total
		pré-verbal	pós-verbal	
posição do tema na resposta	pré-verbal	98	104	202
	pós-verbal	8	3	11
Total		106	107	213

Tabela 3.2: Comparação entre a posição do tema na sentença-prime e na resposta – grupo 1 (N = 30)

As células realçadas em cinza na tabela (3.2) acima indicam os contextos em que possivelmente o participante poderia ter copiado a posição do tema da sentença-estímulo, uma vez que em tais células são apresentados os dados em que a posição do tema é a mesma entre a sentença-prime e a sentença-resposta. Como vemos, quando o tema estava numa posição pré-verbal na sentença-prime, a maior parte das respostas foi produzida com tema também em posição pré-verbal. Foram anotados 98 casos, ante apenas 8 casos em que o tema foi produzido em posição pós-verbal após sentenças-prime com tema pré-verbal. No entanto, quando a sentença-prime apresentava o tema em posição pós-verbal, a maior parte das respostas do grupo 1 também foi com o tema em posição pré-verbal (104 vezes), indicando que os participantes não copiaram a posição do tema da sentença-estímulo. O uso de tema em posição pré-verbal nas respostas foi, inclusive, mais frequente quando o tema estava em posição pós-verbal na sentença-prime, o que aconteceu em 104 casos, do que quando estava em posição pré-verbal, em 98 vezes. Por isso, não podemos dizer que houve uma repetição da posição do tema nas produções dos participantes. O que parece haver é uma preferência geral do grupo de pessoas com ensino superior por respostas em que o tema, quando pronunciado, está numa posição pré-verbal – somados, os casos de tema pré-verbal chegam a 202, ante somente 11 em que o tema é pronunciado em posição pós-verbal.

Vejamos a tabela (3.3) a seguir, em que essa comparação é feita com os dados do grupo 2:

		posição do tema na sentença-prime		Total
		pré-verbal	pós-verbal	
posição do tema na resposta	pré-verbal	34	29	63
	pós-verbal	61	54	115
Total		95	83	178

Tabela 3.3: Comparação entre a posição do tema na sentença-prime e na resposta – grupo 2 (N = 30)

Como podemos ver nos dados da tabela (3.3) acima, após escutar sentenças-prime em que o tema estava na posição pós-verbal, os participantes do

grupo 2 produziram mais sentenças com o tema nessa mesma posição (54 casos) do que com o tema em posição pré-verbal (29 casos). Entretanto, o grupo 2 também produziu mais sentenças com tema pós-verbal após ouvir sentenças-estímulo com tema pré-verbal (61 casos de tema pós-verbal ante 34 casos de tema pré-verbal).

Comparando os dados do grupo 1 com os do grupo 2, vemos que, com relação à posição do tema, os grupos apresentam comportamentos inversos: entre os participantes do grupo 2, o tema foi mais frequentemente pronunciado numa posição pós-verbal, tanto nos contextos em que a sentença-prime apresentava o tema em posição pré-verbal quanto naqueles em que o tema estava em posição pós-verbal. As produções do grupo 2 em que o tema está numa posição pós-verbal (115 casos) representam praticamente o dobro das respostas em que o tema está numa posição pré-verbal (63 casos). Novamente, então, não é possível dizer que os falantes com ensino fundamental e médio, que representam o grupo 2, realizaram algum tipo de cópia da posição do tema da sentença-estímulo.

Passamos agora a verificar outra característica das sentenças-estímulo, a saber, o tempo verbal. Lembramos que o tempo verbal das sentenças-prime poderia ser passado, como em “O copo *quebrou* por acidente ontem de manhã”, ou presente progressivo, como em “O barco *tá afundando* com a tempestade”, que chamaremos apenas de “progressivo”. Assim como fizemos com os dados relacionados à posição do tema, apresentamos na tabela de dupla entrada a seguir os dados com relação ao tempo verbal nas respostas do grupo 1:

		tempo verbal na sentença-prime		Total
		passado	progressivo	
tempo verbal na resposta	passado	135	104	239
	progressivo	30	76	106
Total		165	180	345

Tabela 3.4: Comparação entre o tempo verbal na sentença-prime e na resposta – grupo 1 (N = 30)

Quando observamos apenas os dados referentes às respostas dadas após sentenças-prime no passado, indicados na primeira coluna da tabela (3.4) acima, podemos notar que o grupo 1 forneceu mais respostas também no passado – 135 produções no passado ante 30 produções no progressivo. Já as respostas dadas após

sentenças-estímulo no progressivo aparentemente estão balanceadas entre passado e progressivo, com uma leve preferência pelo passado, tempo verbal em que foram produzidas 104 sentenças, ante 76 respostas no progressivo. Apesar de os contextos com sentenças-prime com verbo no passado sugerirem que houve cópia do tempo verbal, os contextos com sentenças-prime com verbo no progressivo não corroboram essa consideração. Desse modo, também para o tempo verbal não podemos dizer conclusivamente que houve uma repetição desse traço estrutural por parte dos participantes com ensino superior, que representam o nosso grupo 1. Vejamos, então, como se distribuem os dados do grupo 2:

		tempo verbal na sentença-prime		Total
		passado	progressivo	
tempo verbal na resposta	passado	49	32	81
	progressivo	43	82	125
Total		92	114	206

Tabela 3.5: Comparação entre o tempo verbal na sentença-prime e na resposta – grupo 2 (N = 30)

Curiosamente, o grupo 2 também no aspecto tempo verbal parece apresentar um comportamento inverso ao do grupo 1. Enquanto o grupo 1, como vimos na tabela (3.4), parece preferir o passado, o grupo 2, por sua vez, produziu mais sentenças no progressivo – 125 produções no progressivo ante 81 produções no passado. As células em cinza na tabela (3.5) acima apresentam números maiores do que as células brancas. Os contextos diferem-se, porém. Após ouvirem sentenças-prime com verbo no progressivo, os participantes com ensino fundamental e médio produziram 82 sentenças no progressivo, ante 32 sentenças no passado. Após sentenças-estímulo com verbo no passado, no entanto, os números se aproximam bastante: são 49 produções no passado ante 43 produções no progressivo. Novamente, portanto, também para o grupo 2 não podemos categoricamente afirmar que tenha havido cópia do tempo verbal das sentenças-prime.

Após a exposição dos nossos resultados, realizada na presente seção, cabe-nos passar à próxima seção, em que apresentamos uma discussão sobre os dados.

3.8. Discussão

Apresentamos, na seção anterior, os dados coletados a partir de um experimento de produção realizado com dois grupos experimentais, divididos de acordo com a escolaridade. O grupo 1 foi representado por participantes com ensino superior. Já o grupo 2 foi representado por participantes cuja escolaridade máxima fosse o ensino médio.

Para iniciar nossas reflexões sobre as diferenças apresentadas por nossos participantes, retomamos a distribuição das respostas dadas pelos grupos, que já foi apresentada anteriormente na tabela (3.1), agora exposta no gráfico (3.7) a seguir:

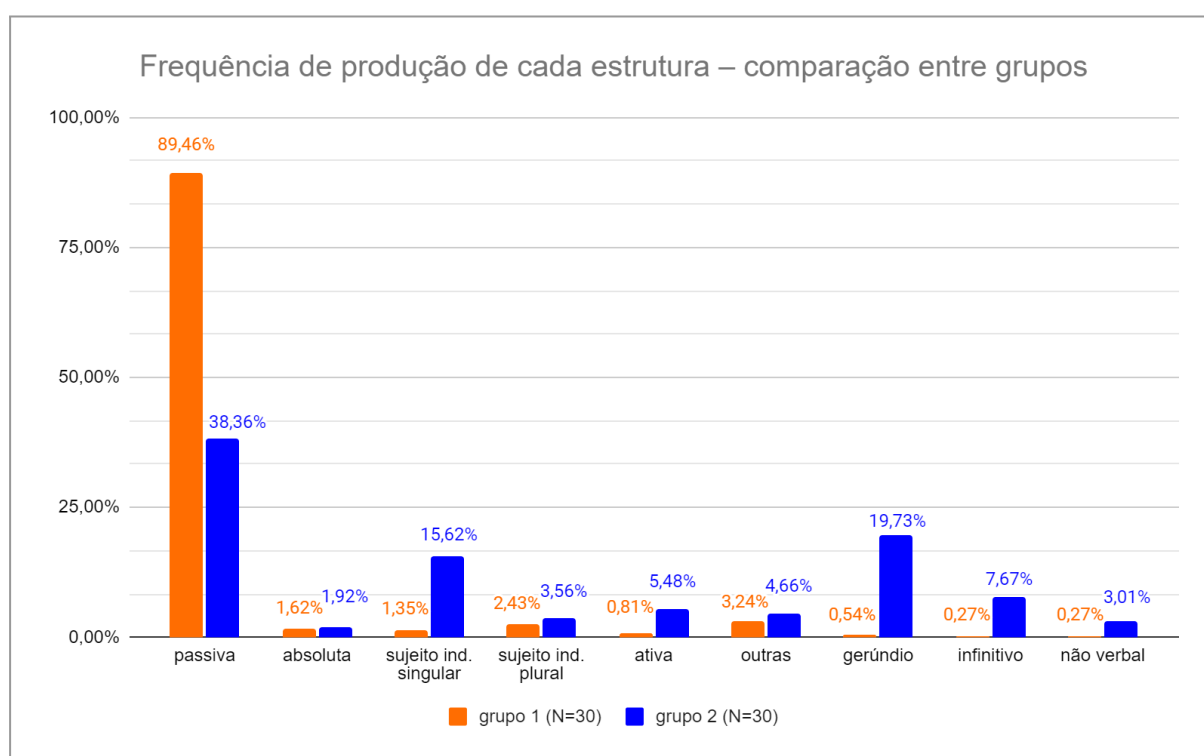


Gráfico 3.7: Distribuição de frequência relativa das produções – comparação entre grupos

Como vimos em nossos resultados, o grupo 1, composto por participantes com ensino superior, utilizou amplamente a passiva como estratégia de promoção do argumento não agente para a posição inicial da sentença. A estrutura foi praticamente a única estratégia empregada pelo grupo, representando 89,46% de suas respostas. O grupo 2, de participantes com ensino fundamental e médio, também utilizou a passiva na maior parte das vezes. Comparativamente, entretanto, a frequência de passivas do grupo 2 (38,36%) representa menos do que a metade da frequência de passivas do grupo 1. Além das passivas, entre as respostas do grupo 2 foram computadas

frequentemente estruturas como sentenças truncadas com o verbo no gerúndio (19,73%) e sentenças com sujeito indeterminado no singular (15,62%). O Teste Qui-quadrado apontou que, a um nível de significância estatística de 5%, há diferença entre os grupos com relação à estrutura produzida ($p < 0,001$).

Entre os participantes mais escolarizados, estruturas que não a passiva foram muito pouco utilizadas. Em números absolutos, foram observadas apenas 39 produções que não tivessem a estrutura passiva (ante 331 passivas). Entre elas, a frequência é maior entre as “outras” (3,24%), com 12 casos, seguidas de sentenças com sujeito indeterminado no plural (2,43%), com 9 casos. Podemos considerar, portanto, que estruturas que não sejam a passiva representam uma exceção entre as respostas do grupo de pessoas com ensino superior.

Já entre os participantes com ensino fundamental e médio, observamos que mais de uma estratégia foi mais frequentemente utilizada, com destaque para as sentenças truncadas – somando-se as categorias gerúndio (19,73%) e infinitivo (7,67%) –, que representam 27,4% das respostas do grupo. É interessante notar que, excetuando-se a passiva, as sentenças truncadas foram a estratégia mais utilizada pelo grupo 2. Esse dado não era esperado, uma vez que tais sentenças aparentemente descrevem muito superficialmente as imagens eliciadoras. Vejamos, a seguir, um exemplo:

(60) “Apontando o lápis.”

A sentença (60) acima foi produzida por um participante do grupo 2 como resposta à pergunta “o que aconteceu com o lápis?”, após ter visto a imagem eliciadora referente ao verbo *apontar*, verbo este que, lembramos, foi apresentado por escrito na borda inferior da imagem. Como a pergunta versava sobre o lápis, o mais esperado era que algo fosse dito sobre o lápis. Isso é aparentemente o que o participante que proferiu (60) tentou fazer. Entretanto, sua resposta pode não ser muito informativa, uma vez que traz apenas o verbo e o tema, dados que já haviam sido expostos na pergunta e na imagem.

O que parece ter frequentemente ocorrido com os participantes do grupo 2 é um efeito da prática. As pessoas aparentemente se acostumaram com a tarefa, entendendo que sempre após uma imagem havia uma pergunta que demandava informações gerais sobre ela. Desse modo, passaram a, por vezes, utilizar como

resposta uma descrição superficial da cena apresentada na imagem, fazendo uso de sentenças truncadas para isso.

É válido lembrar, porém, que o ideal seria que os participantes se atentassem a cada uma das perguntas, porque elas poderiam variar. Entre as distratoras, por exemplo, havia perguntas sobre o agente, e não sobre o tema, como “o que o menino fez?”, para a qual deveria ser dada uma resposta sobre o menino, que logicamente realiza alguma ação na imagem. Entretanto, como vimos, as respostas do grupo 2 aparentemente refletem um efeito da prática, ou seja, os participantes se habituaram com a prática da tarefa e passaram a realizá-la de modo mais automático.

Outra estratégia frequentemente utilizada pelo grupo 2 foi a sentença com sujeito indeterminado no singular. Lembramos que essa categoria abarca sentenças em que não há um sujeito pronunciado e o verbo está conjugado na terceira pessoa do singular, como ilustra o exemplo a seguir, produzido após a imagem eliciadora referente ao verbo *pintar*, como resposta à pergunta “o que aconteceu com a parede?”.

(61) “Tá pintando a parede.”

Como vimos no capítulo 2, de acordo com Negrão & Viotti (2008), é possível remover o argumento externo de uma sentença causativa, deixando a posição de sujeito desocupada. Nesses casos, é possível que o argumento interno se desloque para uma posição pré-verbal. Como está desocupada, a posição de sujeito pode ser ocupada pelo argumento interno. As sentenças em (23), repetidas em (62) abaixo para maior conveniência, ilustram esse processo de alternância verbal:

- (62) a. O Ricardo fechou a porta.
 b. Ø fechou a porta.
 c. A porta fechou.

Em (62a), temos uma sentença causativa, em que o sujeito é agente e, como tal, desencadeia o evento denotado pelo verbo. Ou seja, o sujeito “O Ricardo” causa o fechamento da porta. Como o sujeito pode ser suprimido, o que precisamente aponta o exemplo em (62b), o argumento interno “a porta” pode se deslocar para a posição de sujeito, gerando a sentença incoativa apresentada em (62c).

Ainda segundo o que apresentamos no capítulo 2, esse processo apontado por Negrão & Viotti (2008) pode estar sendo realizado com verbos que não são próprios

da classe de verbos de alternância causativa. Assim sendo, é possível assumir que se trata de um procedimento geral, realizável com uma infinidade de verbos. Comparem-se as sentenças (61) e (62b). Sob essa perspectiva, as sentenças produzidas por nossos participantes classificadas como “sujeito indeterminado singular”, tal como a apresentada em (61), podem ser consideradas como sentenças intermediárias, a exemplo de (62b): elas estão entre as causativas, como (62a), e as incoativas, como (62c).

Na perspectiva de Lunguinho & Medeiros Júnior (2009), essas sentenças intermediárias, como (61) e (62b), são impessoais, e seu surgimento resulta de uma série de mudanças observadas no PB. Recapitulando a proposta dos autores, em passivas sintéticas, devido ao observado encolhimento da grade de concordância e à cristalização da ordem “sujeito-verbo-objeto” em PB, o elemento que está numa posição pós-verbal não é mais considerado pelos falantes como um sujeito posposto e passa a ser interpretado como objeto, o que é observado especialmente quando esse constituinte pós-verbal está no plural, não desencadeando concordância com o verbo. Com o apagamento do clítico *se* de passivas sintéticas e também de sentenças com sujeito indeterminado, surge uma estrutura invariante, que apresenta sempre um verbo na terceira pessoa do singular seguido por seu argumento interno, que, segundo essa análise, ocupa a posição de objeto.

Considerando que tais sentenças têm sido consideradas pela literatura como impessoais, não é de se surpreender que tenhamos coletado diversos casos dessa estrutura nos nossos dados. Isso porque, como vimos, as imagens utilizadas como estímulo não apresentavam um sujeito ou uma causa para o evento ilustrado. Por isso, os participantes do grupo 2 fizeram uso frequente de tais estruturas para responder à pergunta sobre o argumento tema, utilizando-na em 15,62% das vezes.

Chamamos atenção para a similaridade entre as sentenças (60) e (61) acima. Ambas apresentam um verbo no gerúndio seguido do argumento tema, o qual ocupa a posição de objeto direto. A diferença entre (60) e (61) é que somente na última o sintagma verbal parece completo, uma vez que o verbo no gerúndio é precedido do verbo auxiliar *estar*, conjugado na terceira pessoa do singular. Por isso, consideramos (61) uma sentença completa e (60) uma sentença truncada.

Ainda que as consideremos diferentes, é interessante notar que ambas as estruturas foram as mais utilizadas pelo grupo 2 depois da passiva. É possível que tais

tipos de sentença tenham sido produzidos pelos participantes com ensino fundamental e médio pelos mesmos motivos: por um efeito da prática e por apresentarem uma característica impessoal.

Entre o grupo 1, sentenças com sujeito indeterminado no singular foram bem pouco frequentes, tendo sido observados somente cinco casos. As sentenças truncadas apresentaram uma frequência ainda menor: foram anotadas apenas três produções. Podemos nos perguntar por que tais estruturas foram tão pouco utilizadas pelos participantes com ensino superior. Provavelmente, a resposta está na frequência de sentenças na voz passiva. Uma vez que a passiva foi majoritariamente produzida pelo grupo 1, podemos considerar a estrutura como o único recurso utilizado pelo grupo para a promoção do argumento tema.

Porém, uma possibilidade é que, entre o grupo 1, a baixa frequência de sentenças com sujeito indeterminado no singular, assim como a alta frequência de passivas, deva-se a um efeito de automonitoramento. O contexto de experimentação faz com que os participantes se sintam “testados”. Por isso, muitas pessoas consideram o experimento uma ocasião para “gastar” o seu conhecimento sobre a língua culta. É válido lembrar que os participantes não foram informados sobre a real natureza da pesquisa. Para eles, a pesquisa tratava da memória e/ou de suas relações com a linguagem. Adicionalmente, nos materiais utilizados como estímulo, inserimos termos próprios da língua falada, a exemplo das contrações do verbo *estar* (“tá” e “tão”). Isso foi feito para que os participantes se sentissem à vontade para responder às tarefas naturalmente, sem preocupações quanto à forma. Ainda assim, mesmo que tenhamos empregado essas medidas para evitar que os participantes se sentissem testados, é possível que algumas pessoas, em alguma medida, tenham realizado um automonitoramento de sua fala, a fim de não cometer o que elas talvez considerem “erros” relacionados à língua.

O ponto levantado acima pode se relacionar ao próximo tópico sobre o qual gostaríamos de tratar: a escolaridade. Nossos participantes foram divididos entre aqueles com ensino superior completo, que compõem o grupo 1, e aqueles com no máximo o ensino médio completo, que compõem o grupo 2. Cada um dos grupos contou com 30 participantes. Entre o grupo 2, havia 25 pessoas com ensino médio e 5 pessoas com ensino fundamental. Com as limitações de tempo da pesquisa, não pudemos realizar o experimento com mais participantes, de modo a formar três

grupos diferentes de acordo com a escolaridade (ensino superior, ensino médio e ensino fundamental). Como isso não foi possível, participantes com ensino médio e com ensino fundamental foram agrupados, formando o grupo 2. No entanto, a fim de analisar possíveis diferenças de comportamento de acordo com a escolaridade, separamos as respostas dos participantes com ensino médio das respostas dos participantes com ensino fundamental. Dentre as 365 respostas do grupo 2, 304 foram produzidas pelas pessoas com ensino médio e 61, pelas pessoas com ensino fundamental. Vejamos, então, o gráfico a seguir, em que é apresentada a frequência de distribuição das respostas por escolaridade:

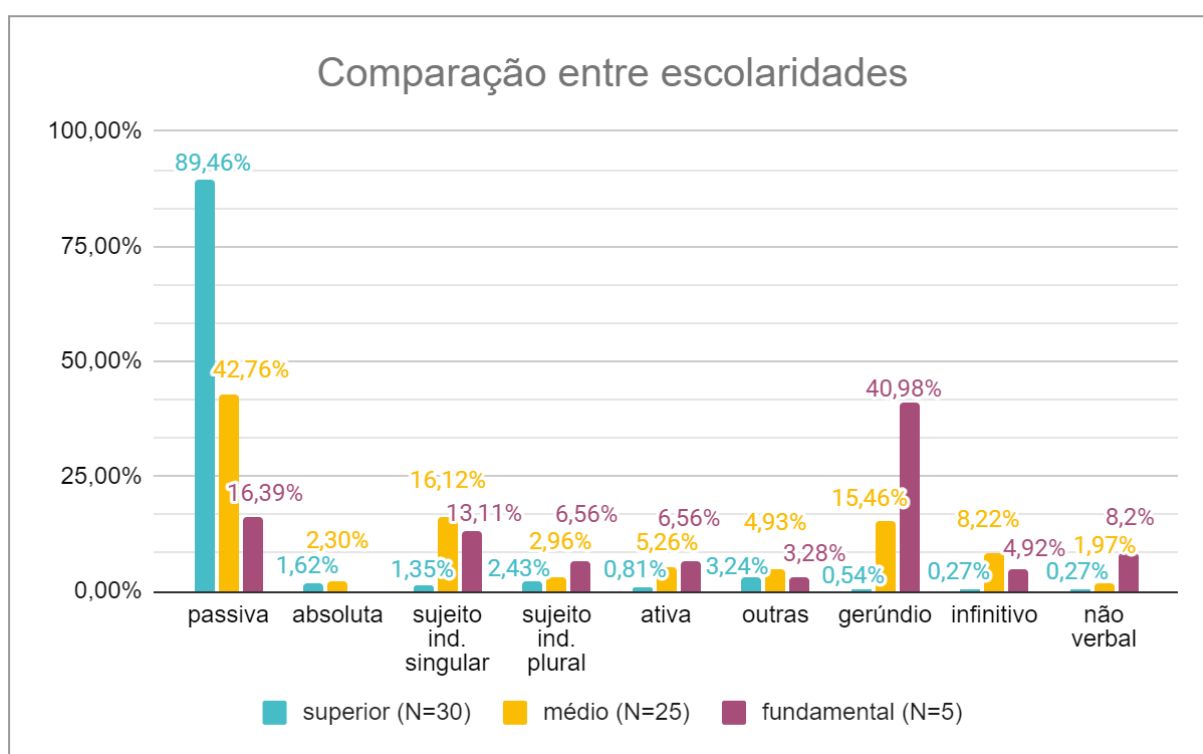


Gráfico 3.8: Distribuição de frequência relativa das produções – comparação por escolaridade

Os dados do gráfico (3.8) acima apontam para uma diferença notável entre as respostas dos participantes com ensino médio, indicadas pelas barras amarelas, e as respostas dos participantes com ensino fundamental, indicadas pelas barras roxas. A diferença é grande especialmente na comparação da frequência de sentenças passivas e de sentenças truncadas no gerúndio. Curiosamente, as frequências referentes a essas duas estruturas parecem se inverter entre os participantes com ensino médio e com ensino fundamental: enquanto os participantes com ensino médio produziram em por volta de 40% das vezes sentenças passivas e em por volta de 15% das vezes sentenças

truncadas com o verbo no gerúndio, os participantes com ensino fundamental produziram em por volta de 15% das vezes sentenças passivas e em por volta de 40% das vezes sentenças truncadas com o verbo no gerúndio. Ao que parece, as respostas das pessoas com ensino fundamental influenciaram especialmente a categoria “gerúndio” do grupo 2 – dentre as 61 produções desses participantes, 25 são sentenças truncadas no gerúndio.

Sabemos que o mais adequado seria realizar o experimento com mais participantes com ensino fundamental, mas, ainda assim, já pudemos analisar alguns aspectos das diferenças de comportamento entre as diferentes escolaridades. Ressaltamos, por exemplo, as produções não verbais de pessoas com ensino fundamental: foram anotados cinco casos (dentre 61), representando 8,2% de frequência. Aparentemente, quanto menor a escolaridade, menor será a taxa de produção de estruturas que podemos considerar mais complexas. Conseqüentemente, mais estruturas menos complexas serão produzidas, como é o caso das respostas não verbais.

Sob essa perspectiva, observamos que as sentenças passivas foram produzidas em frequência que acompanha a escolaridade – quanto maior a escolaridade, mais passivas são produzidas. Enquanto os participantes com ensino superior utilizaram-se de praticamente apenas passivas (em 89,46% das vezes), a frequência dessa mesma estrutura cai para menos da metade entre os participantes com ensino médio (42,76%), sendo produzida ainda em menor frequência entre os menos escolarizados (16,39% de frequência entre as pessoas com ensino fundamental).

Apesar da diferença entre o número de participantes – e conseqüentemente de sentenças produzidas –, o Teste Qui-quadrado apontou que, a um nível de significância estatística de 5%, há diferença entre a escolaridade em relação à estrutura produzida ($p < 0,001$). Devido ao número limitado de participantes com ensino fundamental, outras comparações, como aquelas que fizemos entre os grupos (por variável independente, por exemplo), não puderam ser realizadas.

As diferenças observadas entre as escolaridades e entre os grupos (agrupando participantes com ensino médio e com ensino fundamental, de modo a formar o grupo 2) não se estendem, porém, à produção de sentenças absolutas, produção esta que representa uma semelhança entre os grupos: tanto o grupo 1, de pessoas com ensino superior, como o grupo 2, de pessoas com ensino médio e fundamental, produziram

pouquíssimas absolutas. Foram anotados somente 13 casos, seis entre os participantes com ensino superior e sete entre os participantes com ensino fundamental e médio. Esse resultado é surpreendente para nós, visto que nosso experimento eliciava justamente estruturas como as da sentença absoluta, em que um agente ou uma causa são suprimidos. Pressupúnhamos que as absolutas seriam produzidas em maior frequência por ambos os grupos.

As sentenças absolutas não se mostraram produtivas em nosso ambiente experimental. No que se segue, gostaríamos de explorar a possibilidade de que a baixíssima frequência de sentenças absolutas em nossos dados se deva ao fato de a estrutura não ser gramatical em PB.

Para tanto, vamos nos debruçar sobre o trabalho de Ivanova et al. (2012), cujos dados indicam que não há persistência estrutural quando ela resultaria na produção de uma sentença agramatical. Os autores realizaram quatro experimentos em que investigaram se falantes nativos de inglês estariam sujeitos a efeitos de *priming* mesmo quando isso resultaria na produção de sentenças agramaticais. Os resultados apontam que houve efeito de *priming* causando a produção de estruturas que são agramaticais para determinados verbos somente quando tais verbos foram usados no mesmo *trial* como *prime* e alvo, indicando que a persistência sintática deve-se a associações individualmente formadas entre verbos e construções (em um modelo item por item), o que reforça a abordagem chamada pelos autores de *lexically-driven persistence account*. Em outras palavras, o efeito de *priming* observado em Ivanova et al. (2012) pode ter sido causado pela associação entre um verbo específico (como o verbo *donate* do inglês) e uma construção específica (como a construção de objeto duplo, que é agramatical com o verbo *donate*, mas não com verbos semanticamente próximos, como *give*), e não pela acessibilidade elevada de uma estrutura abstrata.

Lembramos que em de Rezende & Grolla (2021) os participantes adultos também produziram poucas absolutas, sendo verificados apenas 15 casos (dentre 437 sentenças produzidas), o que representa 3,43% dos dados do grupo. Nesse sentido, os nossos resultados nesta tese replicam os resultados vistos em de Rezende & Grolla (2021), visto que em ambos os estudos as sentenças absolutas apresentaram baixíssima frequência entre falantes adultos de PB, mesmo em contextos que supostamente favoreceriam a produção da construção.

Dado que, como apontam os dados de Ivanova et al. (2012), sentenças agramaticais não estão sujeitas a efeitos de *priming*, é possível que, em nosso experimento, a estrutura com o tema em posição pré-verbal, concordando com o verbo (e, portanto, fazendo as vezes de sujeito), não tenha sido “copiada” para os verbos-alvo porque isso resultaria em sentenças agramaticais em PB. Isso nos levaria à conclusão de que as sentenças absolutas não representam sentenças gramaticais da língua – e explicaria a baixa frequência da estrutura tanto em nossos dados como nos de de Rezende & Grolla (2021). Nesse caso, os exemplos constantes na literatura e anotados a partir da fala espontânea de adultos teriam de ser explicados de outra forma. Por que os adultos produziram, espontaneamente, sentenças agramaticais? Uma possibilidade que gostaríamos de explorar é que tais produções sejam resultantes de lapsos de fala. Para entender melhor essa possibilidade, vejamos o exemplo (1), retomado aqui como (63) para maior conveniência:

(63) Meu crachá trocou ontem.

(64) O responsável pelos crachás da empresa trocou o meu crachá ontem.

O processo de produção de enunciados é bastante complexo e não nos ateremos a uma descrição detalhada neste trabalho, já que isso fugiria do seu escopo. No entanto, seguindo Dell (1986), observamos que, para produzir um enunciado, o falante o inicia pelo item com o mais alto nível de ativação em sua memória. Esse procedimento às vezes dá errado, e um falante pode acabar produzindo um enunciado contendo um lapso de fala. Isso acontece quando o item que está mais ativo não é o correto, mas acaba sendo pronunciado no lugar do correto (como “colocar a mala na roupa” produzido no lugar de “colocar a roupa na mala”). É dessa maneira que Dell (1986) explica os lapsos de fala.

No caso das absolutas, é possível que o falante que proferiu (63) quisesse dizer algo como (64), mas, dado que a informação principal é sobre o crachá, esse era o item com maior ativação em sua memória, fazendo o falante pronunciá-lo em primeira posição, o que acabou o levando a produzir a estrutura em (63). Se esse for o caso, a sentença em (63) não seria necessariamente gramatical em PB, mas seria decorrente de um lapso de fala. Entretanto, apenas a baixa frequência de sentenças absolutas observada em nossos resultados não é suficiente para afirmar que a estrutura é ilegítima em PB. Por isso, reforçamos que essa é somente uma possibilidade. Estudos

futuros poderão explorá-la mais diretamente, utilizando como *prime* sentenças absolutas, ou seja, formadas a partir de verbos que não são de alternância causativa (a exemplo de *quebrar* e *afundar*), como os utilizados por nós. No que se segue, assumimos que as sentenças absolutas são gramaticais em PB, mas que seu estatuto deve ser mais detidamente investigado em estudos futuros.

Em uma comparação entre as estruturas, as absolutas são aparentemente menos complexas do que as passivas, uma vez que envolvem menos movimentos sintáticos. A comparação entre passivas e absolutas é abordada em de Rezende & Grolla (2021). Nesse estudo, as autoras verificaram, em um experimento de produção eliciada, que crianças com idade entre 3 anos e 8 meses e 4 anos e 11 meses produziram mais absolutas e menos passivas do que crianças um pouco mais velhas, com idade entre 5 e 6 anos. Os adultos, por sua vez, foram os que mais produziram passivas e menos produziram absolutas. Ou seja, de Rezende & Grolla (2021) observaram que a frequência de passivas aumentou de acordo com a idade, assim como a frequência de absolutas diminuiu. Esses dados sugerem que as absolutas são mais acessíveis às crianças, para as quais a passiva pode trazer dificuldades. Segundo de Rezende & Grolla (2021, p.15), “à medida que adquirem mais domínio sobre passivas (que sabidamente são difíceis nos estágios iniciais do processo de aquisição), as crianças passam a produzi-las mais frequentemente em detrimento das absolutas”.

Os dados apresentados em de Rezende & Grolla (2021) poderiam nos levar a pressupor que as sentenças absolutas seriam produzidas mais frequentemente por pessoas menos escolarizadas, em comparação a pessoas mais escolarizadas, uma vez que podem ser interpretadas como um recurso mais acessível, mais marcadas e próprias do registro informal da língua, por serem menos complexas do que suas contrapartes passivas (levando em consideração que ambas as estruturas são adequadas ao contexto de produção de nosso experimento). Soma-se a isso a ideia de que a sentença passiva pode ser considerada uma estrutura da língua escrita. Nesse caso, a passiva estaria mais disponível a pessoas mais escolarizadas. Com isso, era de se esperar que o grupo 1, por ser representado por pessoas com o ensino superior completo, produzisse mais passivas do que o grupo 2, de participantes com no máximo o ensino médio completo. Isso pôde ser observado em nossos dados. Entretanto, as sentenças absolutas não foram utilizadas como uma estratégia (possivelmente de

esquiva da passiva) pelos participantes com menos escolaridade, que, como vimos, valeram-se de sentenças truncadas e de sentenças com sujeito indeterminado singular.

De todo modo, a passiva foi produzida muito frequentemente como resposta à pergunta sobre o argumento tema. Por isso, entendemos que a estrutura foi um recurso amplamente utilizado por nossos participantes para a promoção do argumento não agente para uma posição discursivamente com mais proeminência: a posição inicial da sentença.

Observando detidamente os contextos em que a passiva foi produzida, nota-se que ambos os grupos utilizaram-na mais frequentemente após sentenças-*prime* com verbos não alternantes e tema pré-verbal. Um exemplo de uma sentença com essas características é dado em (65) a seguir:

(65) A carta chegou antes do previsto.

Não é surpreendente que o contexto em que o tema está numa posição pré-verbal tenha sido *prime* para a produção de mais sentenças passivas, uma vez que tais estruturas justamente se caracterizam por apresentar o tema em uma posição pré-verbal. É interessante notar, porém, que o contexto com verbos não alternantes tenha sido mais propício para a promoção do não agente do que o contexto com verbos alternantes. Os não alternantes, por serem intransitivos, são verbos que não podem figurar em sentenças na voz passiva, como ilustra o exemplo a seguir:

(66) *A carta foi chegada antes do previsto.

Por fim, é válido notar que entre todos os nossos dados não foi observado nenhum caso de objeto topicalizado, em que o argumento não agente se desloca de uma posição de objeto sintático para uma posição à esquerda do sujeito, que, por sua vez, permanece na estrutura. Seriam produções como (67) e (68) a seguir:

(67) A parede, o homem pintou.

(68) A louça, a pessoa tá lavando.

O sujeito na estrutura exemplificada em (67) e (68) acima é o argumento agente e a construção só é gramatical quando há esse sujeito expresso, como sugerem os exemplos (69) e (70) a seguir:

(69) *A parede, pintou.

(70) *A louça, tá lavando.

Visto que as imagens eliciadoras utilizadas em nossos materiais não mostravam um argumento agente, as respostas de nossos participantes tendiam a não apresentar um sujeito agente expresso. Dentre as 735 respostas computadas por nós, foram produzidas apenas 23 sentenças ativas, que representam a estrutura em que há um sujeito agente. Podemos então dizer que, em nossos dados, o universo em que se poderia observar uma sentença com objeto topicalizado é bastante limitado. Portanto, a ausência de respostas como dos exemplos (67) e (68) pode ser um indício de que o teste foi bem desenhado para eliciar sentenças em que o argumento interno do verbo, que não é agente, passa a ocupar a posição de sujeito.

Entretanto, uma possibilidade é que a ausência de sentenças com objeto sintático topicalizado figure como um indício de que o PB não é uma língua de proeminência de tópico. Nesse caso, tais tipos de sentença, em que há um elemento indiscutivelmente topicalizado, não devem ser consideradas como *default* na língua e, por isso, não apareceram entre as produções de nossos participantes.

Até mesmo as sentenças absolutas, apesar de pouco frequentes nos dados, estão presentes em nossos resultados, diferindo-se de sentenças com objeto sintático topicalizado. Se há um equívoco na hipótese de que o PB é uma língua de proeminência de tópico, então é de se esperar que sentenças com objeto sintático topicalizado, no contexto do nosso ambiente experimental, não sejam frequentes, especialmente em comparação a sentenças como as absolutas, visto que as últimas apresentam, sob nossa perspectiva, uma estrutura que reflete a proeminência de sujeito da língua.

Lembramos que a análise sintática por nós adotada para as sentenças absolutas segue a proposta de Quarezemin & Cardinaletti (2017) para construções de tópico sujeito com DP pré-verbal. De acordo com tal análise, o argumento não agente, nas sentenças absolutas, passa pela posição de Spec-TP, onde concorda com o verbo e tem seu caso valorado como nominativo. Além disso, o argumento não agente move-se para Spec-SubjP, uma vez que deve checar o traço de sujeito da predicação.

Sob nossa perspectiva, a ausência de sentenças com objeto sintático topicalizado, a produção de sentenças absolutas (apesar de pouco frequente) e a abundância de sentenças passivas, que apresentam uma estrutura que se refere

indiscutivelmente a “sujeito-predicado” (em oposição a “tópico-comentário”), representam indícios de que o PB é uma língua de proeminência de sujeito, como vêm defendendo Costa (2010), Kenedy (2011, 2014), Quarezemin & Cardinaletti (2017) e Quarezemin (2017), e não uma língua de proeminência de tópico, como sugeriram Galves (2001), Negrão & Viotti (2008, 2011, 2014), Avelar (2009), Avelar & Galves (2011) e Munhoz & Naves (2012).

Assim sendo, nossos dados contribuem para a discussão sobre a tipologia do PB com relação a sujeitos e tópicos, apontando que a estrutura básica de sentenças na língua se caracteriza por “sujeito-predicado”, assim como vêm sugerindo os dados experimentais de Kenedy (2011, 2014). A estrutura “tópico-comentário” seria, sob essa análise, uma estrutura marcada, não sendo possível considerá-la *default*.

Após a apresentação dos resultados e a consequente discussão dos mesmos, finalizamos este capítulo, dedicado inteiramente a nosso estudo experimental. O capítulo seguinte traz as considerações finais da presente tese, em que destacamos nossas contribuições para a literatura e possíveis encaminhamentos futuros.

Capítulo 4: Considerações finais

As sentenças (13b) a (16b), apresentadas no capítulo 2, repetidas em (71) a (74) a seguir para maior conveniência, representam casos em que o argumento não agente foi promovido a uma posição com mais proeminência discursiva na sentença, que é a posição pré-verbal e inicial.

(71) O vaso quebrou.

(72) O meu crachá trocou ontem.

(73) Naquela casa bate sol.

(74) O meu carro furou o pneu.

Os quatro tipos de sentença acima têm em comum um elemento não agente à esquerda, em uma posição que assumimos ser a de sujeito. Seguindo a proposta de Quarezemin (2017) e Quarezemin & Cardinaletti (2017), postulamos que esse elemento nas sentenças acima ocupa a posição de sujeito semântico (ou sujeito da predicação), em Spec-SubjP. Nas sentenças em questão o verbo deixa de selecionar um sujeito agente e passa a ter outro elemento na posição de sujeito, que, no caso dos exemplos acima, pode ser paciente, locativo ou genitivo.

As construções de tópico sujeito, exemplificadas em (73) e (74) acima, têm sido apontadas por alguns autores (Galves 2001; Negrão, Viotti 2008, 2011, 2014; Avelar 2009; Avelar, Galves 2011; Munhoz, Naves 2012) como uma estrutura própria do PB, tomada como evidência de que a língua difere-se do PE e de outras línguas românicas em questões discursivas, sendo considerada de proeminência de tópico. No entanto, esse posicionamento teórico não é unânime. Alguns autores (Kenedy 2011, 2014; Quarezemin 2017; Quarezemin, Cardinaletti 2017) defendem que o PB é uma língua de proeminência de sujeito, sendo a estrutura básica da língua “sujeito-predicado”, e não “tópico-comentário”. Esta tese se situou nesse debate.

Pensando nos exemplos em (71) a (74) acima como estratégias de promoção do argumento não agente, nossa pesquisa teve como ponto de partida a seguinte pergunta: quais são as estratégias sintáticas utilizadas pelos falantes de PB para

promover o argumento não agente em casos em que há a supressão do argumento agente? A partir dela, delineamos como nosso objetivo central investigar a promoção do argumento não agente a uma posição com mais proeminência discursiva na sentença, que seria a posição inicial, pré-verbal.

Para realizar a investigação proposta, desenvolvemos um experimento de produção eliciada em que utilizamos o *priming* sintático como método. Baseamo-nos no experimento desenvolvido por Bock (1986), estudo em que se verificou a chamada persistência sintática, termo que designa a tendência de repetir uma determinada estrutura que foi acessada anteriormente. O estudo seminal de Bock (1986) verificou que falantes de inglês como primeira língua, após terem ouvido uma sentença com uma dada estrutura sintática, produziram mais frequentemente sentenças com essa mesma estrutura, sendo que a sentença ouvida e a sentença produzida não eram relacionadas semanticamente.

Tomando como base o estudo de Bock (1986), produzimos nosso experimento. Camuflada em uma atividade de memória, a tarefa dos participantes foi responder uma pergunta sobre uma imagem em que não havia um agente ou uma causa. Resumidamente, o procedimento era realizado da seguinte maneira: os participantes deveriam memorizar, em uma primeira fase, frases e imagens. Em uma segunda fase, a tarefa era identificar se cada um dos itens (ou seja, cada uma das frases e das imagens) já tinha sido ouvido/visto na fase anterior. Antes de responder, havia uma tarefa intermediária. Para as frases, com o intuito de que a estrutura da sentença ficasse ativa no processador sintático dos participantes, a tarefa era repeti-las. Para as imagens, a tarefa era responder a uma pergunta interpretativa, que, nos itens experimentais, sempre focalizava o elemento não agente da ação ilustrada nas imagens. Nosso objetivo foi observar em que medida os participantes “copiarão” a estrutura da sentença repetida no momento de responder à pergunta sobre a imagem, possivelmente produzindo sentenças com o argumento não agente – foco da pergunta – em uma posição inicial.

Participaram do experimento 60 falantes de PB como primeira língua. As pessoas foram divididas em dois grupos de acordo com a sua escolaridade. O grupo 1 foi composto por 30 participantes com ensino superior completo. Já o grupo 2 foi formado por 25 pessoas com ensino médio e 5 pessoas com ensino fundamental.

Nossos resultados apontam para diferenças significativas entre as estratégias empregadas pelos grupos. O grupo 1 fez uso expressivo da passiva, estrutura que representa 89,5% das respostas. O grupo 2 também produziu muitas passivas, mas em menor frequência (38,4%), fazendo uso de outras estratégias para responder à pergunta sobre o argumento tema, como sentenças truncadas com o verbo no gerúndio (19,7%) e sentenças com sujeito indeterminado no singular (15,6%). Ou seja, enquanto as pessoas com ensino superior optaram pela sentença passiva como praticamente único recurso para a promoção do argumento não agente para a posição inicial da sentença, as pessoas com ensino fundamental e médio utilizaram também estruturas em que o argumento não agente não está na posição inicial da sentença, que é o caso das sentenças truncadas com o verbo no gerúndio e das sentenças com sujeito indeterminado no singular.

Olhando detidamente para os dados do grupo 2, pudemos verificar que as passivas foram menos frequentes entre as pessoas com ensino fundamental (16,39%) do que entre as pessoas com ensino médio (42,76%). Inversamente, as sentenças truncadas com verbo no gerúndio foram produzidas mais frequentemente entre os participantes com ensino fundamental (40,98%) e menos frequentemente entre aqueles com ensino médio (15,46%).

Se compararmos os dados de acordo com a escolaridade, podemos observar que o número de passivas produzidas aumenta conforme aumenta o nível de escolaridade. As passivas foram majoritariamente utilizadas pelos participantes com ensino superior, representando quase 90% das respostas do grupo. Essa frequência cai para por volta de 40% entre as pessoas com ensino médio. E vai a menos do que 20% nas produções dos participantes com ensino fundamental. Assim sendo, aparentemente a passiva é um recurso mais acessível a grupos mais escolarizados, o que reforça a ideia de que a estrutura é mais frequente na língua escrita. A diferença de distribuição de passivas entre nossos participantes deve-se, portanto, à ordem do registro.

Com o tempo limitado para a realização da pesquisa, impactada enormemente pela pandemia de Covid-19, não pudemos realizar o experimento com mais participantes, de maneira que pudéssemos compor três grupos experimentais de acordo com a escolaridade (ensino superior, ensino médio e ensino fundamental). Por isso, os participantes com ensino médio e os com ensino fundamental foram reunidos

no chamado grupo 2. No entanto, deixamos a sugestão de que pesquisas futuras voltem a realizar o experimento com mais participantes de diferentes escolaridades.

Podemos citar alguns possíveis fatores que nos ajudam a interpretar nossos resultados. Notamos que alguns dos participantes do grupo 1 sentiram-se “testados”. Por isso, aparentemente houve uma tendência em utilizar uma linguagem mais formal, o que consideramos ser um efeito de automonitoramento. Isso pode explicar a alta frequência de sentenças na voz passiva. Já entre o grupo 2 foi observado um efeito da prática, segundo o qual os participantes aparentemente se acostumam com a tarefa, respondendo de modo mais automatizado, utilizando, em suas produções, estruturas menos complexas do que as passivas, por exemplo. Esse é o caso das sentenças truncadas e das sentenças com sujeito indeterminado no singular.

Apesar das diferenças observadas entre os grupos experimentais, pudemos notar uma curiosa semelhança. As sentenças absolutas foram utilizadas na mesma baixa frequência por ambos os grupos, representando menos do que 2% das respostas de cada grupo. Podemos dizer, então, que em nosso ambiente experimental a absoluta não foi produtiva. Esse é um dado interessante, apesar de não ter sido esperado. Nosso experimento eliciava justamente construções como a absoluta, em que o argumento tema está na posição inicial da sentença e não se faz presente um argumento agente. Entretanto, independentemente de sua escolaridade, nossos participantes produziram pouquíssimas absolutas, sendo verificados apenas 13 casos.

É possível que a baixíssima frequência de sentenças absolutas seja reflexo da ilegitimidade da estrutura em PB. Se esse for o caso, os exemplos anotados a partir de conversas espontâneas, conhecidos na literatura, poderiam ser devidos a lapsos de fala. De acordo com Ivanova et al. (2012), o que produzimos rotineiramente é menos ordenado, livre de erros e gramatical do que imaginamos¹⁸. A nosso ver, para que a hipótese de ilegitimidade das construções absolutas seja completamente descartada, deixamos a sugestão de que as absolutas sejam objeto de mais estudos experimentais. Só no ambiente controlado da experimentação será possível tirar conclusões sobre a real natureza de tal construção.

Por fim, como vimos, as sentenças passivas foram bastante produzidas mesmo entre os participantes menos escolarizados, uma vez que representam por volta de

¹⁸ “The language we produce every day is far less orderly, error-free or grammatical than we might think.” (Ivanova et al., 2012, p.355)

40% das respostas do grupo 2. Com a alta frequência de sentenças passivas e a baixíssima frequência de sentenças absolutas, nossos resultados sugerem que a estrutura “sujeito-predicado” é a mais básica entre as sentenças do PB. Não podemos dizer, com isso, que a estrutura “tópico-comentário” é *default* na língua. Nesse sentido, nossos dados somam-se aos de Kenedy (2011, 2014) e às ideias defendidas por Quarezemin (2017), Quarezemin & Cardinaletti (2017) e Costa (2010), segundo as quais o PB não se configura como uma língua de proeminência de tópico.

Reforçamos que são necessários mais estudos experimentais que investiguem sentenças com sujeito não agente, como as sentenças absolutas, que são consideradas como uma forma de promoção do argumento tema. Em nossos dados, a promoção do argumento não agente foi realizada praticamente exclusivamente com a sentença passiva. Eliciar outros tipos de estrutura com um argumento não agente em posição inicial parece representar uma dificuldade que deve ser superada por pesquisas futuras.

Referências

- AMARAL, Luana Lopes. A alternância transitivo-intransitiva no português brasileiro: fenômenos semânticos. 2015. Tese de Doutorado. Universidade Federal de Minas Gerais.
- AMARAL, Luana Lopes; CANÇADO, Márcia. Alternância de transitividade com verbos agentivos em PB: a louça já lavou, a casa já vendeu, o caminhão já carregou. **Revista de Estudos da Linguagem**, v. 25, n. 4, p. 1871-1904, 2017.
- AVELAR, Juanito Ornelas. Inversão locativa e sintaxe de concordância no português brasileiro. **Matraga-Revista do Programa de Pós-Graduação em Letras da UERJ**, v. 16, n. 24, 2009.
- AVELAR, Juanito; GALVES, Charlotte. Tópico e concordância em português brasileiro e português europeu. **Textos selecionados-XXVI Encontro da Associação Portuguesa de Linguística. Lisboa: APL**, p. 69-45, 2011.
- BOCK, J. Kathryn. Syntactic persistence in language production. **Cognitive psychology**, v. 18, n. 3, p. 355-387, 1986.
- CAMACHO, Roberto Gomes. Em defesa da categoria de voz média no português. **DELTA: Documentação de Estudos em Linguística Teórica e Aplicada**, v. 19, p. 91-122, 2003.
- CANÇADO, M.; AMARAL, L.; MEIRELLES, L. Banco de Dados Lexicais VerboWeb: classificação sintático-semântica dos verbos do português brasileiro. **Belo Horizonte: UFMG**, 2017. Disponível em: <http://www.letras.ufmg.br/verboweb>.
- CARDINALETTI, Anna. Toward a cartography of subject positions. **The structure of CP and IP. The cartography of syntactic structures**, v. 2, p. 115-165, 2004.
- CARVALHO, Janayna; COSTA, Jéssica C. O que origina a variação da alternância causativa? Uma comparação entre o Dâw (família Nadahup) e o português brasileiro. **Revista da ABRALIN**, 2014.
- CARVALHO, Janayna Maria da Rocha. **A morfossintaxe do português brasileiro e sua estrutura argumental: uma investigação sobre anticausativas, médias, impessoais e a alternância agentiva**. 2016. Tese de Doutorado. Universidade de São Paulo.
- CHOMSKY, Noam. **Lectures on government and binding: The Pisa lectures**. Foris Publications Holland, 1981.
- CIRÍACO, Larissa; CANÇADO, Márcia. A alternância causativo-ergativa no português brasileiro. **Matraga-Revista do Programa de Pós-Graduação em Letras da UERJ**, v. 16, n. 24, 2009.
- COSTA, João. PB e PE: orientação para o discurso importa?(BP and EP: does discourse orientation matter?). **Estudos da Língua (gem)**, v. 8, n. 1, p. 123-143, 2010.

- DE REZENDE, Camilla. **Sentenças absolutas no português brasileiro infantil: um estudo experimental**. 2016. Dissertação de mestrado. Universidade de São Paulo.
- DE REZENDE, Camilla; GROLLA, Elaine. Sentenças absolutas em português brasileiro adulto e infantil: dados experimentais. **Cadernos de Estudos Linguísticos**, v. 63, p. e021006-e021006, 2021.
- DELL, Gary S. A spreading-activation theory of retrieval in sentence production. **Psychological review**, v. 93, n. 3, p. 283-321, 1986.
- DUARTE, M. E. A perda da ordem V(erbo) S(ujeito) em interrogativas qu-no português do Brasil. **DELTA: Documentação e Estudos em Linguística Teórica e Aplicada**, v. 8, n. 3, 1992.
- DUARTE, M. E. **A perda do princípio “Evite Pronome” no português brasileiro**. 1996. Tese de Doutorado. UNICAMP.
- DUARTE, M. E. Do pronome nulo ao pronome pleno: a trajetória do sujeito no português do Brasil In: ROBERTS, I.; KATO, M. *Português Brasileiro: uma viagem diacrônica*. Campinas: Editora da Unicamp, 1996.
- DUARTE, Maria EL; KATO, Mary. Mudança paramétrica e orientação para o discurso. **XXIV Encontro Nacional da Associação Portuguesa de Linguística, Braga, Portugal**, p. 20-22, 2008.
- GALVES, Charlotte. Tópicos, sujeitos, pronomes e concordância no português brasileiro. **Cadernos de Estudos linguísticos**, v. 34, 1998.
- GALVES, Charlotte. **Ensaio sobre as gramáticas do português**. Editora da UNICAMP, 2001.
- GALVES, C. O enfraquecimento da concordância no português brasileiro. In: ROBERTS, I.; KATO, M. *Português Brasileiro: uma viagem diacrônica*. Campinas: Editora da Unicamp, 1996.
- GALVES, C. Mudança sintática no português brasileiro. **Cuadernos de la ALFAL**, v. 12, p. 17-43, 2020.
- HOLMBERG, A.; ROBERTS, I.; Introduction: parameters in minimalist theory. In: BIBERAUER, T. et al. *Parametric variation: Null subjects in minimalist theory*. Cambridge University Press, 2009.
- HUANG, C.-T. James. On the distribution and reference of empty pronouns. **Linguistic inquiry**, p. 531-574, 1984.
- IVANOVA et al. How do people produce ungrammatical utterances?. **Journal of Memory and Language**, v. 67, n. 3, p. 355-370, 2012.
- KENEDY, Eduardo. TÓPICOS E SUJEITOS NO PB: UMA ABORDAGEM EXPERIMENTAL. **Revista da Anpoll**, v. 1, n. 31, 2011.

- KENEDY, Eduardo. O status tipológico das construções de tópico no Português Brasileiro: uma abordagem experimental. **Revista da ABRALIN**, 2014.
- LI, C. N. & THOMPSON, S. A. Subject and topic: a new typology of language. In: LI, C. N. (ed.). Subject and topic. New York: Academic Press Inc., 1976.
- LIMA JÚNIOR, João C. **A aquisição e o desenvolvimento de sentenças passivas: uma investigação experimental com infantes, crianças e adultos**. 2016. Tese de Doutorado. PUC-Rio, Rio de Janeiro.
- LUNGUINHO, M. Vinicius; JUNIOR, P. Medeiros. Inventou um novo tipo de sujeito: características sintáticas e semânticas de uma estratégia de indeterminação do sujeito no português brasileiro. **Revista de Estudos em Língua e Literatura**, v. 23, p. 147-191, 2009.
- MODESTO, Marcello. Sujeitos nulos em línguas de tópico proeminente. **Revista da ABRALIN**, v. 3, n. 1, p. 119-145, 2004.
- MUNHOZ, A. T. M. & NAVES, R. R. Construções de tópico-sujeito: uma proposta em termos de estrutura argumental e de transferência de traços de C. **SIGNUM: Estudos Linguísticos**, Londrina, n. 15/1, p. 245-265, jun. 2012.
- NEGRÃO, Esmeralda Vailati. **O português brasileiro: uma língua voltada para o discurso**. 1999. Tese (Livre Docência) – Universidade de São Paulo.
- NEGRÃO, Esmeralda Vailati. O princípio de projeção estendida no português brasileiro. **Revista Letras**, v. 56, 2001.
- NEGRÃO, E. & VIOTTI, E. Estratégias de impessoalização no português brasileiro. In: J. L. Fiorin & M. Petter (orgs.). *África no Brasil: a formação da língua portuguesa*. São Paulo: Contexto, 2008. p.179-203.
- NEGRÃO, E. & VIOTTI, E. A estrutura sintática das sentenças absolutas no português brasileiro. **Revista Linguística da ALFAL**, v. 23, p. 37-58, 2010.
- NEGRÃO, E. & VIOTTI, E. Contato entre quimbundo e português clássico: impactos na gramática de impessoalização do português brasileiro e angolano. **Linguística**, v. 30, n. 2, p. 289-330, 2014.
- NEGRÃO, E. & VIOTTI, E. Elementos para a investigação da semântica do clítico SE no português brasileiro. **Cadernos de Estudos Linguísticos**, v. 57, n. 1, p. 41-60, 2015.
- ORSINI, Mônica Tavares; VASCO, Sérgio Leitão. Português do Brasil: língua de tópico e de sujeito. **Revista Diadorim**, v. 2, 2007.
- PAGOTTO, Emílio. **A posição dos clíticos em português: um estudo diacrônico**. Campinas, 1992. Dissertação (Mestrado em Linguística) – Instituto de Estudos da Linguagem, Universidade Estadual de Campinas.
- PONTES, E. *O tópico no português do Brasil*. Campinas: Editora da Unicamp, 1987.

- QUAREZEMIN, S. & CARDINALETTI, A. Non-topicalized preverbal subjects in Brazilian Portuguese, compared to Italian. **Annali di Ca'Foscari. Serie Occidentale**, v. 51, p. 383-409, 2017.
- QUAREZEMIN, Sandra. A arquitetura da sentença no Português Brasileiro: considerações sobre Sujeito e Tópico. **Revista Letras**, v. 96, 2017.
- QUINT, Nicolas. A realização do sujeito em português do Brasil: deriva *versus* crioulização. In: FIORIN, José Luiz; PETTER, Margarida Maria Taddoni. *África no Brasil: a formação da língua portuguesa*. São Paulo: Contexto, 2008.
- R Core Team. R: A Language and Environment for Statistical Computing. R Foundation for Statistical Computing, Vienna, Austria, 2018.
- ROCHA LIMA, Carlos Henrique da. Gramática normativa da língua portuguesa. 46. ed. Rio de Janeiro: José Olympio Ltda, 2007.
- TARALLO, F. Diagnosticando uma gramática brasileira: o português d'aquém e d'além-mar ao final do século XIX. In: ROBERTS, I.; KATO, M. *Português Brasileiro: uma viagem diacrônica*. Campinas: Editora da Unicamp, 1996.
- TSAO, F. F. **A Functional Study of Topic in Chinese: the First Step Towards Discourse Analysis**. 1977. Tese de Doutorado. University of Southern California.
- VANCE, B. Null Subjects and Syntactic Change in Middle French. In: VANCE, B. *Syntactic Change in Medieval French: Verb-Second and Null Subjects*, p. 257-329, 1997.
- VERÍSSIMO, V. A evolução do conceito de parâmetro do sujeito nulo. **Entrepalavras**, Fortaleza, v. 7, p. 76-90, jan./jun. 2017.
- WHITAKER-FRANCHI, R. **As construções ergativas: um estudo sintático e semântico**. 1989. Dissertação (Mestrado em Linguística). Universidade de Estadual de Campinas, Campinas.